

# ECOSSOCIALISMO



## BRASILEIRO



## AVANÇOS E DESAFIOS

ARLINDO RODRIGUES (ORG.)  
FERNANDA MAURO GARCIA  
GILMAR GERALDO MAURO  
GILNEY VIANA  
JOSÉ CORRÊA LEITE  
LUIZ MARQUES  
MARIÁ SILVA BRILHANTE DE MEDEIROS  
MICHAEL LÖWY  
PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA  
SABRINA FERNANDES  
SUELMA RIBEIRO SILVA (ORG.)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# ECOSSOCIALISMO

## BRASILEIRO



## AVANÇOS E DESAFIOS

ORGANIZAÇÃO

ARLINDO RODRIGUES  
SUELMA RIBEIRO SILVA



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



ECOSSOCIALISMO



BRASILEIRO  
AVANÇOS E DESAFIOS

ARLINDO RODRIGUES  
FERNANDA MAURO GARCIA  
GILMAR GERALDO MAURO  
GILNEY VIANA  
JOSÉ CORRÊA LEITE  
LUIZ MARQUES  
MARIÁ SILVA BRILHANTE DE MEDEIROS  
MICHAEL LÖWY  
PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA  
SABRINA FERNANDES  
SUELMA RIBEIRO SILVA

**Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

*Diretoria*

Presidente: Paulo Okamoto  
Vice-presidente: Vívian Farias  
Elen Coutinho  
Naiara Raiol  
Alberto Cantalice  
Artur Henrique  
Carlos Henrique Árabe  
Jorge Bittar  
Valter Pomar  
Virgílio Guimarães

*Conselho editorial*

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,  
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio  
Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida,  
Tassia Rabelo, Valter Silvério

*Diretor da editora*

Carlos Henrique Árabe

*Coordenador editorial*

Rogério Chaves

*Assistente editorial*

Raquel Costa

*Projeto gráfico e editoração*

Caco Bisol

Fotos gentilmente cedidas pelo Coletivo de Comunicação MST-RJ, Gorgia Prates (detalhe),  
Nelson Orlando de Andrade e Valmir Fernandes.

**Fundação Perseu Abramo**

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

E22 Ecosocialismo brasileiro : avanços e desafios [livro eletrônico] / Arlindo Rodrigues  
e Suelma Ribeiro Silva orgs. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.

192p.  
ISBN 978-65-5626-099-0

1. Ecosocialismo 2. Meio ambiente 3. Desenvolvimento Sustentável 4. Crise climática  
5. Agroecologia I. Rodrigues, Arlindo (org) II. Silva, Suelma Ribeiro (org) III. Garcia, Fernanda  
Mauro IV. Mauro, Gilmar Geraldo V. Viana, Gilney VI. Leite, José Corrêa VII. Marques, Luiz  
VIII. Medeiros, Maria Silva Brilhante de IX. Löwy, Michael X. Batista, Pedro Ivo de Souza XI.  
Fernandes, Sabrina

---

(Bibliotecário responsável: Eduardo Fahl – CRB 8 / 6387)

## SUMÁRIO

- 7** UMA SAUDAÇÃO ESPECIAL  
*Carlos Henrique Árabe*  
*Rogério Chaves*
- 9** PREFÁCIO  
*José Corrêa Leite*
- 13** APRESENTAÇÃO  
*Arlindo Rodrigues*  
*Suelma Ribeiro Silva*
- 19** O DESTINO DAS SOCIEDADES DEFINE-SE NESTE DECÊNIO  
*Luiz Marques*
- 69** A NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS:  
CONSTRUINDO UM “TERRITÓRIO” PARA O ESTABELECIMENTO  
DE UM NOVO MODELO DE CIVILIZAÇÃO  
*Suelma Ribeiro Silva*  
*Mariá Silva Brilhante de Medeiros*
- 87** ECODECÁLOGO  
*Michael Löwy*
- 91** CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE O ECOSSOCIALISMO  
*Gilney Viana*
- 123** ECOSSOCIALISMO A PARTIR DAS MARGENS  
*Sabrina Fernandes*
- 141** O MST E A QUESTÃO AMBIENTAL  
*Gilmar Geraldo Mauro*  
*Fernanda Mauro Garcia*
- 153** REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS  
*Arlindo Rodrigues*  
*Pedro Ivo de Souza Batista*
- 167** MANIFESTO DA REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS  
*Rede Brasileira de Ecosocialistas, julho de 2022*
- 189** SOBRE OS AUTORES



## UMA SAUDAÇÃO ESPECIAL

Nós, da Fundação Perseu Abramo (FPA) começamos a suprir uma lacuna em nosso catálogo de publicações face a um tema candente, a crítica questão ambiental.

O livro que ora chega às suas mãos retoma uma agenda urgente e visa colaborar com o debate no campo democrático e de esquerda da cena brasileira. A iniciativa partiu de uma saudável provocação feita por Michael Löwy, em entrevista recente à revista Teoria e Debate. Michael, companheiro incansável na militância ecossocialista, está presente nessa coletânea. Ao seu lado perfilam valorosos e brilhantes combatentes de uma causa decisiva para o presente e para o futuro.

Na série que inauguramos com este livro, outras contribuições virão, de modo a construir um debate amplo e plural.

Agradecemos a dedicação de Arlindo Rodrigues e Suelma Ribeiro da Silva na organização desta coletânea, que traz ao público o trabalho da Rede Brasileira de Ecossocialistas. Do mesmo modo, agradecemos aos autores e autoras aqui presentes.



A Fundação Perseu Abramo (FPA) e sua Editora, mais uma vez, cumprem seu papel no debate de ideias. Seguimos em nosso caminho para avançar na perspectiva socialista democrática.

Boa leitura!

*Carlos Henrique Árabe, diretor*

*Rogério Chaves, editor*

## PREFÁCIO

JOSÉ CORRÊA LEITE

A sociedade moderna vicejou na promessa da prosperidade material. O primeiro mercado mundial, o do capitalismo comercial, concentrou as riquezas do comércio na Europa e associou a mercantilização da vida com a inovação tecnológica permanente. Transformou, assim, o mítico e trágico Prometeu em milhões de pequenos Faustos egoístas e pragmáticos, aos quais tudo é permitido em nome do fomento ao progresso. Hipnotizada pelo fetichismo da mercadoria, a humanidade se torna uma espécie voraz – *homo demens*, como disse certa vez Edgar Morin –, que consome todo o planeta.

A perda do sentido de limite e da compreensão do que seria riqueza entrega agora seus resultados. A economia mundial, organizada pela maquinaria irracional do capitalismo, produz mais sofrimento do que felicidade – uma característica que sempre esteve presente (tráfico de escravos, ganância por ouro e prata, comércio de ópio etc.), mas que hoje se tornou dominante. Forças produtivas se transmutam em forças destrutivas. Os combustíveis fósseis, que antes promoviam um

modo de vida afluyente, destroem o clima que permitiu que a civilização florescesse na Terra. Os alimentos ultraprocessados e as dietas carnívoras não eliminam a fome, mas transformam a obesidade em uma praga social. A hipermobilidade aquece o mercado mundial de “experiências”, mas as hordas de turistas mais parecem enxames de gafanhotos. A questão da escala e da capacidade de autolimitar seus impulsos se tornou decisiva para a sobrevivência da espécie humana.

Infelizmente, muito dano já está feito ou seus efeitos são irreversíveis. Mesmo se limitássemos o aumento da temperatura global a 1,5 grau célsius, os recifes de corais estarão perdidos. O degelo já inevitável do Ártico e de parte da Antártida obrigará o gradativo deslocamento de um bilhão de pessoas das zonas costeiras onde vivem hoje. Mas a inércia aponta para cenários piores, em que boa parte das regiões tropicais do mundo se tornará inabitável parte do ano!

Quais as consequências disso? O número de “estados falidos” no mundo passará dos atuais dez ou 12 para quantos? 60? 70? 80? Dos atuais 108 milhões de refugiados passaremos para quantos? 600 milhões? 800 milhões? Quantos candidatos a Trump, Bolsonaro ou Hitler emergirão em um mundo assim? Apesar do alerta dos cientistas, mesmo pessoas progressistas não querem visualizar esses prognósticos; o mito do progresso parece ter tornado boa parte da esquerda sonâmbula...

Vivemos, como destaca Luiz Marques, a década decisiva na história humana, que definirá se a desestabilização dos sistemas climáticos do planeta liquidará ou não as promessas emancipatórias da civilização moderna. Que grande parcela do que hoje é considerado “negó-

cio” deve perecer é inequívoco – das indústrias de armamentos aos combustíveis fósseis, do grande agronegócio industrial à mineração predatória – mas precisamos de alternativas de vida para bilhões de pessoas, sem o que a crise do capitalismo se transformará em colapso de qualquer civilização.

Necessitamos de uma transição sistêmica que seja menos onerosa possível em termos de custos humanos, o que exige um novo pensamento emancipador. Como lembra Gilney Viana, os velhos desafios não resolvidos em sua materialidade econômica e nas interações dos seres humanos com a Natureza produziram novas perguntas que não serão respondidas com velhas respostas.

Essas são as balizas do ecossocialismo como campo de pensamento, alternativas sistêmicas e guia para a ação. Descolando-se das experiências socialistas fracassadas do século XX, o ecossocialismo parte da centralidade da crise ambiental na qual já mergulhamos, da necessidade da sua mitigação e da premissa de que uma sociedade pós-capitalista apenas poderá existir em sintonia com os ciclos fundamentais para a vida na Terra. Isso não significa ignorar essas experiências, mas colocar a ênfase na discussão de por que elas fracassaram mesmo em condições muito mais favoráveis do que as atuais, e como reverter estas derrotas.

O ecossocialismo está plenamente ciente do abismo geracional e dos desvios autoritários que golpearam a tradição socialista, desacreditando-a perante a juventude atual, mas esse pessimismo da análise está acompanhado pelo otimismo da práxis ecossocialista, pois há consciência que o futuro está em disputa e existe proposta de uma

sociedade justa e ecológica associada a ações concretas. Enfrenta o pragmatismo da política dos negócios e dos estados, resgatando a auto-organização popular, a solidariedade entre os povos, a cidadania universal e o internacionalismo. Confronta o globalismo neoliberal, os nacionalismos fascistas suicidas e a insustentabilidade dos modelos produtivistas. Contra o ceticismo negacionista da direita e o ceticismo progressista dos que querem adiar as medidas necessárias de ruptura com o fossilismo, a agropecuária capitalista e a mineração predatória, o ecossocialismo carrega a única via positiva de saída dos impasses atuais da humanidade.

Este livro é, assim, precioso. Congrega diferentes tradições e experiências políticas que convergem em apontar um novo rumo estratégico, um novo projeto de país e um novo horizonte para a esquerda brasileira. Boa leitura!

## APRESENTAÇÃO

ARLINDO RODRIGUES  
SUELMA RIBEIRO SILVA

O movimento socioecológico ecossocialismo é a resposta radical à crise social e ecológica que tem se agravado e colocou a civilização perante uma bifurcação: ou continua avançando para o abismo do consumo e da degradação das condições do planeta até a sua extinção ou puxa o freio de emergência e altera o rumo de seu desenvolvimento.

O primeiro caminho leva a humanidade aos conflitos socioambientais por água e terra fértil cada vez mais escassas, uma rota que nos leva à barbárie e à extinção. O segundo, assume a perspectiva de uma luta socioambiental radical, isto é, implica o enfrentamento dessa crise, cuja raiz é a fúria do capital que, na sua busca de lucros crescentes, vem esgotando as condições do planeta para suprir a vida e pilhando os direitos das famílias, principalmente as mais humildes. Essa opção aponta para a construção de outra lógica de sociedade, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

Nesse processo, a construção de outra sociedade exige um amplo diálogo entre os diversos setores da sociedade civil sendo que, para o

segmento ecossocialista, essa tarefa é uma construção coletiva, pois ações individuais são importantes, porém insuficientes. Como afirma Löwy (2011, p. 35–36), as reformas parciais são totalmente insatisfatórias: outra sociedade só é possível pela substituição da microrracionalidade do lucro pela macrorracionalidade social e ecológica. Nesse sentido, a proposta ecossocialista agrega os saberes e práticas militantes coletivas, ao mesmo tempo que apresenta soluções concretas para pautas urgentes, como a mobilidade urbana de qualidade e gratuita; acesso à água na quantidade e na qualidade necessária à necessidade humana; garantia de acesso à alimentação com qualidade, isto é, sem agrotóxico; redução da jornada de trabalho sem redução do salário e outras lutas defendidas pelos movimentos sociais; além de projetar a construção de uma civilização socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

Outro aspecto trazido pelo pensamento ecossocialista trata do reconhecimento dos Direitos da Natureza, os quais surgem na perspectiva de desafiar a crise ambiental, social e política. Nessa ótica, a construção de um novo “território” de pensamento crítico e de ação política exige que a natureza seja entendida pelo seu “valor” intrínseco em que novas formas de ética ambiental considerem o seu direito de viver e de ser protegida independente de qualquer benefício para o ser humano.

Para avançar nessa proposta de uma sociedade justa e ambientalmente responsável, a corrente ecossocialista propõe a dialógica com os partidos políticos, movimentos sociais, pesquisadores acadêmicos, pessoas que desejam contribuir, mas ainda não estão engajadas coletivamente. Nessa proposta de diálogo, nasceu a Rede Brasileira de Ecossocialistas,

cuja missão é servir de espaço de troca de saberes e experiências das lutas sociais e ecológicas.

Nossa rede assume que as visões e propostas ecossocialistas são múltiplas, e a dialógica entre essa multiplicidade enriquece esse segmento socioecológico. A partir dessa interação e da necessidade de ampliar visões e contribuições, nasceu a proposta deste livro, que propõe apresentar à sociedade as propostas concretas e as utopias ecossocialistas, e, para isso, vários autores comprometidos com a construção da proposta ecossocialista compartilharam suas reflexões e experiências. Este livro foi construído com as escritas de Arlindo Rodrigues, Fernanda Mauro Garcia, Gilmar Geraldo Mauro, Gilney Viana, José Corrêa Leite, Mariá Silva Brilhante de Medeiros, Michael Löwy, Pedro Ivo, Suelma Ribeiro Silva e Sabrina Fernandes.

O prefácio foi redigido por José Corrêa Leite, ilustrando a missão da obra e sua relevância histórica.

No primeiro capítulo, Luiz Marques nos expõe a história sobre a evolução da crise socioambiental, interpretações científicas dessa crescente crise e um severo alerta do não futuro da humanidade se não houver mudanças radicais, pois, como adverte o autor, estamos no decênio decisivo sobre a nossa sobrevivência.

Suelma Ribeiro Silva e Mariá Silva Brilhante de Medeiros trazem, no segundo capítulo, a perspectiva de que, em meio à crise socioecológica, a humanidade deve reconhecer e respeitar os direitos da natureza, assumindo seu papel de parte dela e que não a domina. Dialogando com o alerta de Marques e a reflexão de Suelma e Mariá, Michael



Löwy apresenta, no terceiro capítulo, com uma simpática provocação, os ‘Dez Mandamentos’ para salvar a vida neste planeta.

Gilney Viana, no quarto capítulo, reflete sobre o ecossocialismo, sua relação com os movimentos socioecológicos e sua radicalidade concreta como resposta à atual crise socioecológica.

No quinto capítulo, Sabrina Fernandes discorre sobre os desafios socioecológicos a partir do olhar latino-americano, em especial, o brasileiro. A autora propõe a construção da práxis ecossocialista a partir desse olhar e com o protagonismo dos grupos marginalizados.

No sexto capítulo, Gilmar Geraldo Mauro e Fernanda Mauro Garcia retratam a questão ambiental e o MST como um desafio concreto, pois a alimentação é, também, uma ação política, uma vez que escolher o que plantar e como será produzido o alimento envolve a função social da agricultura.

No sétimo capítulo, Arlindo Rodrigues e Pedro Ivo de Souza Batista divulgam a Rede Brasileira de Ecossocialistas, sua história e sua ambição na construção de outra lógica de civilização, uma sociedade ecossocialista.

O último capítulo apresenta o Manifesto Ecossocialista da nossa Rede Brasileira de Ecossocialistas<sup>1</sup>.

---

1. As assinaturas dos apoiadores não constam nesta edição, por se tratar de um dado dinâmico, que cresce em quantidade e qualidade. A versão com as assinaturas pode ser lida em: <https://www.ecossocialismo.net/blog/manifesto>. Para assinar, basta enviar a solicitação para o e-mail da Rede Brasileira de Ecossocialistas: [redebrasdeecossocialistas@gmail.com](mailto:redebrasdeecossocialistas@gmail.com).

Entendemos que o cenário que você, leitora ou leitor, conhecerá ao “caminhar” pelas páginas deste livro, provavelmente a/o levará ao entendimento do enorme desafio a ser enfrentado para construção de uma sociedade ecossocialista. Por isso, consideramos esta publicação um chamamento à sociedade, especialmente às jovens e aos jovens, para se associarem a essa tarefa, assumindo parte da responsabilidade dessa construção.



## O DESTINO DAS SOCIEDADES DEFINE-SE NESTE DECÊNIO<sup>1</sup>

LUIZ MARQUES

*“Estamos agora numa bifurcação.  
Não teremos outra década para hesitar como  
fizemos na década passada”.*

Will Steffen (2021)<sup>2</sup>

É impossível fixar o momento em que o mundo começou a piorar. Para as gerações nascidas até os anos 1950, a vitória sobre o nazifascismo era razão suficiente para fazer renascer a esperança de que tudo podia, enfim, “acabar bem”. Por certo, as luzes vermelhas da degradação ambiental já estavam se acendendo, mas os impactos dessa degradação eram apenas episódicos e pareciam ainda um preço aceitável a pagar em face das promessas da tecnologia. As consequências pareciam situadas num futuro longínquo, e o próprio futuro se encarre-

---

1 Este texto replica, com poucas e mínimas alterações, a “Introdução” do livro *O decênio decisivo. Propostas para uma política de sobrevivência*, publicado pela Editora Elefante, 2023.

2 Cf. Will Steffen, “Hot House Earth. Our Future in Crisis”. *Facing Future.TV*, dirigido por Stuart Scott, 6/V/2021: “*We are sitting at this fork on the road. We’re not gonna have another decade to dither like we did the last decade*”. <<https://www.youtube.com/watch?v=wgEYfZDK1Qk&t=1347s>>.

garia de resolver seus problemas. De resto, ao longo dos dois decênios sucessivos a 1950, não faltavam indicadores genuínos em apoio à percepção de que o mundo estava, de fato, melhorando. Abria-se então, para quase todas as sociedades, uma era de maior consumo energético, as economias cresciam à taxa média anual de 4% a 5%, os baixos níveis de desemprego e o fortalecimento das organizações sindicais implicavam aumentos sucessivos do salário real e uma correlativa diminuição da desigualdade. A abundância a baixo custo dos combustíveis fósseis dos Estados Unidos da América (EUA) e do Oriente Médio e a estabilidade do sistema monetário e financeiro, com baixas taxas de juros, pareciam asseguradas. A inovação tecnológica e o aumento da produtividade agrícola faziam, também, parte da festa, assim como o aumento espetacular da longevidade e da esperança de vida ao nascer. Em suma, ao longo desses anos, a “Grande Aceleração”<sup>3</sup> – esses sucessivos saltos de escala da interferência antrópica no sistema Terra desde

---

3 Sobre o conceito de Grande Aceleração, cf. Will Steffen *et al.*, *IGBP Synthesis. Global Change and the Earth System*, 2004; John McNeil & Peter Engelke, *The Great Acceleration. An environmental history of the Anthropocene since 1945*. Harvard Univ. Press, 2014; Ugo Bardi, *Extracted. How the Quest for Mineral Wealth is Plundering the Planet*, Vermont, Chelsea Green Publisher, 2014; Will Steffen *et al.*, “The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration”. *The Anthropocene Review*, 2(1), pp. 81-98; Richard Monastersky, “First atomic blast proposed as start of Anthropocene”. *Nature*, 16/1/2015: “These radionuclides, such as long-lived plutonium-239, appeared at much the same time as many other large-scale changes wrought by humans in the years immediately following the Second World War. Fertilizer started to be mass produced, for instance, which doubled the amount of reactive nitrogen in the environment, and the amount of carbon dioxide in the atmosphere started to surge. New plastics spread around the globe, and a rise in global commerce carried invasive animal and plant species between continents. Furthermore, people were increasingly migrating from rural areas to urban centres, feeding the growth of megacities. This time has been called the Great Acceleration”. (“Esses radionuclídeos, como o plutônio-239 de longa duração, apareceram ao mesmo tempo que muitas outras mudanças em grande escala causadas por humanos nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Fertilizantes começaram a ser produzidos maciçamente, por exemplo, o que dobrou a quantidade de nitrogênio reativo no meio ambiente, e a quantidade de CO<sub>2</sub> na atmosfera começou a crescer. Novos plásticos disseminaram-se pelo globo e o crescimento do comércio mundial transportou de um continente a outro espécies invasivas animais e vegetais. Além disso, as pessoas migraram crescentemente das áreas rurais para os centros urbanos, alimentando o crescimento das megacidades. Esse tempo foi chamado A Grande Aceleração”).

o segundo pós-guerra – era ainda percebida pelas sociedades como algo benfazejo, como um signo de progresso.

Claro que nem tudo era bonança. Em grande parte, a inovação tecnológica era impulsionada pela corrida armamentista da Guerra Fria. Em 1952, em plena Guerra da Coreia, já haviam ocorrido 38 explosões nucleares na atmosfera, 34 das quais feitas pelos EUA, três pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e uma pelo Reino Unido. Nesse mesmo ano de 1952, os EUA testavam no atol de Enewetak, no Pacífico, a “Ivy Mike”, a primeira bomba termonuclear (bomba-H), seguida em 1953 e 1956 pelas bombas-H soviética e britânica, respectivamente. Era impossível ignorar o risco crescente de um inverno nuclear e o *Notice to the World*, o famoso Manifesto Russell-Einstein de 1955, dá prova cabal dessa angústia:<sup>4</sup>

Descortina-se diante de nós, se por ele optarmos, um progresso contínuo em felicidade, conhecimento e sabedoria. Devemos, ao invés disso, escolher a morte, por não podermos esquecer nossos conflitos? Como seres humanos, apelamos aos seres humanos: lembrem-se de sua humanidade e esqueçam o resto. Se puderem fazer isso, o caminho estará aberto para um novo paraíso; se não puderem, está diante de vocês o risco da morte universal.

---

4 O chamado Manifesto Russell – Einstein (“Notice to the world”) foi redigido por Bertrand Russell e lançado em Londres em 9 de Julho de 1955, com as assinaturas de Max Born, Perry W. Bridgman, Leopold Infeld, Frederic Joliot-Curie, Herman J. Muller, Linus Pauling, Cecil F. Powell, Joseph Rotblat e Hideki Yukawa: “There lies before us, if we choose, continual progress in happiness, knowledge, and wisdom. Shall we, instead, choose death, because we cannot forget our quarrels? We appeal as human beings to human beings: Remember your humanity, and forget the rest. If you can do so, the way lies open to a new Paradise; if you cannot, there lies before you the risk of universal death”. Reflexões fundamentais sobre esses anos foram propostas por Günter Anders e Michel Serres. Cf. Günter Anders, *L'obsolescence de l'homme I. Sur l'âme à l'époque de la deuxième révolution industrielle* (1980). Paris, Éditions Ivrea, 2002. Tomo 2: *L'obsolescence de l'homme. Sur la destruction de la vie à l'époque de la troisième révolution industrielle*. Paris, Éditions Fario, 2011; Michel Serres, *Éclaircissements. Entretiens avec Bruno Latour*. Paris, F. Bourin, 1992.

A mera observação dos fatos justificava esses temores. Em 1962, a crise dos mísseis de Cuba ameaçou como nunca antes a sobrevivência da humanidade.<sup>5</sup> Nesse ano, às vésperas da proibição de testes atômicos na atmosfera, o planeta já sofrera o impacto de 552 detonações de bombas nucleares na atmosfera, sendo 302 dos EUA, 221 da ex-URSS, 23 do Reino Unido e seis da França. Apenas em 1962, houve 140 detonações nucleares na atmosfera, em média uma a cada 2,6 dias!<sup>6</sup> A assinatura radioativa que tais detonações deixaram nas rochas, bem como o aumento vertiginoso das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e da poluição químico-industrial a partir desses anos, são alguns dos marcos inaugurais de nossa época geológica, o Antropoceno.<sup>7</sup>

Datam igualmente desses anos os primeiros grandes alertas sobre a letalidade dessa poluição industrial. Em dezembro de 1952, por exemplo, o *Great Smog* na zona metropolitana de Londres causou um pico alarmante de mortalidade.<sup>8</sup> Dez anos depois, os danos causados à biodiversidade pelos agrotóxicos foram postos em evidência por Rachel Carson, cujo livro *Primavera silenciosa* inicia uma nova etapa na história da consciência ecológica no século XX. Além das ameaças de uma guerra atômica e da poluição, o advento da sociedade da afluência nos países do Norte começava a mostrar a face repugnante do consumis-

---

5 Cf. Tony Judt, “The crisis: Kennedy, Krushchev, and Cuba” (1998). In *Reappraisals*. Nova York, 2008, pp. 314-340.

6 Até 1998, seriam ao todo 2.053 explosões nucleares, sendo 1.032 dos EUA, 715 da ex-União Soviética, 210 da França, 45 do Reino Unido, 45 da China, quatro da Índia e duas do Paquistão. Cf. Isao Hashimoto, “A Time-Lapse Map of Every Nuclear Explosion since 1945” <<https://www.youtube.com/watch?v=LLCF7vPanrY>>.

7 Cf. Colin N. Waters, *A Stratigraphical Basis for the Anthropocene?* Londres, Geological Society, 2014; Richard Monastersky, “First atomic blast proposed as start of Anthropocene”. *Nature*, 16/1/2015.

8 Cf. Michelle L. Bell, Devra L. Davis & Tony Fletcher, “A Retrospective Assessment of Mortality from the London Smog Episode of 1952: The Role of Influenza and Pollution”. *Environmental Health Perspectives*, 112, 1, 2004.

mo. A *Beat Generation*, os movimentos *hippies*, antinucleares e pacifistas, culminando nas revoltas de 1968, mostravam a recusa dos jovens ao que então se designava pelo termo *establishment*.<sup>9</sup> Acumulavam-se, além disso, também nos anos 1950 e 1960, os crimes cometidos contra a humanidade pela nova ordem liberal instituída pelos EUA. As atrocidades perpetradas nas duas Grandes Guerras prolongavam-se agora nas guerras da Coreia e do Vietnã, nos assassinatos (como o de Patrice Lumumba em 1961) e nos massacres nos países africanos contra seus processos de emancipação. Prolongavam-se também nos brutais golpes militares que varreram a América Latina, a África e a Ásia, do Irã em 1953 à Indonésia, onde a polícia e as tropas do General Suharto, com apoio direto dos EUA, mataram cerca de um milhão de pessoas entre 1965 e 1966. O “método Jakarta” foi, como bem documenta Vincent Bevis, a culminância dos golpes de estado urdidos mundo afora pelos EUA e o laboratório dos golpes sucessivos.<sup>10</sup>

De seu lado, as revoluções socialistas, nascidas dos mais generosos ideais do Iluminismo e das lutas sociais do século XIX, começavam a mostrar ao mundo sua face monstruosamente desfigurada. A ex-URSS, destruída em todos os sentidos por sete anos contínuos de guerra e de guerra civil (1914-1921), pelas sucessivas lutas políticas intestinas, bem como pela contínua beligerância ocidental, havia dado ainda assim a mais decisiva e heroica contribuição à derrota do na-

---

<sup>9</sup> Livros como *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society* (1964) de Herbert Marcuse e *La société du spectacle* (1967) de Guy Debord exprimiam admiravelmente essa crítica da produção do sujeito pela mercadoria. Sobre Debord, sua radicalidade política e os pontos de contato com o pensamento de Marcuse (incluindo seus limites ecológicos), cf. Gabriel F. Zacarias, *Crítica do espetáculo: o pensamento radical de Guy Debord*. São Paulo, Ed. Elefante, 2022, pp. 182-200.

<sup>10</sup> Cf. Vincent Bevis, “The ‘Liberal World Order’ Was Built with Blood”. *The New York Times*, 29/V/2020; Idem, *The Jakarta Method: Washington’s Anticommunist Crusade and the Mass Murder Program that Shaped Our World*, Nova York, Public Affairs, 2020.



zifascismo, antes e durante a guerra. Mas dessa sucessão de traumas, penúrias, catástrofes e ameaças existenciais resultou a montagem de um Estado policial e totalitário, talvez sem precedentes mesmo durante os piores momentos da tirania czarista. O saldo de horrores de 26 anos de terror stalinista somado ao genocídio cometido por quatro anos de invasão nazista é certamente o mais atroz do século XX: entre 27 e 40 milhões de mortes, entre civis e militares, apenas durante a Segunda Grande Guerra,<sup>11</sup> aos quais se somam cerca de 20 milhões de mortes por fome, encarceramento em campos de concentração, deslocamentos populacionais arbitrários e execuções sob o regime stalinista, segundo as estimativas de Roy Medvedev.<sup>12</sup> Somente após a morte de Stalin, em 1953, a envergadura do desastre começou a ser conhecida, ao menos fora da ex-URSS. Em 1956, a leitura durante o XX Congresso do PCURSS do chamado “relatório secreto” de Krushev sobre os crimes de Stalin e de Beria “oficializava” os primeiros tímidos ensaios de iconoclastia. A distopia, contudo, permanecia.<sup>13</sup> Entre 1956, o ano da invasão da Hungria, e 1968, o da invasão da ex-Tchecoslováquia, assiste-se, sob Leonid Brezhnev (1964-1982), à interrupção do processo de desestalinização e o retorno em poder e prestígio da KGB em meio à repressão generalizada na ex-URSS e nos países satélites. Hoje, a liquidação judicial da ONG International Memorial, fundada em 1989, e a condenação de um de seus diretores, o historiador Yuri Dmitriev, a 15 anos de prisão, evidenciam a

---

11 Vejam-se as diversas estimativas de mortes e pessoas feridas na Rússia durante a guerra em “World War II casualties of the Soviet Union”. Wikipedia

12 Cf. Bill Keller, “Major Soviet Paper Says 20 Million Died As Victims of Stalin”. *The New York Times*, 4/II/1989.

13 Em 1953, por exemplo, na Alemanha Oriental sob dominação soviética, fazia-se uso da lei marcial para reprimir o levante dos trabalhadores.

longevidade e a plasticidade do stalinismo no sistema político russo.<sup>14</sup> Na China, o “Grande Salto Adiante” (1958–1962) e a absurda mortandade de animais durante a grotesca “Campanha das quatro pragas” (ratos, moscas, mosquitos e pardais) redundaram, como se sabe, nos milhões de vítimas da “Grande Fome” de 1959–1961, um cataclisma de proporções ainda maiores que as do Holodomor russo-ucraniano de 1932–1933. Isso para não falar nas duas experiências históricas mais tardias que encerram com chave de ouro a experiência do “socialismo real” do século XX: entre 1975 e 1979, o genocídio perpetrado pelo Khmer Vermelho no Camboja, que redundou na morte de cerca de 20% da população desse país, e as guerras resultantes da dissolução da Iugoslávia, após a morte de Tito em 1980.

Isso posto, o traço mais importante desses anos é frequentemente esquecido e só ganha sua verdadeira dimensão à luz de uma visada retrospectiva. Trata-se da percepção de que acima de todos esses crimes abomináveis, genocídios, tragédias e antagonismos ideológicos pairava uma compreensão da história, por todos compartilhada, na qual o futuro permanecia fundamentalmente promissor. Malgrado tudo, evitada a guerra nuclear, o projeto humano parecia assegurado. Cedo ou tarde, a tecnologia haveria de ser posta a serviço da razão e da justiça. O tempo, em suma, contava a favor da humanidade.

A partir dos anos 1970, essa confiança na história começa, contudo, a vacilar. Uma confluência impressionante de fatos incidentes já nos primeiros anos da década atesta e reforça uma clara mudança de pers-

---

14 Cf. “Russia: Closure of International Memorial is an insult to victims of the Russian Gulag”. Amnesty International, 28/XII/2021; “Russian court increases jail sentence for Gulag historian”. *The Guardian*, 27/XII/2021.

pectiva acerca do futuro. Lembremos alguns deles. Antes de mais nada, o pânico demográfico. Em apenas 20 anos, entre 1951 e 1970, mais de um bilhão de pessoas se acrescentaram à população mundial, que passou de 2,6 para 3,7 bilhões. Em 1971 e 1972, estávamos crescendo ainda a uma taxa de mais de 2% ao ano, o que significava que, sem uma drástica redução dessa taxa, a população mundial dobraria antes de 2005 e dobraria de novo antes de 2040.<sup>15</sup> Essa situação explica o sucesso imenso do livro de Anne e Paul Ehrlich, *A Bomba Populacional* (1968). O Greenpeace, criado em 1971 por Robert Hunter, Paul Watson e outros ativistas, tornava-se o porta-voz da crise ecológica,<sup>16</sup> que em 1972 ganhava pela primeira vez centralidade diplomática na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano em Estocolmo. Um livro, intitulado *Only One Earth: The Care and Maintenance of a Small Planet*, preparado para essa Conferência, causou um grande choque. Encomendado por Maurice Strong a Barbara Ward e a René Dubos, seu primeiro capítulo concluía-se com essas palavras lapidares:<sup>17</sup>

Os dois mundos do homem – a biosfera de sua herança, a tecnosfera de sua criação – estão em desequilíbrio, na realidade, potencialmente em profundo conflito. E o homem está no meio. Esse é o ponto de inflexão da história, em que nos encontramos, com a porta do futuro

---

15 Veja-se <<https://data.worldbank.org/indicador/SPPOP.GROW>>.

16 Veja-se o documentário *How to change the world* de Jerry Rothwell, 2015.

17 Cf. Barbara Ward & René Dubos, *Only One Earth: The Care and Maintenance of a Small Planet*, 1972, p. 47: “The two worlds of man – the biosphere of his inheritance, the technosphere of his creation – are out of balance, indeed, potentially in deep conflict. And man is in the middle. This is the hinge of history at which we stand, the door of the future opening on to a crisis more sudden, more global, more inescapable and more bewildering than any ever encountered by the human species and one which will take decisive shape within the life span of children who are already born”. O livro trazia contribuições de 152 especialistas de 58 países.

abrindo-se para uma crise mais súbita, mais global, mais inescapável e mais desconcertante que qualquer outra jamais confrontada pela espécie humana. Uma crise que tomará sua forma decisiva no intervalo de vida das crianças já nascidas.

Os impactos causados por esse livro e pelo manifesto *Blueprint for Survival*,<sup>18</sup> também deste ano, só foram superados pelo choque mais duradouro de *The Limits to Growth*, igualmente de 1972, encomendado pelo Clube de Roma.<sup>19</sup> Entre 1971 e 1972, a hegemonia econômica absoluta dos EUA começava a ser abertamente desafiada. Em 1971, a Alemanha deixa o tratado de Bretton Woods, o dólar despenca 7,5% em relação ao marco alemão e Nixon é obrigado a decretar o fim da conversibilidade do dólar ao ouro. Com uma inflação a 12,3% em 1974,<sup>20</sup> o dólar passava a ser uma moeda fiduciária, o que introduzia a primeira fissura no sistema monetário internacional instituído em 1944. Fora da esfera dos países industrializados, o ano de 1972 marca a volta de crises de fome aguda em países como Bangladesh, Índia, Etiópia e diversos países do Sahel. Não se tratava mais de crises resultantes de guerras civis como a ocorrida na Nigéria entre 1966 e 1970, mas da primeira crise de estoques de grãos no período pós-guerra, em parte causada pela retomada das vendas de grãos dos EUA à URSS, com consequente triplicação de seus preços.<sup>21</sup>

---

18 Cf. *Blueprint for survival*, proposto por Edward (Teddy) Goldsmith e Robert Allen, assinado por mais de 30 cientistas eminentes, entre os quais Julian Huxley, Frank Fraser Darling, Peter Medawar e Peter Scott. Veja-se: <<http://www.theecologist.info/page33.html>>.

19 Cf. Donella Meadows, Dennis Meadows, Jörgen Randers, William H. Behrens III, *The Limits to Growth. A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. Washington, A Potomac Associates Book, 1972.

20 Vide <<https://advisor.visualcapitalist.com/inflation-over-last-100-years/>>.

21 Cf. Matthew Canfield, Molly D. Anderson & Philip McMichael, "UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food". *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 13/IV/2021.

O ano de 1973 trazia outros três eventos igualmente determinantes. O primeiro foi o golpe de Estado no Chile, que esmagava a mais importante experiência de um governo popular democrático na América do Sul, reforçando o ciclo das ditaduras militares na região, do Brasil e Bolívia (1964) à Argentina (1966 e 1976) e ao Uruguai (1973). O segundo elemento foi a derrota militar dos EUA no Vietnã, que obrigava Richard Nixon a negociar em Paris, neste ano, uma saída honrosa de suas tropas no país invadido. A ofensiva vietnamita do Tet, iniciada em 1968, concluía-se em abril de 1975 com a humilhante e caótica retirada de Saigon, pondo fim ao mito da invencibilidade militar norte-americana. Esse evento traumático inaugurava, nos EUA, um período de ressentimento, agravado pela invasão de sua embaixada no Irã em 1979 e por anos de estagflação (estagnação/recessão econômica + inflação). Desse sentimento geral de desatino, resultaria, enfim, o *Make America Great Again* (MAGA), lançado por Ronald Reagan em 1980, retomado por Bill Clinton em 1992 e martelado por Donald Trump em 2016,<sup>22</sup> bem como o controle por este último do *Grand Old Party*, “a mais perigosa organização em toda a história mundial”, no dizer de Noam Chomsky.<sup>23</sup> Ainda hoje, a retirada caótica das tropas norte-americanas do Afeganistão em julho de 2021 tem sido chamada, ainda que imprópriamente, “a Saigon de Joe Biden”.<sup>24</sup>

O terceiro evento determinante de 1973 foi o embargo do petróleo pelos 12 países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos EUA e demais países que haviam apoiado Israel na guerra

---

22 Cf. Emma Margolin, “Make America Great Again – Who said it first?” NBC News, 9/IX/2016.

23 Veja-se, por exemplo, BBC, Newsnight, 10/V/2017 <<https://www.youtube.com/watch?v=edi-cDsWYpk>>.

24 Cf. Joe Concha, “Biden’s ‘Fall of Saigon’ in Afghanistan presents worst moment yet of presidency”. *The Hill*, 15/VIII/2021.

de Yom Kippur. O embargo elevou subitamente o preço do barril de 4,75 dólar até setembro de 1973 a 37,42 dólar em 1980 (de 21,08 dólar a 111,30 dólar em preços ajustados pela inflação).<sup>25</sup> Inaugurava-se a primeira depressão econômica do segundo pós-guerra. O embargo imposto pela OPEP coincidia com o declínio das reservas de petróleo convencional nos EUA em início dos anos 1970, tal como previsto por Marion King Hubbert em 1956. De fato, a produção de petróleo convencional nos EUA, que crescera à taxa de 7,9% ao ano desde os anos 1860, dobrando a cada período de 8,7 anos, atingiu finalmente seu pico em 1970 (10,2 milhões de barris de petróleo por dia),<sup>26</sup> vindo a declinar ao longo dos 35 anos subsequentes. A confluência desses dois fatos – embargo externo e declínio da abundância interna do petróleo convencional – fez com que, desde então, o preço do petróleo tenha oscilado sempre muito acima dos patamares anteriores a 1973, pondo um termo à breve era de energia barata e ilusoriamente ilimitada. Os diversos “milagres econômicos” criados pelos chamados “Trinta Anos Gloriosos”<sup>27</sup> do capitalismo chegavam ao fim. Mais que isso, a identificação do capitalismo – esse “vendaval perene de destruição criadora”<sup>28</sup> – com

---

25 Cf. Kimberly Amadeo, “OPEC Oil Embargo, Its Causes, and the Effects of the Crisis. The Truth About the 1973 Arab Oil Crisis”. *The Balance*, 30/VIII/2020.

26 Cf. M. King Hubbert, “Nuclear Energy and Fossil Fuels”. Apresentado no encontro do American Petroleum Institute (API) de Março de 1956 em San Antonio, Texas, e publicado nesse mesmo ano em *Drilling and Production Practice*, igualmente do American Petroleum Institute: “No finite resource can sustain for longer than a brief period such a rate of growth of production; therefore, although production rates tend initially to increase exponentially, physical limits prevent their continuing to do so.” (p. 8). <<https://web.archive.org/web/20080527233843/http://www.hubbertpeak.com/hubbert/1956/1956.pdf>>.

27 Cf. Jean Fourastié, *Les Trente Glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979. O título alude às “Trois Glorieuses”, as três jornadas gloriosas de Julho de 1830 que levaram à derrocada de Charles X e à instituição de uma monarquia constitucional na França.

28 Cf. Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy* (1942), Routledge, 2003, Capítulo 7: “The process of creative destruction”, p. 84: “it must be seen in its role in the perennial gale of creative destruction”.

a ideia mesma de progresso, professada por apólogos e críticos desse sistema econômico, entrava pela primeira vez em crise. Dessa crise de autoconfiança, surgia uma nova interrogação sobre o destino humano, que transparecia nas últimas páginas do livro de Arnold Toynbee (1889–1975), *Mankind and Mother Earth* (publicado postumamente em 1976):<sup>29</sup>

O conjunto de estados soberanos locais de nossos dias não é capaz de manter a paz, e também não é capaz de salvar a biosfera da poluição causada pelo homem ou de conservar os recursos naturais insubstituíveis da biosfera. [...] A humanidade assassinará a Mãe-Terra ou a redimirá? [...] Esta é a questão enigmática que agora confronta o Homem.

Os fatos sucessivos são bem conhecidos: ao longo dos últimos 50 anos, cada decênio criou um planeta mais retrógrado em direitos sociais e mais degradado em todos os indicadores ecológicos, regressão acelerada desde os anos 1980 pelo avanço da globalização e da desregulação econômico-financeira. A percepção de recesso das agendas progressistas durante a chamada década Reagan-Thatcher não se afigura como algo evidente apenas retrospectivamente. Trata-se de um lugar-comum nas análises históricas, no imaginário e na produção literária e artística do período,<sup>30</sup> e estava bem presente já na resposta contemporânea da Comissão Internacional sobre o Meio Ambiente

---

29 Cf. Arnold J. Toynbee *Mankind and Mother Earth*. Oxford University Press, 1976, pp. 593–596: “The present-day global set of local sovereign states is not capable of keeping the peace, and it is also not capable of saving the biosphere from man-made pollution or of conserving the biosphere’s non-replaceable natural resources. (...) Will mankind murder Mother Earth or will he redeem her? (...) This is the enigmatic question which now confronts Man.”

30 Cf. Colin Hutchinson, *Reaganism, Thatcherism and the Social Novel*, Malgrave McMillan, 2008.

e o Desenvolvimento (WCED),<sup>31</sup> que gerou, em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum*. Gro Harlem Brundtland apresentava nesse relatório o mais lúcido diagnóstico do estado e da tendência dominante das sociedades naqueles anos:<sup>32</sup>

Houve uma época de otimismo e progresso na década de 1960, quando havia maior esperança para a construção de um mundo melhor e para ideias internacionais progressistas. Colônias abençoadas com recursos naturais estavam se tornando nações. Os espaços de cooperação e compartilhamento pareciam ser seriamente buscados. Paradoxalmente, a década de 1970 derivou lentamente para um clima de reação e isolamento enquanto, ao mesmo tempo, uma série de conferências da ONU oferecia esperança de maior cooperação em questões importantes. A Conferência da ONU de 1972 sobre o Meio Ambiente Humano reuniu as nações industrializadas e em desenvolvimento para delinear os ‘direitos’ da família humana a um ambiente saudável e produtivo. Seguiu-se uma série dessas reuniões: sobre

---

31 A World Commission on Environment and Development foi criada em 1983 pela ONU, por iniciativa de seu Secretário-Geral, Javier Pérez de Cuéllar, que convidou Gro Harlem Brundtland para a presidir. A Comissão, vinculada ao PNUMA, passaria logo a ser conhecida por Comitê Brundtland. Seu objetivo era estabelecer um relatório sobre o meio ambiente, formulando ao mesmo tempo estratégias de governança global até 2000 (e além), capazes de compatibilizar o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente.

32 Cf. Gro Harlem Brundtland, *Our Common Future, Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Chairman’s Foreword, 20/III/1987: “There was a time of optimism and progress in the 1960s, when there was greater hope for a braver new world, and for progressive international ideas. Colonies blessed with natural resources were becoming nations. The locals of co-operation and sharing seemed to be seriously pursued. Paradoxically, the 1970s slid slowly into moods of reaction and isolation while at the same time a series of UN conferences offered hope for greater co-operation on major issues. The 1972 UN Conference on the Human Environment brought the industrialized and developing nations together to delineate the “rights” of the human family to a healthy and productive environment. A string of such meetings followed: on the rights of people to adequate food, to sound housing, to safe water, to access to means of choosing the size of their families. The present decade has been marked by a retreat from social concerns. Scientists bring to our attention urgent but complex problems bearing on our very survival: a warming globe, threats to the Earth’s ozone layer, deserts consuming agricultural land”.



os direitos das pessoas a uma alimentação adequada, a uma moradia bem construída, à água potável e a ter acesso aos meios de escolher o tamanho de suas famílias. A presente década tem-se caracterizado pelo recesso das preocupações sociais. Os cientistas chamam a atenção para problemas urgentes, mas complexos, que tratam de nossa própria sobrevivência: um planeta em aquecimento, ameaças à camada de ozônio, desertificação de terras agricultáveis.

O estado das sociedades que Brundtland revelava em 1987 ganharia nos dois anos seguintes cores ainda mais sombrias na Conferência de Toronto sobre a Mudança da Atmosfera, com o depoimento de James Hansen ao Senado dos EUA acerca das mudanças climáticas e com o clássico *The End of Nature* (1989) de Bill McKibben.

## A ESPECIFICIDADE DE NOSSO TEMPO

Ao longo do livro, voltarei mais detidamente ao passado. Essas considerações introdutórias eram necessárias apenas para propor um efeito de contraste entre aqueles anos e os nossos. O estado do planeta mostra-se hoje – 35 anos após o relatório Brundtland e 30 anos após a Conferência ECO-92 no Rio de Janeiro – incomparavelmente mais crítico e brutal. Mas o que permite compreender a especificidade de nosso tempo não é apenas uma diferença de grau em relação às crises das décadas finais do século XX. O estado atual das sociedades não é apenas mais grave. Ele difere *qualitativamente* desse passado recente e é preciso compreender bem em que consiste essa diferença.

Até o século XX, todo presente dispunha de uma gama relativamente ampla de escolhas para criar seus futuros, dentro, naturalmente, do

universo de condicionantes que lhe impunha seu próprio passado. Lembremos mais uma vez a célebre reflexão com que Marx abre sua mais brilhante análise política, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>33</sup> Isso era incontestavelmente verdadeiro até há pouco. Hoje, não mais. Não porque a tensão entre o presente e a carga do passado histórico, entre liberdade e necessidade, tenha deixado de existir, mas porque a relação entre esses dois termos se desequilibrou. O que caracteriza o nosso tempo, após 70 anos de crescentes emissões de gases de efeito estufa (GEE), de poluição e destruição da natureza, é a minimização dessa liberdade de escolhas de futuro em face da maximização das condicionantes passadas. E isso por uma simples razão: o sistema Terra – vale dizer, as leis da física e da biologia – restringe hoje ao máximo o leque de possibilidades futuras da história humana. As sociedades passadas sempre puderam criar em grande medida seus futuros porque, ao longo dos últimos dez milênios (Holoceno): (1) não haviam destruído a biosfera numa intensidade capaz de interferir desastrosamente em seus equilíbrios em escala global; (2) puderam desfrutar da excepcional estabilidade do sistema climático durante toda essa época geológica que, não por acaso, coincide com o advento da agricultura, com a produção de excedente e, em suma, com a história de todas as civilizações. O sistema Terra era então apenas a moldura do drama histórico. Ele era, por assim dizer, uma premissa, um dado neutro, quando não benigno, e assim o percebiam as sociedades.

---

33 Cf. Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

Catástrofes naturais ocorriam, é claro, por vezes com poder decisório sobre o destino de tal ou qual sociedade. Mas eram fatos excepcionais e, justamente por isso, o termo “catástrofe” designava um evento imprevisto e resolutivo no gênero específico da tragédia, não da história.

Hoje, ao contrário, o sistema Terra em nada mais se assemelha a uma moldura. Suas respostas à interferência antrópica excessiva em seus equilíbrios tornam-no, cada vez mais, um ator incontornável da trama histórica. A tendência atual, mantida a trajetória em que estamos, é de que essas respostas ganhem em breve mais relevância do que as decisões tomadas pelas sociedades sobre seu próprio destino. E eis o mais crucial: essa tendência já se tornou, em crescente medida, *irreversível*. Por irreversível entenda-se, antes de mais nada, que o sistema climático continuará a se aquecer, os desvios das médias meteorológicas do passado e os eventos meteorológicos extremos – secas, inundações, furacões etc. – continuarão a se intensificar, as geleiras continuarão a se retraindo e o nível do mar continuará a se elevar numa velocidade maior que a do século XX.<sup>34</sup> Na realidade, muito maior, porque estão em aceleração. Também a degradação da biosfera apresenta agora sinais de irreversibilidade. A fulminante antropização de mais de 70% dos habitats planetários<sup>35</sup> condena agora um sem número de espécies

---

34 Cf. Qin Dahe (codiretor do IPCC-AR5), “Human influence on climate clear, IPCC report says”, UN and climate change, 27/IX/2014: “À medida que os oceanos se aquecem e as geleiras e mantos de gelo se reduzem, o nível médio global do mar continuará a se elevar, mas a uma taxa mais rápida do que a observada nos últimos 40 anos” (“As the ocean warms, and glaciers and ice sheets reduce, global mean sea level will continue to rise, but at a faster rate than we have experienced over the past 40 years”).  
<<http://www.un.org/climatechange/blog/2013/09/human-influence-on-climate-clear-ipcc-report-says/>>  
<[https://www.ipcc.ch/news\\_and\\_events/docs/ar5/press\\_release\\_ar5\\_wgi\\_en.pdf](https://www.ipcc.ch/news_and_events/docs/ar5/press_release_ar5_wgi_en.pdf)>.

35 Corey J. A. Bradshaw *et al.*, “Underestimating the Challenges of Avoiding a Ghastly Future”. *Frontiers of Conservation Science*, 13/1/2021: “>70% of the Earth’s land surface has been altered by *Homo sapiens*.”

à extinção a uma velocidade dezenas, centenas ou milhares de vezes maior do que a indicada pelos registros fósseis. A teia da vida de que dependemos existencialmente continuará, portanto, a se esgarçar. No que se refere à poluição, os bilhões de toneladas de plástico e demais substâncias tóxicas industriais de longa duração já despejadas na natureza continuarão a nos adoecer e a nos matar, bem como a inúmeras outras espécies, por muitos e muitos anos. Corey Bradshaw e colegas sublinham “a quase certeza de que esses problemas irão se agravar nas próximas décadas, com impactos negativos nos próximos séculos”.<sup>36</sup> Conclusão: um futuro pior tornou-se agora inevitável, quaisquer que sejam nossas escolhas. É exatamente isso que define, e de modo tão contrastante com o passado, a especificidade de nosso tempo.

Tenhamos a honestidade de dizê-lo sem rodeios: nossas opções são entre um futuro pior e um futuro terminal. Um futuro pior é agora inevitável, mas ações políticas imediatas no sentido de atenuar a piora redundarão em possibilidades crescentes de reversão de tendências, de atenuação dos impactos, de adaptação e, portanto, de sobrevivência. Se conseguirmos entender isso e agir coletivamente em sintonia com esse entendimento, um futuro melhor pode se descortinar para nós e para a vida no planeta no outro lado desse gargalo. Teremos aprendido com o erro e há uma chance ainda considerável de que isso ocorra porque somos uma espécie com uma singular capacidade de aprendizado.

Se, por outro lado, a presente trajetória não se alterar significativamente no presente decênio, se continuarmos a viver na ilha da fanta-

---

36 Cf. Bradshaw *et al.*, cit. (2021): “We also outline likely future trends in biodiversity decline, climate disruption, and human consumption and population growth to demonstrate the near certainty that these problems will worsen over the coming decades, with negative impacts for centuries to come”.

sia do “crescimento sustentável”, o que teremos será o que a ciência há decênios vem predizendo com precisão: um futuro no qual os impactos serão cada vez maiores e mais sistêmicos, tornando nossas possibilidades de adaptação cada vez menores. Para nós e para tantas outras espécies, repita-se, um mundo terminal. Nossa estreitíssima margem de escolhas neste decênio resume-se a esta bifurcação e é ela que define nosso destino. É ela que motiva e dá sentido não apenas a este livro, mas a toda ação humana ciente de sua condição contemporânea. Compenetrar-se dessa nova realidade supõe compreender a dinâmica e as devidas implicações de quatro dossiês fundamentais que se reforçam reciprocamente e que serão discutidos no decorrer deste livro: (1) a aniquilação da biodiversidade; (2) a emergência climática; (3) os níveis pandêmicos de adoecimento (físico e mental) e de mortes prematuras pela poluição químico-industrial; e (4) os níveis aberrantes e crescentes de desigualdade, causa maior do agravamento dos três primeiros dossiês. Oito dos onze capítulos deste livro tratarão destes quatro dossiês.

## O QUE É ESSENCIAL COMPREENDER SOBRE O COLAPSO SOCIOAMBIENTAL EM CURSO

O título do relatório de 2019 do Institute for Public Policy Research (IPPR), de Londres, chama corajosamente nossa época pelo seu nome: “a idade do colapso ambiental” (*the age of environmental breakdown*).<sup>37</sup> Eis o que é essencial compreender sobre o colapso socioambiental em curso:

---

37 Cf. Laurie Laybourn-Langton, Lesley Rankin, Darren Baxter, “This is crisis. Facing up to the age of environmental breakdown”. IPPR, Londres, fevereiro de 2019. <<https://www.ippr.org/files/2019-02/risk-and-environment-february19.pdf>>.

1. O colapso ambiental não é um evento com data marcada para ocorrer. Trata-se do processo em que estamos.<sup>38</sup> Esse processo é sutilmente pontuado por sucessivos estágios de agravamento em intensidade, amplitude e frequência de suas manifestações e impactos. Mais importante que tudo: embora gradual, essa sucessão de estágios se caracteriza por sua aceleração e por evoluir de modo não linear (e tendencialmente exponencial), condicionada que é por inúmeras alças de retroalimentação. Disso decorre a certeza de que, mantida a atual trajetória, a situação das sociedades ao final deste decênio será (muito) mais crítica do que em seu início.

2. A principal implicação dessa aceleração é que o tempo se torna, aos poucos, a principal variável na avaliação dos riscos. O tempo é, hoje, nosso maior inimigo. Como afirmado na seção precedente, a especificidade de nosso tempo reside, justamente, na nossa decrescente capacidade de mitigar os crescentes desequilíbrios dos sistemas físicos e biológicos. De onde se conclui que, *na ausência de mudança radical e imediata, ou de curtíssimo prazo, de trajetória*, as ações humanas voltadas para a reversão desse processo precisarão ser cada vez mais radicais e serão cada vez menos efetivas, até se tornarem, caso continuem a ser retardadas, quase irrelevantes.

3. Mudar nossa trajetória de colapso requer não apenas parar de destruir a natureza agora, mas se empenhar em reconstruir, na medida do possível, o que foi destruído desde ao menos os anos 1950. Se os últimos 70 anos foram os anos da “Grande Aceleração”, ou seja, da “Grande Destruição”, os próximos decênios terão de ser os da

---

38 Cf. L. Marques, “O colapso socioambiental não é um evento, é o processo em curso”. *Revista Rosa*, 1, 1, 2020.

“Grande Restauração”.<sup>39</sup> É preciso apostar que isso ainda é possível. Essa aposta é, contudo, razoável se, e somente se, como indivíduos e como sociedade globalmente organizada reagirmos com presteza e à altura do que exige agora a emergência climática e demais emergências socioambientais.

Fala-se hoje muito, mais que nunca, em emergência climática e em outras emergências. O problema é que, à força de repeti-la, a expressão perde seu significado. Uma definição formalizada desse estado generalizado de emergência(s) foi proposta por Timothy Lenton e colegas da seguinte maneira:<sup>40</sup>

Definimos emergência (E) como o produto da multiplicação do risco pela urgência. O risco (R) é definido pelas seguradoras como probabilidade (p) multiplicada pelo dano (D). Urgência (U) é definida em situações de emergência como o tempo de reação a um alerta ( ) dividido pelo tempo de intervenção restante para evitar um mau resultado (T). Assim:  $E = R \times U = p \times D \times \text{ /T}$ .

A situação é uma emergência se o risco e a urgência forem altos. E se o tempo de reação for maior que o tempo de intervenção ainda restante (  $\text{ /T} > 1$ ), perdemos o controle.

O risco é altíssimo porque a probabilidade é crescente e o dano ainda maior. O tempo de reação restante é exíguo, já que estamos na

39 Cf. Graham Lawton, “A rescue plan for the future”. *New Scientist*, 20/II/2021, pp. 34–41.

40 Cf. Timothy Lenton *et al.*, “Climate tipping points. Too risky to bet Against”. *Nature*, 575, 28/XI/2019: “We define emergency (E) as the product of risk and urgency. Risk (R) is defined by insurers as probability (p) multiplied by damage (D). Urgency (U) is defined in emergency situations as reaction time to an alert ( ) divided by the intervention time left to avoid a bad outcome (T). Thus:  $E = R \times U = p \times D \times \text{ /T}$  The situation is an emergency if both risk and urgency are high. If reaction time is longer than the intervention time left (  $\text{ /T} > 1$ ), we have lost control”.

iminência de ultrapassar perdas de biodiversidade e desequilíbrios climáticos irreversíveis. O tempo de reação das sociedades não pode ser maior que o tempo requerido para uma intervenção robusta e à altura da gravidade da situação, e é justamente por isso que o presente decênio é decisivo. Ele o é porque nos próximos dez anos as sociedades têm ainda o potencial de determinar as condições em que os jovens de hoje e as gerações futuras poderão (ou não) viver neste planeta, nosso único hábitat possível.<sup>41</sup>

Dito de modo ainda mais direto, tudo depende agora da política. Não mais da economia, como se discutirá em detalhe no capítulo 10. Tudo depende de entendermos que a esfera da economia perdeu a hegemonia que o mundo contemporâneo lhe conferiu. O grau de radicalidade política das mudanças que as sociedades se mostrarem aptas a realizar nos próximos anos é o fator decisivo que moldará duradouramente seu destino e o de inúmeras outras espécies. É preciso reconhecer o abismo intransponível entre as mutações civilizacionais exigidas ao longo deste decênio e os discursos “verdes” dos governantes, dos gestores da economia globalizada e de seus acadêmicos. Não se trata de reduzir esses discursos a retóricas hipócritas. É óbvio que são hipócritas, ao menos em sua esmagadora maioria. Mas o problema não reside na maior ou menor sinceridade dos que os enunciam. O problema reside na incapacidade desses discursos de se traduzirem em mudanças efetivas, e isso por três razões: (1) os Estados carecem de po-

---

41 Sobre a ideia de um planeta inabitável, pode-se ler com proveito textos também de jornalistas cientificamente informados como Mark Lynas, *Our Final Warning. Six Degrees of Climate Emergency*, Londres, 4<sup>th</sup> State, 2020 e David Wallace-Wells, *The Uninhabitable Earth. Life after warming*, Nova York, Tim Duggan Books, 2019, Sobre o livro de Wallace-Wells, veja-se o interessante debate entre o autor e Michael Mann: “The Doomed Earth Controversy”. Novembro de 2017 <<https://www.youtube.com/watch?v=VfZbYcLxQBI>>.



der mandatário sobre a rede corporativa e mesmo não se distinguem mais dos interesses dessa rede; (2) a dinâmica inerentemente expansiva do sistema econômico globalizado é incompatível com uma economia da sobriedade, a única capaz de transitar rapidamente para outro sistema energético e outro sistema de alimentação; e, finalmente, (3) a ordem jurídica internacional, baseada no axioma da soberania absoluta dos Estados nacionais, perpetua a lógica concorrencial que predomina nas relações entre esses Estados.

## A DIFICULDADE DE APREENDER INTUITIVAMENTE AS DINÂMICAS DE ACELERAÇÃO

Para entender melhor essa incapacidade de mudança, ao menos nos prazos necessários para evitar o pior, convém ainda uma palavra sobre as dinâmicas de aceleração. Pensar que mudanças políticas radicais em uma década não são imprescindíveis, ou não são factíveis, revela incompreensão sobre a natureza da dinâmica de aceleração. Na nova época geológica iniciada na segunda metade do século XX, o Antropoceno,<sup>42</sup> a atividade humana tornou-se a variável mais importante

---

42 O Grupo de trabalho sobre Antropoceno da Subcomissão sobre a Estratigrafia do Quaternário assim define o Antropoceno: “O intervalo de tempo presente no qual muitas condições e processos geológicos significativos são profundamente alterados pelas atividades humanas. Estes abrangem: erosão, transportes de sedimentos associados a uma variedade de processos antropogênicos, colonização, agricultura, urbanização, aquecimento global, a composição química da atmosfera, oceanos e solos com perturbações antropogênicas significativas dos ciclos de elementos como o carbono, nitrogênio, fósforo, vários metais, acidificação oceânica, ampliação das ‘zonas mortas’, perturbações da biosfera terrestre e marítima, perda de habitat, predação, invasões de espécies e as mudanças químicas mencionadas acima” <<http://quaternary.stratigraphy.org/workinggroups/anthropocene/>>. Sobre o Antropoceno, veja-se: Paul J. Crutzen & Eugene F. Stoermer, “The Anthropocene”. *JGBP Newsletter*, 41, 2000, p. 12; Paul J. Crutzen, “Geology of mankind”. *Nature*, 415, 6867, 2002, p.23; Idem, “The Anthropocene”, in E. Ehlers, T. Krafft (eds.), *Earth System Science in the Anthropocene: Emerging Issues and Problems*. Nova York, Springer, 2006; Will Steffen, Paul J. Crutzen & John McNeill, “The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?” *Ambio*, 36, 8, 2007; Will Steffen, Jacques Grinevald; Paul J. Cruzen & John McNeill, “The Anthropocene: conceptual and

nas dinâmicas do sistema Terra, não apenas por sua mudança de escala, mas também e sobretudo pela velocidade crescente dessa mudança, isto é, por sua *aceleração*. Antropoceno e aceleração tornaram-se termos praticamente intercambiáveis. O programa de pesquisas dedicadas às mudanças globais – Global Change International Geosphere–Biosphere Programme (IGBP)<sup>43</sup> – demonstrou em sua síntese de 2004 a emergência de uma “Grande Aceleração” a partir de 1950, considerado o período 1750–2000. Eis a síntese de seus resultados:<sup>44</sup>

A segunda metade do século XX é única em toda a história da existência humana na Terra. Muitas atividades humanas alcançaram pontos de decolagem em algum momento desse século e se aceleraram fortemente no final dele. Os últimos 50 anos testemunharam, sem dúvida, a mais rápida transformação da relação humana com o mundo natural na história da humanidade.

Essa transformação vertiginosa nas relações entre os humanos e o mundo encontrou seu ícone nos 24 indicadores em interação (12 indicadores socioeconômicos e 12 relativos a mudanças antropogênicas

---

historical perspectives”. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 369, 2011, pp. 842–867; Jan Zalasiewicz (2015), “The Anthropocene as a potential new unit of the Geological Time Scale” <<https://www.youtube.com/watch?v=FbbXlgkgE>>; Liz-Rejane Issberner & Philippe Lena (eds.), *Brazil in the Anthropocene. Conflicts between predatory development and environmental policies*. Londres, Routledge, 2016; L. Marques “Gênese da ideia de Antropoceno”, in *Capitalismo e colapso ambiental*. Editora da Unicamp, 3ª ed., 2018, capítulo 10: Antropoceno. Rumo à hipobiosfera, item 10.1, pp. 461–480.

43 Veja-se <<http://www.igbp.net/about.4.6285fa5a12be4b403968000417.html>>.

44 Cf. Will Steffen, Angelina Sanderson, Peter D. Tyson *et al.*, *Global Change and the Earth System: A Planet Under Pressure*. The IGBP Book Series. Springer, 2004, p. 131: “The second half of the twentieth century is unique in the entire history of human existence on Earth. Many human activities reached take-off points sometime in the twentieth century and have accelerated sharply towards the end of the century. The last 50 years have without doubt seen the most rapid transformation of the human relationship with the natural world in the history of humankind”.

no sistema Terra), atualizados em 2015 por Will Steffen e colegas<sup>45</sup> até 2010. Como afirmam os autores desse trabalho seminal: “É difícil superestimar a escala e a velocidade das mudanças. No intervalo de tempo de duas gerações – ou o tempo de uma única vida – a humanidade (ou até pouco tempo uma pequena fração dela) tornou-se uma força geológica em escala planetária”.<sup>46</sup>

A dificuldade de apreender intuitivamente as implicações da “Grande Aceleração” em curso reside no hábito de prefigurar o futuro a partir das experiências e das métricas do passado. Nada, contudo, pode ser mais enganoso para o senso comum do que uma dinâmica de aceleração, sobretudo quando se levam em conta as respostas não lineares do sistema Terra ao aumento e ao acúmulo de perturbações antropogênicas. Tomemos, por exemplo, a elevação do nível do mar. No período 1900–1930, a taxa média de elevação do nível do mar era de 0,6 milímetros (mm) por ano. Entre 2014 e 2017, o nível do mar se elevou em média 5 mm por ano e em 2019 ele se elevou 6,1 mm em relação a 2018.<sup>47</sup> Em apenas um século, portanto, a rapidez da elevação do nível do mar mais que decuplicou. Isso significa que, na média, a cada 33 anos essa rapidez duplicou, passando de 0,6 mm, para 1,2 mm, 2,4 mm e para 4,8 mm. E estamos em via de duplicá-la mais uma vez, talvez antes dos próximos 33 anos. Isso se chama um crescimento exponencial, um tipo de dinâmica que nossa intuição tem

---

45 Cf. Will Steffen, Wendy Broadgate, Lisa Deutsch, Owen Gaffney, Cornelia Ludwig, “The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration”. *The Anthropocene Review*, 2015, 2(1), pp. 81–98; John McNeill, Peter Engelke, *The Great Acceleration. An environmental history of the Anthropocene since 1945*. Harvard Univ. Press, 2014.

46 Cf. Steffen *et al.* (2015), cit.: “It is difficult to overestimate the scale and speed of change. In little over two generations – or a single lifetime – humanity (or until very recently a small fraction of it) has become a planetary-scale geological force”.

47 Cf. Rebecca Lindsey, “Climate Change. Global Sea Level”. NOAA, 14/VIII/2020: “From 2018 to 2019, global sea level rose 0.24 inches (6.1 mm.).”

dificuldade de apreender em nossa experiência cotidiana. Em 2011, James Hansen e Makiko Sato mostravam a magnitude assombrosa de um provável aumento exponencial do nível do mar neste século:<sup>48</sup>

Conforme o aquecimento aumenta, o número de rios de gelo a contribuir para a perda de massa aumentará, contribuindo para uma resposta não linear, melhor caracterizada por um aumento exponencial do que por um aumento linear. Hansen (2007) sugeriu que um tempo de duplicação a cada 10 anos era plausível, e indicou que tal tempo de duplicação, a partir de uma contribuição do manto de gelo de 1 mm por ano para o nível do mar na década de 2005-2015, levaria a cumulativos 5 metros de aumento do nível do mar em 2095.

Em 2016, os mesmos autores, ao lado de outros colegas, reafirmaram com mais dados os resultados de sua análise:<sup>49</sup>

Nossa hipótese é que a perda de massa do gelo mais vulnerável, suficiente para aumentar o nível do mar em vários metros, aproxima-se melhor de uma resposta exponencial do que de uma resposta linear. Tempos de duplicação de 10, 20 ou 40 anos produzem aumentos de vários metros no nível do mar em cerca de 50, 100 ou 200 anos.

---

48 Cf. James E. Hansen and Makiko Sato, “Paleoclimate Implications for Human-Made Climate Change”. *Climate Change: Inferences from Paleoclimate and Regional Aspects*, 2011: “As warming increases, the number of ice streams contributing to mass loss will increase, contributing to a nonlinear response that should be approximated better by an exponential than by a linear fit. Hansen (2007) suggested that a 10-year doubling time was plausible, and pointed out that such a doubling time, from a 1 mm per year ice sheet contribution to sea level in the decade 2005-2015, would lead to a cumulative 5 m sea level rise by 2095”.

49 Cf. James Hansen *et al.*, “Ice Melt, Sea Level Rise and Superstorms: Evidence from Paleoclimate Data, Climate Modeling, and Modern Observations that 2°C Global Warming is Dangerous”. *Atmospheric Chemistry and Physics. An interactive open-access journal of the European Geosciences Union*, 16, 22/III/2016: “We hypothesize that ice mass loss from the most vulnerable ice, sufficient to raise sea level several meters, is better approximated as exponential than by a more linear response. Doubling times of 10, 20 or 40 years yield multi-meter sea level rise in about 50, 100 or 200 years”.

A elevação do nível do mar tornou-se irreversível. Já em seu Terceiro Relatório de Avaliação, há pouco mais de 20 anos (AR3 2001), o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) afirmava: “projeta-se que o nível do mar continuará a se elevar por muitos séculos”.<sup>50</sup> O IPCC, é verdade, não tem integrado a hipótese de um aumento exponencial de Hansen e colegas em suas projeções de elevação do nível do mar. Mas em apoio a ela, Mohsen Taherkhani e colegas mostram que “as probabilidades de inundações extremas (na linha costeira) dobram aproximadamente a cada cinco anos no futuro”.<sup>51</sup> Paul Voosen reporta predições segundo as quais quando os níveis do mar aumentarem 25 centímetros acima dos níveis de 2000, o que pode ser atingido já em 2040, inundações da linha costeira que ocorrem uma vez por século podem ocorrer anualmente.<sup>52</sup> Scott Kulp e Benjamin Strauss, do Climate Central, projetam, enfim, que cerca de 300 milhões de pessoas em seis países da Ásia vivem hoje em terrenos que serão inundados durante as marés altas em meados do século XXI, algo impensável poucos anos atrás.<sup>53</sup> Como afirmam Robert DeConto e David Pollard: “Hoje estamos medindo a elevação do nível do mar em milímetros por ano. Falamos de um potencial para medi-la em centímetros por ano apenas em decorrência do degelo da Antártida”.<sup>54</sup> Apenas

---

50 Cf. IPCC AR3 *Climate Change 2001: Synthesis Report*: “sea level is projected to continue to rise for many centuries” <<http://www.ipcc.ch/ipccreports/tar/vol4/011.htm>>.

51 Cf. Mohsen Taherkhani *et al.*, “Sea-level rise exponentially increases coastal flood frequency”. *Scientific Reports*, 16/IV/2020: “We find that the odds of extreme flooding double approximately every 5 years into the future”.

52 Cf. Paul Voosen, “Seas are rising faster than ever”. *Science*, 370, 20/XI/2020, p. 901.

53 Cf. Scott A. Kulp & Benjamin H. Strauss, “New elevation data triple estimates of global vulnerability to sea-level rise and coastal flooding”. *Nature Communications*, 10, 29/X/2019.

54 Robert M. DeConto & David Pollard, “Contribution of Antarctica to past and future sea-level rise”. *Nature*, 531, 31/III/2016: “Today we’re measuring global sea level rise in millimetres per year. We’re talking about the potential for centimetres per year just from Antarctica”.

pelo degelo da Antártida, o nível médio do mar pode subir dezenas de centímetros ainda neste século. A fratura do Thwaites, o maior glaciar do mundo (flutuante sobre o mar de Amundsen na Antártida Ocidental) é iminente. Segundo os participantes de uma recente expedição à Antártida, “o Thwaites está realmente se segurando hoje pelas unhas, e devemos esperar grandes mudanças em pequenas escalas de tempo no futuro, mesmo de um ano para o outro”.<sup>55</sup> Sua fratura desobstruirá o caminho para que imensas quantidades de gelo continental cheguem ao mar. Segundo Erin Pettit, “se a plataforma de gelo oriental de Thwaites colapsar, o gelo nesta região poderá fluir até três vezes mais rápido para o mar. E se a geleira desabar completamente, ela aumentará o nível do mar em 65 centímetros”.<sup>56</sup> Na Antártida Oriental, onde ainda há pouco não se detectava degelo e havia mesmo aumento do gelo marítimo,<sup>57</sup> o colapso recente da plataforma de gelo Conger em meados de março de 2022, sob o impacto de temperaturas até 40°C acima da média histórica, marca o primeiro colapso de uma geleira nessa região mais fria do continente e é outro signo do que está por vir.<sup>58</sup> Tudo o que é possível fazer agora é desacelerar ao máximo esse processo, antes que ele salinize deltas e aquíferos, destrua as praias e, em geral, os ecossistemas costeiros, torne inabitável muitas cidades e amea-

---

55 Cf. Mia Jankowicz, “‘Doomsday Glacier’ in Antarctica Is Holding on ‘By Its Fingernails’”, *Scientists Warn. Science alert*, 7 set. 2022: “Thwaites is really holding on today by its fingernails, and we should expect to see big changes over small timescales in the future – even from one year to the next”.

56 Citado por Alexandra Witze, “Giant cracks push imperilled Antarctic glacier to collapse”. *Nature*, 14/XII/2021: “If Thwaites’s eastern ice shelf collapses, ice in this region could flow up to three times faster into the sea, Pettit says. And if the glacier were to collapse completely, it would raise sea levels by 65 centimetres”.

57 Uma análise da aceleração recente do degelo na Antártida, a partir sobretudo de dados do National Snow and Ice Data Center (NSIDC), encontra-se em José Eustáquio Diniz Alves, “Recorde máximo de temperatura e de degelo na Antártida”. *EcoDebate*, 18/IV/2022.

58 Cf. Donna Lu, “Satellite data shows entire Conger ice shelf has collapsed in Antarctica”. *The Guardian*, 25/III/2022.

ce as usinas nucleares. Isso só será possível se as sociedades priorizarem o desmatamento zero e a descarbonização da economia, em suma, se priorizarem a redução das concentrações atmosféricas de GEE. Por ora, porém, essas concentrações estão aumentando aceleradamente.

A velocidade crescente do aumento das concentrações atmosféricas de CO<sub>2</sub> fornece outro exemplo didático da dificuldade de compreender os desdobramentos das dinâmicas de aceleração. Guy Stewart Callendar mal podia imaginar o alcance do que escreveu em 1939: “É um lugar-comum a afirmação de que o homem é capaz de acelerar os processos da Natureza [...]. O homem está agora mudando a composição da atmosfera a uma taxa que deve ser excepcional na escala do tempo geológico”.<sup>59</sup> Isso, repita-se, em 1939! Hoje, como afirmava em 2017 Pieter Tans, “a taxa de crescimento das concentrações de CO<sub>2</sub> na atmosfera na última década ocorreu 100 a 200 vezes mais rapidamente do que a Terra experimentou durante a transição da última idade do gelo [cerca de 15.000 a 11.700 anos antes do presente]. Esse é um choque real para a atmosfera”.<sup>60</sup> Em 2020, uma declaração da Geological Society of London reconhece a singularidade dessa aceleração na escala do tempo geológico.<sup>61</sup>

---

59 Cf. Guy Stewart Callendar, “The Composition of the Atmosphere through the Ages”. *Meteorological Magazine*, 74, 1939, pp. 33–39: “It is a commonplace that man is able to speed up the processes of Nature, and he has now plunged heavily into her slow-moving carbon dioxide into the air each minute. (...) Man is now changing the composition of the atmosphere at a rate which must be very exceptional on the geological time scale”.

60 Citado por Brian Kahn, “Carbon Dioxide is raising at Record Rates”. *Climate Central*, 10/III/2017: “The rate of CO<sub>2</sub> growth over the last decade is 100 to 200 times faster than what the Earth experienced during the transition from the last Ice Age. This is a real shock to the atmosphere.”

61 Cf. Caroline H. Lear *et al.*, “Geological Society of London Scientific Statement: what the geological record tells us about our present and future climate”. *Journal of Geological Society*, 178, 2020: “The current speed of human-induced CO<sub>2</sub> change and warming is nearly without precedent in the entire geological record, with the only known exception being the instantaneous, meteorite-induced event that caused the extinction of non-bird-like dinosaurs 66 million years ago”.

A velocidade atual da mudança de CO<sub>2</sub> induzida pelo homem e do aquecimento é, por assim dizer, sem precedentes em todos os registros geológicos, com a única exceção conhecida do evento meteorítico instantâneo que causou a extinção dos dinossauros não aviários há 66 milhões de anos.

Matthias Aengenheyster e colegas expressam o mesmo consenso científico ao afirmarem que “o sistema Terra está atualmente em um estado de rápido aquecimento, sem precedentes mesmo nos registros geológicos”.<sup>62</sup> E mais uma vez estamos diante de uma dinâmica de aceleração: entre 1960 e 1969, o aumento do CO<sub>2</sub> atmosférico havia evoluído à taxa média anual de 0,85 partes por milhão (ppm).<sup>63</sup> Nos seis anos entre 2015 e 2020, esse aumento ocorreu à uma taxa média anual de 2,55 ppm.<sup>64</sup> A velocidade do aumento dessas concentrações, portanto, triplicou em apenas meio século. Já em 2013, quando as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono haviam atingido 395 ppm, sua taxa de aumento era considerada sem precedentes nos último 55 milhões de anos.<sup>65</sup> Em abril de 2021, elas atingiram 421,2 ppm, as mais altas dos últimos três milhões de anos, sendo que as concentrações típicas do Holoceno (11.700 atrás até 1950) não excediam 280 ppm. Como bem diz Ken Caldeira: “Estamos recriando o mundo dos dinos-

---

62 Cf. M. Aengenheyster, Q.Y. Feng, F. van der Ploeg & H.A. Dijkstra, “The point of no return for climate action: effects of climate uncertainty and risk tolerance, *Earth System Dynamics*, 9, 2018, pp. 1085-1095: “The Earth system is currently in a state of rapid warming that is unprecedented even in geological records”.

63 Cf. CO<sub>2</sub> acceleration <<https://www.co2.earth/co2-acceleration>>.

64 Cf. NOAA <[https://gml.noaa.gov/ccgg/trends/gl\\_gr.html](https://gml.noaa.gov/ccgg/trends/gl_gr.html)>.

65 Cf. George N. Somero *et al.*, “Review of the Federal Ocean Acidification Research and Monitoring Plan”. U.S. National Research Council of the National Academies (Division on Earth and Life Studies), 2013.



sauros cinco mil vezes mais rápido”.<sup>66</sup> Isso significa que a escala de tempo geológico colapsou na escala do tempo histórico de poucas décadas. Em termos de nossa capacidade de perturbar coordenadas cruciais do sistema Terra, dez anos de nossa história presente equivalem agora, por assim dizer, a séculos de nossa história progressa.

### ATÉ 2030: O CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE O CARÁTER DECISIVO DESTE DECÊNIO

Tudo o que foi precedentemente afirmado sobre a especificidade de nosso tempo, sobre a caracterização do processo de colapso em curso e sobre a dificuldade de apreender intuitivamente as dinâmicas de aceleração permite compreender melhor o alcance da frase de Will Steffen, citada em epígrafe. Ela resume a situação da humanidade hoje: “Estamos agora numa bifurcação. Não teremos outra década para hesitar como fizemos na década passada”.

Aos que ainda continuam a se fiar em mudanças incrementais, em responsabilidade corporativa, em mercados de carbono ou em balas de prata tecnológicas, a afirmação precedente parecerá, à primeira vista, descabida, pois não a vemos refletida na pauta das negociações diplomáticas, nos programas partidários, nos currículos escolares e universitários, nas análises políticas e no receituário dos economistas. Malgrado os esforços da coalização jornalística *Covering Climate Now*, criada em 2019,<sup>67</sup> os jornais em geral não a estampam em suas man-

---

66 Cf. Ken Caldeira, “The Great Climate Experiment. How far can we push the planet?” *Scientific American*, Setembro, 2012: “In geologic history, transitions from low- to high-CO2 atmospheres typically happened at rates of less than 0.00001 degree a year. We are re-creating the world of the dinosaurs 5,000 times faster”.

67 Cf. Mark Hertsgaard & Kyle Pope, “The media is still mostly failing to convey the urgency of the climate crisis”. *The Guardian*, 3/VI/2021.

chetes (ressalte-se, de resto, que nenhum veículo da imprensa convencional brasileira aderiu a essa coalizão). Os eleitores em sua esmagadora maioria, enfim, desconhecem (ou preferem ignorar) a iminência do caos e, em todo o caso, não orientam suas escolhas políticas pela percepção de que este decênio oferece a última oportunidade para se desviar da trajetória de um planeta crescentemente inabitável. Escapa ainda às sociedades em geral a percepção da iminência de seu desastre. Nem mesmo a maior parte dos atores engajados nas campanhas e debates em torno dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ou da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) se reconhecem hoje num veredito tão extremo. E, no entanto, ele exprime um consenso científico bem estabelecido. O que se pretende mostrar no que segue é a força desse consenso, bem como a resistência que lhe opõe a lógica do sistema econômico vigente, defendida por seus ideólogos, que poderíamos agrupar sob o termo de “gradualistas”.

Há mais de 50 anos a comunidade científica vem se mobilizando para comunicar às sociedades a inviabilidade crescente do regime energético-alimentar vigente, imposto pela economia da acumulação. As primeiras manifestações da comunidade científica em 1972 – os já citados *Only One Earth*, *Blueprint for survival* e *The Limits to Growth* –, bem como a “Advertência dos Cientistas do Mundo à Humanidade”, de 1992,<sup>68</sup> eram apenas os primeiros passos dessa mobilização, que dá um salto de radicalidade no segundo decênio do século XXI. Em 2013, Anthony Barnosky e colegas publicaram o “Consenso

---

68 Cf. *World Scientists' Warning to Humanity*, 16/VII/1992. Patrocinado pela Union of Concerned Scientists do MIT, redigido por Henry W. Kendall (Prêmio Nobel em Física de Partículas em 1990) e assinado por 1.700 cientistas, incluindo a maioria dos laureados com o Prêmio Nobel em diversos campos das ciências. <<https://www.ucsusa.org/resources/1992-world-scientists-warning-humanity>>.

Científico sobre a Manutenção dos Sistemas de Sustentação da Vida da Humanidade no Século XXI: Informação aos Formuladores de Políticas” (*Scientific Consensus on Maintaining Humanity’s Life Support Systems in the 21st Century: Information for Policy Makers*), endossado por mais de 3.700 assinaturas.<sup>69</sup> Em 2017, 2020 e 2021, William Ripple e colegas publicaram três advertências sobre a emergência ambiental e climática, subscritos por dezenas de milhares de cientistas de mais de 180 países.<sup>70</sup> Em 2021, seus signatários afirmam:<sup>71</sup>

Há um surto sem precedentes de desastres relacionados ao clima desde 2019, incluindo inundações devastadoras na América do Sul e no Sudeste Asiático, recordes avassaladores de ondas de calor e incêndios florestais na Austrália e no oeste dos EUA, uma temporada extraordinária de furacões no Atlântico e ciclones destruidores na África, Sul da Ásia e Pacífico Ocidental. Há também crescente evidência de que estamos nos aproximando ou já cruzamos pontos de inflexão associados a elementos críticos do sistema Terra, incluindo as camadas de

---

69 Cf. Barnosky *et al.* “Introducing the *Scientific Consensus on Maintaining Humanity’s Life Support Systems in the 21st Century: Information for Policy Makers*”

<[http://consensusforaction.stanford.edu/statements/Consensus\\_English.pdf](http://consensusforaction.stanford.edu/statements/Consensus_English.pdf)>.

O documento permanece aberto a subscrições em <<http://consensusforaction.stanford.edu/endorse.php>>.

70 Cf. W. Ripple *et al.*, “World Scientists’ Warning to Humanity: A Second Notice”. *BioScience*, 67, 12, XII/2017 (português: <[https://scientistswarning.forestry.oregonstate.edu/sites/sw/files/Portuguese\\_version\\_11-13-17.pdf](https://scientistswarning.forestry.oregonstate.edu/sites/sw/files/Portuguese_version_11-13-17.pdf)>); W. Ripple *et al.*, “World Scientists’ Warning of a Climate Emergency”. *BioScience*, 70, 1/1/2020; W. Ripple *et al.*, “World Scientists’ Warning of a Climate Emergency 2021”. *BioScience*, 79, 28/VII/2021

71 Cf. Ripple *et al.* (2021): “There has been an unprecedented surge in climate-related disasters since 2019, including devastating flooding in South America and Southeast Asia, record shattering heat waves and wildfires in Australia and the Western United States, an extraordinary Atlantic hurricane season, and devastating cyclones in Africa, South Asia, and the West Pacific. There is also mounting evidence that we are nearing or have already crossed tipping points associated with critical parts of the Earth system, including the West Antarctic and Greenland ice sheets, warm-water coral reefs, and the Amazon rainforest. Given these alarming developments, we need short, frequent, and easily accessible updates on the climate emergency”.

gelo da Antártida Ocidental e da Groenlândia, recifes de coral tropicais e a floresta amazônica. Dados esses desenvolvimentos alarmantes, precisamos de atualizações rápidas, frequentes e facilmente acessíveis sobre a emergência climática.

Os dois mais importantes coletivos científicos da atualidade, o IPBES<sup>72</sup> e o IPCC,<sup>73</sup> trabalham em conjunto para fornecer essas atualizações e ampliar a consciência do caráter decisivo do momento atual. Em junho de 2021, um *workshop* conjunto do IPBES e do IPCC ressalta um fato de importância transcendental:<sup>74</sup>

Em cenários de aquecimento associados a pouco sucesso na mitigação do clima (RCP 8.5), projeta-se uma ruptura abrupta da estrutura, função e serviços ecológicos nos sistemas marinhos tropicais até 2030, seguida pela ruptura das florestas tropicais e pelos sistemas de mais alta latitude até 2050.

Analisando esse processo de fulminante degradação dos ecossistemas oceânicos, Sylvia Earle, ex-cientista chefe da National Oceanic and

---

72 A Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecosistêmicos (IPBES) foi estabelecida em 2012 na Cidade do Panamá por 94 governos.

73 O IPCC (Plataforma Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas) foi estabelecido em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Sua missão é avaliar regularmente a ciência relacionada às mudanças climáticas no intuito de fornecer aos governantes e demais formuladores de políticas públicas subsídios sobre os riscos presentes e futuros implicados nessas mudanças, bem como sobre estratégias de mitigação e adaptação a seus impactos. O IPCC produziu até a presente data seis relatórios de avaliação (1990, 1995, 2001, 2007 e 2013/14 e 2021/2022) e três relatórios especiais (2018 e 2019), além de um relatório sobre metodologia. Veja-se: <<https://www.ipcc.ch/reports/>>.

74 Cf. “Scientific Outcome of the IPBES-IPCC co-sponsored workshop on biodiversity and climate change”. Junho de 2021. <[https://www.ipbes.net/sites/default/files/2021-06/20210609\\_scientific\\_outcome.pdf](https://www.ipbes.net/sites/default/files/2021-06/20210609_scientific_outcome.pdf)>: “Under warming scenarios associated with little successful climate mitigation (RCP 8.5), abrupt disruption of ecological structure, function and services is expected in tropical marine systems by 2030, followed by tropical rain forests and higher latitude systems by 2050”.

Atmospheric Administration (NOAA), reitera o prognóstico deste workshop IPBES-IPCC:<sup>75</sup>

Eis onde estamos agora. *Eis os próximos 10 anos*, com essa nova consciência dos problemas que criamos para nós mesmos, e 2020 deveria ter sido o grande alerta. Nós, humanos, temos que dar ouvidos às leis da natureza e enfrentar a realidade de que estamos causando nossa própria desgraça

A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Década da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030) (*Decade of Ocean Science for Sustainable Development*) numa tentativa de “reverter o ciclo de declínio da saúde dos oceanos”.<sup>76</sup> Para tanto, outro coletivo científico, o IOC (Intergovernmental Oceanographic Commission), criado em 1960 e coordenado pela UNESCO, lançou o Plano de Implementação da Década do Oceano, cuja função é propor “a ciência que precisamos para o oceano que queremos”.<sup>77</sup>

À medida que o mundo enfrenta desafios globais, como a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas e a erosão da biodiversidade, há

---

75 Cf. Fiona Harvey, “We’re causing our own misery: oceanographer Sylvia Earle on the need for sea conservation”. *The Guardian*, 12/VI/2021: “That’s where we’re at. That’s the next 10 years, with this new awareness of the trouble we have created for ourselves, and 2020 should have been the [big wake-up call](#). We humans, we have to listen to the laws of nature and face up to the reality that we’re causing our own misery.”

76 Cf. United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030): “The United Nations has proclaimed a **Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030)** to support efforts to reverse the cycle of decline in ocean health” <<https://en.unesco.org/ocean-decade>>.

77 Cf. The UN Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030): Implementation Plan, Summary: “As the world grapples with global challenges, such as the COVID-19 pandemic, climate change and biodiversity erosion, there is little doubt that our health and well-being depend on the health and resilience of ocean ecosystems. We must take action to protect them now”. <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376780>>.

poucas dúvidas de que nossa saúde e bem-estar dependem da saúde e da resiliência dos ecossistemas oceânicos. Devemos tomar medidas para protegê-los *agora*.

Também para Johan Rockström, diretor do Potsdam Institute for Climate Impact Research, a perda atual de biodiversidade é tão fulminante, que não se pode falar sequer de um prazo tão curto quanto um decênio para revertê-la:<sup>78</sup>

Estamos em um ponto tão perigoso no que se refere à perda de espécies e à destruição de ecossistemas na Terra que temos que deter a queda da biodiversidade tão cedo quanto possível. É chegado o momento de estabelecer perda zero de biodiversidade como meta em 2021 ou 2022, em suma, *no início deste decênio*. Perda zero de natureza a partir de agora seria o equivalente a um 1,5°C como aquecimento máximo permitido.

Esta avaliação ecoa a de Robert Watson. Em uma conferência de imprensa em 2018, o ex-diretor do IPBES denuncia as políticas dilatórias no combate à predação da biosfera:<sup>79</sup>

---

78 Veja-se *Breaking Boundaries: The Science of Our Planet*. Dirigido por John Klay, com a participação de David Attenborough, Johan Rockström, Elena Bennett, Jason Box, Carlos Nobre, Terry Hughes, Veerabhadran Ramanathan, entre outros cientistas de grande relevo. Lançado em 4 de Junho de 2021: “We are in such a dangerous point when it comes to losing species and destroying ecosystems on Earth, that we have to halt the loss of biodiversity as quickly as we ever can. Now is the time to set as a target for 2021, 2022, I mean really at the early parts of this decade, that we must aim at a zero loss of nature. The equivalent of 1.5 degrees Celsius maximum allowed warming would be zero loss of nature from now onwards.”

79 Citado por Jonathan Watts, “Destruction of nature as dangerous as climate change, scientists warn”. *The Guardian*, 23/III/2018: “The time for action was yesterday or the day before. Governments recognise we have a problem. Now we need action, but unfortunately the action we have now is not at the level we need. We must act to halt and reverse the unsustainable use of nature or risk not only the future we want but even the lives we currently lead.”

O tempo para a ação era ontem ou anteontem. Os governos reconhecem que temos um problema. Agora precisamos de ação, mas infelizmente a ação que temos não está no nível requerido. Precisamos agir para deter e reverter o uso insustentável da natureza ou correr o risco não apenas de não termos o futuro que queremos, mas de não termos as vidas que levamos atualmente.

Em 2021, a International Coral Reef Society (ICRS), em colaboração com o Future Earth Coast, o PNUMA e o International Coral Reef Initiative, lançaram o relatório *Rebuilding Coral Reefs: A Decadal Grand Challenge*. A mensagem central deste documento é clara: a sobrevivência dos corais depende claramente do que se fizer neste decênio: “O próximo ano e década provavelmente oferecem a última chance para entidades internacionais, regionais, nacionais e locais para mudar a trajetória dos recifes de coral, do colapso global a uma recuperação lenta, mas constante”.<sup>80</sup> É importante entender o que está em jogo aqui. “Embora cubram menos de 0,1% do leito oceânico, os recifes de corais abrigam mais de um quarto de todas as espécies de peixes marinhos, além de muitas outras espécies de animais marinhos”, afirma a IUCN, que adverte que 33% deles, globalmente, podem ser considerados ameaçados ou criticamente ameaçados.<sup>81</sup> Na abertura da 47ª reunião do G7, no Reino Unido, em junho de 2021, foi a vez de David Attenborough soar o alarme

---

80 Cf. Nancy Knowlton *et al.*, “Rebuilding Coral Reefs: A Decadal Grand Challenge”. International Coral Reef Society and Future Earth Coasts, 2021: “The coming year and decade likely offer the last chance for international, regional, national, and local entities to change the trajectory of coral reefs from heading towards world-wide collapse to heading towards slow but steady recovery”.

81 Cf. IUCN, “Coral Reefs and Climate Change”, março, 2021: “Despite covering less than 0.1% of the ocean floor, reefs host more than one quarter of all marine fish species, in addition to many other marine animals”.

sobre a última janela de oportunidade que o presente decênio ainda oferece:<sup>82</sup>

O mundo natural hoje está muito diminuído. Isso é inegável. Nosso clima está esquentando rapidamente. Não há dúvida a respeito. Nossas sociedades e nações são desiguais, e isso é tristemente notório. Mas a questão que a ciência nos força a abordar especificamente em 2021 é se em decorrência da combinação desses fatos estamos prestes a desestabilizar todo o planeta. Se é assim, então as decisões que fizermos *nesta década* – em particular as decisões feitas pelas nações economicamente mais avançadas – são as mais importantes da história da humanidade.

Em 31 de outubro de 2021, em seu discurso proferido na seção de abertura da COP26, David Attenborough elevou ainda mais o tom: “É assim que nossa história deve terminar? Uma história da espécie mais inteligente condenada por sua característica demasiado humana de não conseguir ver a realidade mais ampla na busca de objetivos de curto prazo? [...] Precisamos deter as emissões de carbono *nesta década*.”<sup>83</sup>

---

82 Cf. Khaleda Rahman, “David Attenborough Tells G7 Climate Change Decisions ‘Most Important in Human History’”. *Newsweek*, 13/VI/2021: “The natural world today is greatly diminished. That is undeniable. Our climate is warming fast. That is beyond doubt. Our societies and nations are unequal and that is sadly plain to see. But the question science forces us to address specifically in 2021 is whether as a result of these intertwined facts we are on the verge of destabilising the entire planet. If that is so, then the decisions we make this decade – in particular the decisions made by the most economically advanced nations— are the most important in human history.”

83 Discurso proferido na seção inaugural da COP26: “We are already in trouble. The stability we all depend on is breaking. This story is one of inequality as well as instability. Today those who’ve done the least to cause this problem are being the hardest hit. Ultimately all of us will feel the impacts, some of which are now unavoidable. Is this how our story is due to end? A tale of the smartest species doomed by that all too human characteristic of failing to see the bigger picture in pursuit of short-term goals? (...) We must have carbon emissions halted this decade”. <<https://www.youtube.com/watch?v=na7Q19hV-sg>>.



Se alguém ainda vê hipérboles nessas afirmações, convém que preste atenção na linguagem empregada pelos cientistas do IPCC em seus relatórios e declarações recentes. Ao apresentar, em 2018, o Relatório Especial do IPCC sobre o aquecimento global de 1,5°C (SR1.5 2018), Debra Roberts<sup>84</sup> sublinhava a dimensão histórica transcendental dessa data: “As decisões que fizermos hoje são críticas para assegurar um mundo seguro e sustentável para todos, agora e no futuro. [...] *Os próximos poucos anos* serão provavelmente os mais importantes de nossa história”.<sup>85</sup> No Prefácio desse Relatório, Petteri Taalas, secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), e Joyce Msuya, diretora-executiva do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PMUMA), afirmam:<sup>86</sup>

Sem uma crescente e urgente ambição de mitigação *nos próximos anos*, com uma queda acentuada nas emissões de gases de efeito estufa *até 2030*, o aquecimento global ultrapassará 1,5°C nas décadas seguintes,

---

84 Além de codiretora do GT II desse relatório especial de 2018, Debra Roberts foi autora principal do capítulo 8 (Áreas urbanas) e autora contribuinte do capítulo 12 (África) do GT II do Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (AR5) de 2013, tendo sido eleita em 2015 codiretora do GT II do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC, publicado em 2021. Veja-se <<https://www.ipcc.ch/people/debra-roberts/>> (Dr. Roberts was a Lead Author of Chapter 8 (Urban Areas) and a Contributing Author to Chapter 12 (Africa) of the Working Group II contribution to the IPCC Fifth Assessment Report. She was elected as Co-Chair of Working Group II for the IPCC's Sixth Assessment cycle in 2015).

85 “The decisions we make today are critical in ensuring a safe and sustainable world for everyone, both now and in the future. (...) The next few years are probably the most important in our history”. Veja-se a apresentação desse relatório em 8/X/2018, intitulado *Global Warming of 1.5°C, an IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty* <<https://www.ipcc.ch/2018/10/08/summary-for-policymakers-of-ipcc-special-report-on-global-warming-of-1-5c-approved-by-governments/>>.

86 Cf. IPCC, SR1.5C (full report), Foreword, p. vi: “Without increased and urgent mitigation ambition in the coming years, leading to a sharp decline in greenhouse gas emissions by 2030, global warming will surpass 1.5°C in the following decades, leading to irreversible loss of the most fragile ecosystems, and crisis after crisis for the most vulnerable people and societies.”

levando à perda irreversível dos ecossistemas mais frágeis e a crises após crises para as pessoas e sociedades mais vulneráveis.

Como veremos nos capítulos 5 a 7, esse patamar de 1,5°C será ultrapassado, provavelmente, já no presente decênio. Uma pesquisa publicada por Will Steffen em 2018, à frente de uma equipe de outras 15 lideranças científicas, enfatiza como a trajetória do sistema Terra pelos próximos milênios depende das decisões tomadas nos anos 2020 e 2030:<sup>87</sup>

As tendências e decisões sociais e tecnológicas que ocorrerão *na próxima década* [2021–2030], ou nas próximas duas décadas, podem influenciar significativamente a trajetória do sistema Terra por dezenas a centenas de milhares de anos e potencialmente levar a condições que se assemelham a estados planetários vistos pela última vez há milhões de anos atrás, condições que seriam inhóspitas para as sociedades humanas atuais e para muitas outras espécies contemporâneas.

Para Johan Rockström, coautor do trabalho acima citado, o presente decênio tornou-se o tema central de um sem-número de manifestações. Em um *TED Talk* (2020), intitulado justamente “Dez anos para transformar o mundo”, ele afirma:<sup>88</sup>

---

87 Cf. Will Steffen *et al.*, “Trajectories of the Earth System in the Anthropocene”. *PNAS*, 9/VIII/2018: “We argue that social and technological trends and decisions occurring over the next decade or two could significantly influence the trajectory of the Earth System for tens to hundreds of thousands of years and potentially lead to conditions that resemble planetary states that were last seen several millions of years ago, conditions that would be inhospitable to current human societies and to many other contemporary species”.  
<<http://www.pnas.org/content/early/2018/08/07/1810141115>>.

88 “When I was on the Ted stage a decade ago, I talked about planetary boundaries that keep our planet in a state that allowed humanity to prosper. The main point is that once you transgress one, the risks start multiplying. The planetary boundaries are all deeply connected, but climate, alongside biodiversity, are core boundaries. They impact on all others. Back then, we really thought we had

Em outro *Ted Talk*, dez anos atrás, falei sobre os limites planetários que mantinham o planeta num estado em que a humanidade poderia prosperar. [...] Pensávamos realmente, então, ter mais tempo. Os alertas estavam acesos, claro, mas ainda não se desencadeara nenhuma mudança irreversível. Desde então, há crescente evidência de estarmos rapidamente nos distanciando de uma zona de segurança para a humanidade na Terra. O clima atingiu um ponto crítico global. [...] Corremos o risco de cruzar pontos de inflexão (*tipping points*) que levarão o planeta a deixar de ser nosso melhor amigo resiliente, amortecendo nossos impactos, para começar a trabalhar contra nós, amplificando o aquecimento. Pela primeira vez, somos forçados a considerar que há um risco real de desestabilizar o planeta inteiro. [...] É preciso que *os próximos dez anos, até 2030*, vejam a mais profunda transformação que o mundo jamais conheceu. Essa é nossa missão. Essa é a contagem regressiva.

Rockström voltou à carga em 2021 no já citado documentário:<sup>89</sup>

A partir da evidência que temos hoje, minha conclusão é que o que fizermos *entre 2020 e 2030* será decisivo para o futuro da humanidade

---

more time. The warning lights were on, absolutely, but no unstoppable change had been triggered. Since my talk, we have increasing evidence that we are rapidly moving away from the safe operating for humanity on Earth. Climate has reached a global crisis point. We have now had 10 years of record-breaking climate extremes. (...) We risk crossing tipping points that shift the planet from being our best resilient friend, dampening our impacts, to start working against us, amplifying the heat. For the first time, we are forced to consider the real risk of destabilizing the entire planet. (...) The next ten years, to 2030, must see the most profound transformation the world has never known. This is our mission. This is the countdown.”

[https://www.ted.com/talks/johan\\_rockstrom\\_10\\_years\\_to\\_transform\\_the\\_future\\_of\\_humanity\\_or\\_destabilize\\_the\\_planet?language=pt](https://www.ted.com/talks/johan_rockstrom_10_years_to_transform_the_future_of_humanity_or_destabilize_the_planet?language=pt).

89 “What we do between 2020 and 2030, from the evidence we have today, my conclusion is it will be the decisive decade for humanity’s future on Earth. The future is not determined. The future is in our hands. What happens over the next centuries will be determined of how we play our cards this decade”. Veja-se também a entrevista dada a Jonathan Watts, “We need bankers as well as activists... we have 10 years to cut emissions by half”. *The Guardian*, 29/V/2021.

na Terra. O futuro não está determinado. O futuro está em nossas mãos. O que acontecerá no próximo século será determinado pelo modo como jogarmos nossas cartas *neste próximo decênio*.

Acerca da necessidade de reduzir as emissões de GEE pela metade até 2030 em relação aos níveis de 2010, Alok Sharma, presidente da COP26, adotou a mesma linguagem: “Este é nosso momento. Esta é a *década decisiva*. Se não conseguirmos isso exatamente agora, receio que as coisas ficarão muito sombrias para as gerações futuras. Não temos 30 anos, temos na realidade *menos de 10 anos* para acertar”.<sup>90</sup> Sharma ecoava em junho de 2021 a advertência de Sir David King, conselheiro científico-chefe do governo britânico (2000–2007) e Representante Especial para as Mudanças Climáticas desse governo entre 2013 e 2017. Em outubro de 2018, por ocasião do Clean Growth Innovation Summit, ele se referiu ao terceiro decênio do século como o momento divisor de águas em todo o arco da civilização humana:<sup>91</sup> “A humanidade está diante do mais sério desafio de sua história. [...] O tempo não está mais do nosso lado. O que continuarmos a fazer ou inovarmos e o que planejarmos fazer *nos próximos 10 ou 12 anos* determinará o futuro da humanidade nos próximos dez mil anos”.

---

90 Cf. “COP26 head Alok Sharma says he tries to be ‘extremely boring’”. *BBC*, 18/VI/2021: “This is our moment. This is the decisive decade. If we don’t get this right now, I’m afraid it’s going to be pretty bleak for future generations. We haven’t got 30 years, we’ve actually got less than 10 years to get this right”.

91 Cf. “Sir David King: Urgent focus needed on climate ‘restoration’”. *Edie*, 18/X/2018: “This is the most serious challenge humanity has ever had to face up to. (...) Time is no longer on our side. What we continue to do, what we do that is new, and what we plan to do over the next 10 to 12 years will determine the future of humanity for the next 10,000. We need to think about climate restoration and climate repair. It’s certainly critically important to have deep and rapid emissions reductions, but there’s too much in the atmosphere today.”

Dois artífices do Acordo de Paris, Christiana Figueres e seu assessor político, Tom Rivett-Carnac, publicaram, em 2020, um livro de grande impacto, *The Future We Choose. Surviving the Climate Crisis*, cuja introdução tem por título, como já esperado, “A Década Crítica”. Duas datas – 2030 e 2050 – resumem seu teor:<sup>92</sup>

Até 2050, no mais tardar, e idealmente até 2040, teremos que ter cessado de emitir mais gases de efeito estufa [GEE] na atmosfera do que a Terra pode absorver naturalmente através de seus ecossistemas (um equilíbrio conhecido como emissões líquidas zero ou neutralidade de carbono). Para atingir essa meta cientificamente estabelecida, nossas emissões globais de GEE devem estar claramente em declínio no início dos anos 2020 e reduzidas em ao menos 50% até 2030. A meta de reduzir as emissões pela metade até 2030 representa o mínimo absoluto a ser alcançado se quisermos ter pelo menos 50% de chances de proteger a humanidade dos piores impactos. *Estamos na década crítica*. Não é exagero dizer que o que fizermos em relação às reduções de emissões até 2030 determinará a qualidade da vida humana neste planeta por centenas de anos, se não mais. Se não reduzirmos nossas emissões pela metade até 2030, é altamente improvável que consigamos reduzir as emissões pela metade a cada década, até chegarmos a zero líquido em 2050.

---

92 Cf. Ch. Figueres & T. Rivett-Carnac, *The Future We Choose. Surviving the Climate Crisis*, Nova York, 2020, pp. xxi-xxiii: “By 2050 at the latest, and ideally by 2040, we must have stopped emitting more greenhouse gases into the atmosphere than Earth can naturally absorb through its ecosystems (a balance known as net-zero emissions or carbon neutrality). In order to get to this scientifically established goal, our global greenhouse gas emissions must be clearly in decline by the early 2020s and reduced by at least 50 percent by 2030. The goal of halving emissions by 2030 represents the absolute minimum we must achieve if we are to have at least a 50 percent chance of safeguarding humanity from the worst impacts. We are in the critical decade. It is no exaggeration to say that what we do regarding emissions reductions between now and 2030 will determine the quality of human life on this planet for hundreds of years to come, if not more. If we do not halve our emissions by 2030, we are highly unlikely to be able to halve emissions every decade until we reach net zero by 2050.

O manifesto sobre a emergência climática, lançado em 2018 por 700 cientistas franceses, reafirma o quanto o longo prazo depende crucialmente do curto prazo.<sup>93</sup>

Apenas mudanças imediatas e engajamentos a curto prazo, no âmbito de objetivos claros e ambiciosos *no horizonte de 2030*, podem nos permitir enfrentar o desafio climático. Este nos ensina que o longo prazo depende de decisões a curto prazo, os quais permitirão às gerações futuras não precisar se resignar ao pior.

Toby Ord é igualmente certo ao observar que a ausência atual de radicalidade no combate à emergência climática pode implicar um círculo vicioso de aquecimentos futuros, capazes de destruir o potencial da humanidade.<sup>94</sup>

Contrariamente a muitos outros riscos avaliados, a preocupação central aqui [*i.e.*, a emergência climática] não é a possibilidade de encontrar nosso fim neste século, e sim a possibilidade de nossas ações agora poderem tornar inevitável esse desastre no futuro. Se for assim, podemos já estar vivendo o tempo de nossa catástrofe existencial – o tempo no qual o *potencial* da humanidade é destruído. Se há uma séria chance de que isso ocorra, então a ameaça das mudanças climáticas pode ser ainda mais importante do que lhe é tipicamente reconhecido.

---

93 Cf. “Urgence climatique. Le SOS de 700 scientifiques”. *Libération*, 7/IX/2018: “Seuls des changements immédiats et des engagements de court terme, dans le cadre d’objectifs clairs et ambitieux à horizon 2030, peuvent nous permettre de relever le défi climatique. Celui-ci nous enseigne que le long terme dépend de décisions de court terme, lesquelles permettront aux générations futures de ne pas devoir se résigner au pire.”

94 Cf. Toby Ord, *Precipice. Existential Risk and the Future of Humanity*, Nova York, 2020: “Unlike many of the other risks I address, the central concern here isn’t that we would meet our end this century, but that it may be possible for our actions now to all but lock in such a disaster for the future. If so, this could still be time of the existential catastrophe – the time when humanity’s *potential* is destroyed. If there is a serious chance of this, then climate change may be even more important than is typically recognized”

Seria de pouco proveito alinhar ainda outras citações de cientistas e coletivos científicos, pois a percepção de que estamos no decênio decisivo de nossa história é, além de consensual na comunidade científica, já largamente compartilhada por protagonistas do sistema político global e do mundo corporativo (ao menos em seus discursos...). Particularmente atento à ciência, o secretário-geral da ONU, António Guterres, adverte incessantemente sobre a necessidade de cessar “a guerra contra a natureza”. Em seu discurso proferido na seção inaugural da COP26, Guterres denunciou o gradualismo prevalecente e martelou com nova força a necessidade de reduzir as emissões globais de GEE em 45% até 2030, no contexto de um discurso sobre a extinção dos humanos:<sup>95</sup>

É hora de dizer basta! Basta de brutalizar a biodiversidade! Basta de nos matar com carbono; basta de tratar a natureza como uma latrina; basta de queimar, perfurar e minerar para nos afundar ainda mais nesse caminho! Estamos cavando nossas próprias sepulturas. [...] Os anúncios recentes de mitigação podem dar a impressão de estarmos a caminho de mudar as coisas. Isso é uma ilusão.

## UM ABISMO SEPARA O CAPITALISMO DAS POLÍTICAS DE SOBREVIVÊNCIA

Se alguém ainda tem dúvidas sobre o caráter decisivo deste decênio para o destino de nossas sociedades, os dados coligidos e as análises

---

95 “It is time to say enough! Enough of brutalizing biodiversity; enough of killing ourselves with carbon; enough of treating nature like a toilet; enough of burning and drilling and mining our way deeper. We are digging our own graves. (...) Recent climate announcement might give the impression that we are on track to turn things around. This is an illusion”. Veja-se: <<https://www.youtube.com/watch?v=RbF4lvY6MkM>>.

propostas ao longo deste livro bastarão, espero, para dissipá-las. Isso posto, meu propósito maior aqui não é apenas sublinhar o fato de estarmos vivendo o momento mais crucial da história da humanidade. É também, e sobretudo, dar maior visibilidade e sublinhar a convergência entre esse ensinamento da ciência e o dos movimentos sociais, sobretudo dos jovens, dos povos originários, dos pequenos e médios agricultores da agroecologia, dos vegetarianos, dos negros e das feministas pelo clima, das periferias das grandes cidades e, em geral, dos setores mais espoliados, estigmatizados e marginalizados das sociedades. Esses não são “setores” sociais, são a grande maioria da população humana, mas são também os “invisíveis”, os que os algoritmos dos mercados e das redes desconsideram por não existirem como consumidores. São, é claro, as primeiras vítimas do mundo degradado pela mercadoria (como tratado no capítulo 8, seção 8.2), mas justamente por olharem de fora esse mundo que os ignora é que têm algo de único a ensinar. Eis o núcleo desse ensinamento: o capitalismo globalizado (e isso inclui as sociedades que se qualificam como socialistas) é incompatível: (1) com a estabilidade do sistema climático; (2) com a salvaguarda da biodiversidade; (3) com um sistema produtivo e alimentar de baixo impacto ambiental; (4) com a saúde física e mental dos organismos; (5) com a imprescindível minimização da geração de resíduos; (6) com a diminuição da desigualdade; e (7) com uma governança política global, pacífica e democrática. Demonstrar por todas as formas possíveis a incompatibilidade constitutiva entre o capitalismo e essas sete condições de possibilidade de nossa sobrevivência é o objetivo de cada página deste livro.

O que por ora importa sublinhar é que quanto mais amplos os dados e mais consolidado se torna o consenso científico sobre a aceleração



dos desequilíbrios planetários, mais o capitalismo globalizado revela a engrenagem exterminadora e a monstruosidade moral em que se tornou. Pois não é tanto a excepcionalidade da guerra, mas o funcionamento “normal” – e perfeitamente consciente de seus danos – da economia globalizada que solapa as condições de existência dos seres vivos, e isso de modo fulminante e em escala ainda maior do que as guerras tecnológicas dos séculos XX e XXI. Se as sociedades pretendem conservar as condições socioambientais que permitam sua existência, é chegado o momento para elas de se empenhar na construção de outra civilização, com todos os riscos e custos implicados nesse empenho. O fim dos subsídios e a imposição de taxas relevantes aos combustíveis fósseis, bem como os esforços diplomáticos para reduzir as emissões de GEE e para zerar o desmatamento, são iniciativas obviamente necessárias. Mas os que persistem em crer que negociações diplomáticas de gabinete e “soluções” de mercado ainda podem evitar o pior sabotam o bem comum ou, no afã de se enganarem, sua própria inteligência.

Os governantes nunca deixaram de mostrar sua determinação de governar para a elite econômica e para a manutenção dessa economia da destruição. Em janeiro de 2021, Joe Biden declarou: “É chegado o momento de tratar com um maior senso de urgência essa ameaça máxima que nos confronta, a mudança climática. [...] Por isso, estou assinando hoje uma ordem executiva [...] para enfrentar a ameaça existencial das mudanças climáticas. Esta é uma ameaça existencial”.<sup>96</sup> O valor dessas palavras se mede pelo fato de que em janeiro de 2022

---

96 Cf. Felicia Sonmez, Colby Itkowitz & John Wagner, “Biden focuses on climate change, environmental justice”. *The Washington Post*, 27/1/2021.

Biden já havia superado Trump na emissão de licenças de extração de petróleo em terras públicas,<sup>97</sup> em março de 2022, Biden abriu ao mercado as reservas estratégicas de petróleo de seu país à taxa, sem precedente histórico, de um milhão de barris por dia ao longo de seis meses, censurando ademais a indústria de combustíveis fósseis dos EUA por não aproveitar as nove mil licenças já aprovadas de exploração desses combustíveis.<sup>98</sup> Em abril de 2022, enfim, sua administração decidiu retomar os leilões de licenças para exploração de petróleo e gás em 58 mil hectares de terras públicas federais em nove estados dos EUA, contrariando uma de suas mais explícitas promessas de campanha. Em um de seus comícios de campanha, por exemplo, em fevereiro de 2020, Biden exclamou: “E a propósito, chega de exploração [de petróleo e gás] em terras federais, ponto final. Ponto final. Ponto final. Ponto final!” (“*And by the way — no more drilling on federal lands, period. Period, period, period!*”).<sup>99</sup> A invasão da Ucrânia ofereceu a Biden uma oportunidade de ouro para tentar suplantá-la Rússia no quesito fornecimento global de combustíveis fósseis, algo evidentemente mais importante para as elites e para a indústria de combustíveis fósseis do que qualquer ameaça à nossa existência. A despeito da ferocidade de seus conflitos, Biden, Putin e os governos do G20 em geral, responsáveis por 80% das emissões globais de GEE, comandam em conjunto, de resto bastante harmoniosamente, o processo em curso de colapso socioambiental. É preciso, portanto, deslegitimá-los. Isso implica, para

---

97 Cf. Anna Philips, “Biden outpaces Trump in issuing drilling permits on public lands”. *The Washington Post*, 27/I/2022.

98 Cf. Thomas Frank, “U.S. to release 1 million barrels of oil per day from reserves to help cut gas prices”. *CNBC*, 31/III/2022.

99 Cf. Coral Davenport, “Biden Plans to Open More Public Land to Drilling”. *The New York Times*, 15/IV/2022; Katanga Johnson, “U.S. to resume oil, gas drilling on public land despite Biden campaign pledge”. *Reuters*, 15/IV/2022.

as sociedades, para nós todos, a necessidade impreterível de se insurgir contra o sistema político e econômico vigente que não nos representa, pois não prioriza nosso direito elementar à simples existência nesse planeta. Contribuir para esta insurgência é o papel de todos os cidadãos da grande República de Gaia que precisamos construir democraticamente sobre os escombros dos Estados nacionais. É preciso abrir-se ao ensinamento de Greta Thunberg, por exemplo, quando afirmava na COP24, em 2018, acerca do sistema econômico global: “Se é tão impossível achar soluções no interior deste sistema, talvez devêssemos mudar o próprio sistema.”<sup>100</sup> Mudá-lo em que sentido? O socialismo do século XX fracassou. Trata-se de compreender a extensão e as razões desse fracasso, aprender com elas e ir muito além dessa experiência, pois os ideais de justiça social que suscitaram o socialismo permanecem mais vivos e legítimos que nunca. Os que procuram confundir esses ideais com as atrocidades e infâmias cometidas em seu nome apenas se encastelam em pretextos para perpetuar seus próprios privilégios. Esses ideais renovam-se hoje na forma de diversos apelos a uma transição ecossocial, sempre nos quadros de uma ecodemocracia. Convém desde logo repisar os oito princípios basilares sobre os quais ela se assenta:

- (1) Redução emergencial das diversas desigualdades entre os membros da espécie humana;

---

100 “If solutions within this system are so impossible to find then maybe we should change the system itself”. De resto, se alguém ainda acredita que, mantido o sistema econômico atual, as metas do Acordo de Paris têm ainda alguma chance de sucesso, que se recorde do fato de que a COP24, em Katowice, foi realizada com patrocínio da JSW, da PGE e da Tauron Polska Energy, corporações que controlam a produção de carvão na Polónia, entre muitas outras corporações, bancos e seguradoras umbilicalmente vinculadas à indústria de combustíveis fósseis. Cf. “Corporate sponsors of COP24. The corporations bankrolling UN climate conference in Katowice, Poland”. <[https://corporateurope.org/sites/default/files/fact\\_files\\_with\\_logos.pdf](https://corporateurope.org/sites/default/files/fact_files_with_logos.pdf)>.

- (2) Diminuição do consumo humano de materiais e de energia;
- (3) Extensão da ideia de sujeito de direito às demais espécies, à biosfera e às paisagens naturais;
- (4) Restauração e ampliação das reservas naturais, a serem consideradas como santuários inacessíveis aos mercados globais;
- (5) Desmantelamento da economia global e transição para uma civilização descarbonizada;
- (6) Desglobalização do sistema alimentar e sua transição para uma alimentação baseada em nutrientes vegetais;
- (7) O arcabouço jurídico internacional vigente deve superar o axioma da soberania nacional absoluta em benefício de uma soberania nacional relativa;
- (8) Acelerar a transição demográfica aumenta as chances de sucesso das rupturas acima enunciadas.

Esses oito princípios constituem, a meu ver, a moldura de referência de um programa de ação política concreta que incumbirá às sociedades, coletivamente, formular e desenvolver. Ele não será realizado, obviamente, neste decênio crucial, mas se até 2030 não tivermos avançado significativamente em sua direção, teremos com toda a probabilidade perdido o último decênio para agir de modo a evitar o pior. E o pior começa pela catástrofe de um aquecimento médio superficial global acima ou muito acima de 2°C em relação ao período pré-industrial, que pode ser atingido antes de meados do século. O que formos capazes de realizar nos próximos anos, no sentido de criar uma democracia global, apta a superar os padrões e expectativas atuais de crescente consumo energético, de aniquilação biológica e de unilateralismo nacionalista, decidirá o potencial e

mesmo o destino da civilização humana. Mantida a atual trajetória, não se exclui mais que esse destino seja o mesmo que o de milhares de outras formas de vida a que o sistema econômico globalizado está, hoje, condenando.

## A NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS: CONSTRUINDO UM “TERRITÓRIO” PARA O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO MODELO DE CIVILIZAÇÃO

SUELMA RIBEIRO SILVA  
MARIÁ SILVA BRILHANTE DE MEDEIROS

*Me perguntam: para quê serve essa planta?*

*Ela é útil para quê?*

*Eu respondi... é um ser de direitos.*

Suelma R. Silva

### INTRODUÇÃO

O reconhecimento dos direitos da Natureza é um dos acontecimentos mais extraordinários que contribui para transformação de nossa civilização atual. Tornar a Natureza sujeito de direitos representa um avanço humanitário, ético e político, conferindo uma justiça ecológica para todos os seres vivos.

O reconhecimento dos direitos de existência da Natureza é fundamental para a manutenção dos biomas, ecossistemas, comunidades e espécies, incluindo a humana. A proteção de uma planta ou de um

animal deve ser feita pelo fato de existirem e comporem a teia da vida necessária para possibilitar o processo evolutivo dos seres vivos no planeta. A evolução é imprescindível para a compreensão da história da vida, já que é por meio dela que podemos entender as mudanças nas formas de vida ao longo do tempo (FUTUYMA, 2002).

Assim, reconhecer os direitos da Natureza onde todos os seres vivos são inseridos no mesmo patamar de importância (GUDYNAS, 2010) poderá fortalecer a interdependência entre os diferentes organismos de um ecossistema. Isso favorecerá também a sua adaptação ao ambiente, a qual é fundamental para a manutenção e sobrevivência dos seres vivos nos diversos ecossistemas que conhecemos atualmente.

Os direitos da Natureza, como destacado no Manifesto da Rede Brasileira de Ecosocialistas (divulgado em julho de 2022), surge também como impulsionador de um pensamento anticapitalista necessário para o enfrentamento da crise ambiental global. Essa crise ambiental, que é também social e ética, tem origem na forma insustentável de exploração dos recursos naturais que se traduz na atualidade mais fortemente nos efeitos das mudanças do clima.

A crise ambiental ameaça as populações humanas mais vulneráveis, estimulando a luta de povos originários pela defesa do Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento exploratório característico do sistema capitalista. No entanto, meios sustentáveis de vida praticados por populações indígenas indicam que existem outros mundos para além do sistema capitalista (ACOSTA, 2016). São esses mundos que precisamos conhecer e disseminar como uma proposta que deve ser perseguida pela humanidade atual e futura.

A discussão da Natureza como sujeito de direitos tem consequências positivas para a política ambiental global quando fortalece, por exemplo, os preceitos da Convenção da Diversidade Biológica – CDB. Essa Convenção considera no seu texto (preâmbulo) o valor intrínseco da diversidade biológica e dos valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica e de seus componentes.

Este capítulo traz uma contribuição ao debate ecossocialista, no qual a construção de um novo “território” de pensamento crítico e de ação política exige que a natureza seja entendida pelo seu “valor” intrínseco onde novas formas de ética ambiental considerem o seu direito de viver e de ser protegida independentemente de qualquer benefício econômico para o ser humano. Trazemos as principais ameaças à existência da Natureza relacionando-as ao modo de vida capitalista, as quais impulsionam a elaboração de instrumentos legais nacionais e internacionais, reconhecendo a Natureza como sujeito de direitos.

## AS AMEAÇAS À EXISTÊNCIA DA NATUREZA

A publicação em 1972 do Relatório do Clube de Roma (MEADOWS et al., 1972) já anunciava: a Natureza tem limites. Trinta e sete anos após a publicação do relatório, nove limites planetários foram propostos como base na ciência na tentativa de se definir os limites ambientais aceitáveis para garantir a vida humana no planeta (ROCKSTROM, 2009). Chegamos no século XXI com a notícia de que as atividades humanas já ultrapassaram sete dos nove limites planetários – por exemplo, mudanças do uso da terra, biodiversida-



de e mudanças do clima –, incorporando nessa análise os critérios de equidade e justiça ambiental.

As mudanças no uso da terra, causadas especialmente pelo desmatamento por atividades de agricultura insustentável praticadas até os dias atuais, são consideradas as principais causas de perda de habitats, de ecossistemas e de biodiversidade global. O modelo de agropecuária imposto pelo capitalismo global é considerado o principal responsável pelo desaparecimento dos habitats terrestres e aquáticos e pela contaminação por agrotóxicos dos seres vivos do planeta. Por exemplo, estima-se que 90% dos ecossistemas úmidos do mundo foram degradados e 35% foram destruídos desde 1970 (FINLAYSON et al., 2011). Adicionalmente, de acordo com a FAO (2020), a área florestal global diminuiu em 420 milhões de hectares nas últimas duas décadas. Desses, 90% foram usados para expansão de terras agrícolas, acelerando o desequilíbrio do sistema hídrico global.

No Brasil, a superfície de água foi reduzida em 66% das bacias hidrográficas do Cerrado nos últimos 38 anos<sup>1</sup>, podendo afetar a estrutura da vegetação de seus ecossistemas. Dados recentes mostram que cerca de 24,7 milhões de hectares de vegetação nativa do bioma Cerrado foram perdidos no período de 1985 a 2017, restando apenas 55% de sua distribuição original (ALENCAR et al., 2020). A consequência desse modo de uso da terra levou à subtração de 582 mil hectares de áreas úmidas, cerca de 10% do total dessas áreas que existiam em 1985.

Na Amazônia, a redução hídrica também é observada, com perdas de cerca de 350 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) de ambientes aquáticos

---

1 Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/agua>.

(SOUZA et al., 2019). Cerca de 38% do bioma já está degradado (LAPOLA et al., 2023), colocando-o no patamar definido pelos cientistas como o ponto de não retorno (LENTON et al., 2008), o qual pode ser traduzido como o estado de deterioração de uma floresta, por exemplo, a ponto de não se conseguir mais recuperá-la. Essa deterioração altera a regulação do ciclo da água, afetando diretamente o abastecimento de água para milhões de pessoas. Esse cenário provoca o aumento das emissões de dióxido de carbono, levando ao aquecimento global e aumentando os efeitos das mudanças climáticas no planeta. Isso mostra que tudo está conectado. Somos partes de um todo!

Outro resultado dessas mudanças é a extinção de espécies, a qual consideramos como uma das mais graves consequências da crise ambiental a serem enfrentadas pelo planeta – estima-se mais de um milhão de plantas e animais em risco de desaparecerem (IPBES, 2019). Estudos recentes revelam que populações de animais vertebrados foram reduzidas em 2014 a menos da metade dos níveis de 1970, indicando uma redução de 83% da população desses organismos em ambientes de água doce (WWF, 2018). Adicionalmente, constata-se a diminuição da biodiversidade de água doce em todos os continentes e em todas as principais bacias hidrográficas da Terra (ALBERT et al., 2021). No tocante às plantas com sementes, a cada ano, desde 1900, cerca de três espécies vêm se extinguindo globalmente, com destaque para aquelas da Mata Atlântica do Sudeste do Brasil. Porém, as perdas vão além das de espécies, envolvendo também as interações ecológicas, como a redução da disponibilidade de sementes para as aves (EMER et al., 2019).

Perdas de biodiversidade também são projetadas para o bioma Caa-tinga, exclusivo do Brasil. Estudos recentes apontam perda de 99%

de plantas desse bioma até 2060 devido às mudanças climáticas e ao processo de degradação em curso. Mudanças na estrutura da vegetação, causada pela substituição de espécies raras por outras generalistas e homogeneização da paisagem, podem causar uma diminuição de serviços ecossistêmicos, como sequestro de carbono, produção de biomassa vegetal e armazenamento de carbono (MOURA et al., 2023).

A crescente degradação ambiental global, e especialmente na América Latina, indica que as políticas ambientais atualmente existentes são insuficientes para frear o desmatamento e a perda de biodiversidade. Essa violência contra a Natureza e seus componentes, bem evidenciada no século XXI, nos faz refletir sobre a necessidade urgente de tê-la como sujeito de direitos. Não só os seres humanos são merecedores da proteção do Estado, mas todas as formas de vida.

## O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA NATUREZA

O reconhecimento dos direitos da Natureza previsto nas constituições equatoriana e boliviana é considerado um marco de um projeto decolonial que se encontra em curso na América Latina. Numa postura inédita, a Constituição da República Equatoriana de 2008, que foi aprovada por meio de referendo popular, traz o primeiro texto constitucional reconhecendo especificamente a Natureza como sujeito de direitos, resguardando inclusive os processos evolutivos (ACOSTA, 2016). Isso é previsto no “Artigo 1º – *La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución*”.

O capítulo sete é reservado especificamente para os Direitos da Natureza, o qual prevê no “Artigo. 71º – *La naturaleza o Pacha Mama, donde*

*se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observarán los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.”* Pacha Mama ou Mãe Terra, na cultura andina, representa todas as formas de existência. Expressa a vida, além do planeta Terra.

O direito da Natureza à restauração é destacado no “Artigo 72º – *La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados.*”

Em paralelo à discussão sobre sustentabilidade e as consequências negativas e ocultas do desenvolvimento, Gudynas (2019) apresenta em seu texto *Desenvolvimento, sustentabilidade e biocentrismo* alternativas à ideia convencional de desenvolvimento. O autor destaca que a discussão acerca da Natureza está intrinsecamente relacionada aos debates sobre desenvolvimento e, por conseguinte, à sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade se ampliou e carrega várias correntes dentro de si. Nesse sentido, ele trata das principais correntes: a sustentabilidade fraca, que tem um enfoque técnico e tenta administrar os problemas ambientais com a ideia de progresso; a sustentabilidade forte, que tem um enfoque técnico-político com algumas críticas ao ideal de progresso; e a sustentabilidade superforte, que apresenta uma

perspectiva biocêntrica com enfoque político e que busca alternativas ao desenvolvimento. É nessa última corrente que as propostas do Bem Viver – *sumak kawsay* em quéchua, idioma falado por grupos indígenas da América do Sul – incorporadas na Constituição do Equador se encaixam.

A Constituição equatoriana teve como objetivo, portanto, fornecer uma estratégia alternativa ao desenvolvimento que rompe com uma ideia de civilização baseada numa história linear, reconhece os direitos da Natureza e revaloriza a diversidade cultural suprimida pela homogeneização universalista adotada pelo Ocidente. Mesmo que essas estratégias não tenham sido aplicadas na prática pelo governo equatoriano, Gudynas mostra a importância de conceber “alternativas ao desenvolvimento” e não somente “desenvolvimentos alternativos” – adotados por partidos de esquerda – para que se obtenha uma mudança radical “em direção a uma ética biocêntrica” (GUDYNAS, 2019, p. 263). Como diz Alberto Acosta em seu livro:

[...] ao questionar tal civilização – que sufoca a vida e tudo que tem a ver com a vida [...] –, o Bem Viver, enquanto alternativa ao desenvolvimento, adquire o potencial para construir alternativas a partir de uma enorme multiplicidade de experiências cujos elementos referenciais – a vida em comunidade e a relação harmoniosa com a Natureza – constituem a base fundamental para uma vida digna. (2016, p. 22)

Apesar de ter como “berço” as comunidades indígenas, as práticas do Bem Viver podem ser ampliadas para outras sociedades em todo o mundo. (HUANACUNI, 2010)

O Brasil é um dos países que vem reunindo adeptos do conceito, sendo objeto, por exemplo, do Manifesto da Marcha das Mulheres Negras, em 2015. O conceito do Bem Viver é abordado no texto do manifesto da seguinte forma: “A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).”

A Constituição boliviana que foi aprovada por eleitores que participaram do Referendo Constitucional destaca-se pelo reconhecimento do pluralismo, onde o Estado passa a reconhecer a diversidade cultural (LEONEL, 2015). Nela, são reconhecidos também uma diversidade de idiomas de nações e de povos indígenas.

A Natureza como sujeito de direitos na Bolívia é abordada na Lei 71 de 2010 e na Lei 300 de 2012. A primeira reconhece os direitos da Mãe Terra no “Artigo 3º – *La Madre Tierra es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementarios, que comparten un destino común.*” O Artigo 7º relaciona os seguintes direitos da Mãe Terra: “*A la vida, a la diversidad de la vida, al agua, al aire limpio, al equilibrio, a la restauración, a vivir libre de contaminación.*”

Os avanços nas constituições do Equador e da Bolívia sem dúvida são marcos de grande significância para a relação homem e Natureza – contribuem para a reconstrução do pensamento socioambiental. Adicionalmente, influenciam também o surgimento de iniciativas em

várias instâncias dos Estados (vejam os exemplos abordados aqui relacionados com a aprovação de leis no Brasil) contribuindo para um melhor entendimento do pensamento teórico relacionado aos direitos da Natureza.

### A CONSTRUÇÃO DE UM “TERRITÓRIO” PARA UMA NOVA CIVILIZAÇÃO QUE RESPEITE OS DIREITOS DA NATUREZA

O reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos surge, portanto, como um impulsionador do desenvolvimento de um pensamento descolonizador, buscando a ruptura com o antropocentrismo (GOMES & PAZINATO, 2018), como expresso em Acosta (2011): “*en los Derechos de la Naturaleza el centro está puesto en la Naturaleza, que incluye por cierto al ser humano. La Naturaleza vale por sí misma, independientemente de la utilidad o de los usos que le dé el ser humano.*”

Tendo em vista que “desenvolvimento” é um termo ocidental que não pode mais ser sustentado frente às mudanças climáticas cada vez mais evidentes, é fundamental olhar para outras cosmovisões que contradizem essa ideia de crescimento econômico. *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa (2015) tem muito a contribuir ao apresentar a cosmovisão Yanomani e demonstrar que existe uma variedade de cosmologias indígenas acerca da floresta, da água e dos animais que antecedem a chegada do homem branco na Amazônia, e que, portanto, apresentam uma relação entre seres e natureza bem diferente da difundida pelo Ocidente.

Assim, a falsa superioridade encarnada pelo Ocidente em relação aos povos indígenas é dissolvida ao ler Davi Kopenawa descrevendo a

epidemia de fumaça que arruína a floresta e seus povos causada pela ganância do branco por dinheiro e mercadorias. Os comedores de terra (garimpeiros) poluem as águas em busca da “poeira brilhante” (ouro). Nas palavras do autor: “Eu não sei fazer conta como eles. Sei apenas que a terra é mais sólida do que nossa vida e não morre. Sei também que ela nos faz comer e viver. Não é o ouro, nem as mercadorias, que faz crescer as plantas que nos alimentam e que engordam as presas que caçamos! Por isso digo que o valor de nossa floresta é muito alto e muito pesado” (KOPENAWA, 2015, p. 354-355).

Como um “terreno” em construção, no Brasil, algumas cidades como Bonito (PE), Cárceres (MT), Florianópolis (SC), Guajará-Mirim (RO), Paudalho (PE) e Serro (MG) incorporam em seu arcabouço jurídico os direitos da Natureza (OLIVEIRA, 2020). Porém, a primeira lei no Brasil que reconhece os direitos a um rio foi aprovada recentemente. A lei municipal da Câmara Municipal de Guajará-Mirim (Lei 2.579/2023), do estado de Rondônia, prevê no seu “Artigo 1º – Ficam reconhecidos os direitos intrínsecos do Rio Laje – Komi Memen – como ente vivo e sujeito de direitos, e de todos os outros corpos d’água e seres vivos que nele existam naturalmente ou com quem ele se inter-relaciona, incluindo os seres humanos, na medida em que são inter-relacionados num sistema interconectado, integrado e interdependente.” Esse rio desemboca no rio Madeira e banha os estados de Rondônia e do Amazonas.

Ainda em relação ao Rio Lage, no Artigo 2º constam, dentre os direitos do Rio, “manter seu fluxo natural, nutrir e ser nutrido, existir com suas condições físico-químicas adequadas ao seu equilíbrio ecológico e inter-relacionar-se com os seres humanos por meio da



identificação biocultural, de suas práticas espirituais, de lazer, da pesca artesanal, agroecológica e cultural.” Os projetos de hidrelétricas no curso do rio Madeira, o avanço do plantio de soja, a substituição da vegetação nativa por pastagem e as invasões de grileiros são algumas ameaças à sobrevivência do rio. A governança proposta inclui a participação de integrantes da comunidade indígena, pescadores, da organização Oro Wari, das mulheres artesãs indígenas e da Universidade Federal de Rondônia.

Outras solicitações de reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos estão surgindo na América Latina, como os da busca de reconhecimento ao rio Marañón, o qual tem sido objeto de debate pelo movimento de mulheres promovido pelo Fórum Solidaridad Perú, na reunião do evento Diálogos Amazônicos, ocorrida dia 05/08/2023, na cidade de Belém, Pará. Esse rio, que tem 80% de sua bacia no Peru e 20% no Equador, está submetido a impactos negativos – como desmatamento e a existência de projetos para construção de represas na localidade<sup>2</sup> – que ameaçam o bem-estar das comunidades locais com a possibilidade de perda de seus territórios com o comprometimento do futuro do rio, e que podem trazer consequências negativas globais, como o aumento das taxas de evapotranspiração global (JARAMILLO & DESTOUNI, 2015). Esses autores mostram que o efeito da evapotranspiração aumentou o consumo humano médio de longo prazo de água doce (entre o período de 1901–1954 a 1955–2008), elevando a estimativa da pegada hídrica<sup>3</sup> global da humanidade.

---

2 Cf.: <https://pt.aguasamazonicas.org/bacia/bacias-principais/maranon>.

3 Pegada hídrica é definida como um indicador do volume de água doce gasto na produção de bens e serviços (Allan, 1998).

O cenário de insustentabilidade ambiental planetária abordada neste texto – a qual envolve a perda de biodiversidade, a destruição de terras indígenas, o deslocamento de populações tradicionais de seus territórios com a instalação, por exemplo, de usinas hidrelétricas – acirra os conflitos socioambientais nos territórios, os quais têm origem na colonização do Sul Global e ainda persistem na atualidade. Nesse contexto, surge a luta por direitos da Natureza e de seus diversos elementos – água, rios, paisagem, recursos naturais – como uma resposta ecossocialista, portanto de caráter anticapitalista, ecológica e revolucionária. Essa luta ou lutas representam a perspectiva dos povos indígenas e tradicionais de se determinarem livremente (MARÉS, 1997) em seus territórios como espaços permanentes de expressão de diversidade cultural, étnica, social e de sua cosmovisão. Tais espaços são “palco” ainda do racismo histórico que busca destruir essa diversidade de cosmovisão e modos de vida desses povos.

Dessa forma, as mudanças ocorridas nos últimos anos nos países latino-americanos aqui relatados podem ser entendidas como consequências da crescente desigualdade social, histórica e colonialista (MALDONADO, 2015) que resultam na expulsão de povos tradicionais de seus territórios. Assim, esse “movimento” também é de resistência.

O conjunto de lutas relacionando justiça social e respeito ao meio ambiente é demonstrado nos exemplos apresentados anteriormente e representa uma harmonização entre o socialismo e a ecologia. Indica que um “território”, caracterizado por pensamento crítico e de ação política prática, está em fase de construção para o estabelecimento de um novo modelo de civilização, preconizado pela teoria ecossocialista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideal de progresso e desenvolvimento injetado pelos grandes empresários a fim de garantir uma busca incessante por lucro, à custa de diversos povos, deve ser desmantelado por meio de uma luta política contra a destruição ambiental e dos tecidos comunitários. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak critica o processo de modernização que nos está, cada vez mais, levando à barbárie:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 14)

Novos desafios impostos por esse cenário de destruição ambiental exigem que os seres humanos repensem sua relação com a Natureza, reconhecendo com mais clareza sua responsabilidade nessa crise socioecológica. Isso significa entender que a Natureza não é um objeto do ser humano, mas é um sujeito de direitos e esses devem ser reconhecidos e respeitados!

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ACOSTA, A. "La naturaleza como sujeto de derechos. Asamblea Nacional Constituyente del Ecuador, 29 de fevereiro de 2008". Reproduzido no *Semanario Peripecias*, nº 87, 5 mar. 2008.

ACOSTA, A. "Los derechos de la naturaleza: una lectura sobre el derecho a la existência". In: *La naturaleza con derechos: de la Filosofía a la Política*. (Orgs. Alberto Acosta e Esperanza Martínez) Quito: Abya-Yala, p. 317-369, 2011.

ALLAN, J. A. "Virtual Water: A Strategic Resource Global Solutions to Regional Deficits". In: *Water Policy: Allocation and Management in Practice*, ed. P. How Sam and R. Carter. London: Chapman and Hall, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6584.1998.tb02825.x>. Acesso: 30 ago. 2023.

ALBERT, S. J. et al. "Scientists' warning to humanity on the freshwater biodiversity crisis". *Ambio*, 50 (1): 85-94, 2021.

ALENCAR, A. et al. "Mapping Three Decades of Changes in the Brazilian Savanna Native Vegetation Using Landsat Data Processed in the Google Earth Engine Platform". *Remote Sensing*, 12: 924, 2020.

DECRETO LEGISLATIVO. Constitución de la Republica del Ecuador 2008. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_ecuador\\_6002.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf). Acesso: 30 ago. 2023.

EMER, C. et al. "Seed-dispersal networks in tropical fragments: Area effects, remnant species, and interaction diversity". *Biotropica*, 16 dec. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/btp.12738>. Acesso: 30 ago. 2023.

FAO. FRA 2020 – Global remote sensing survey. Disponível em: <https://www.fao.org/forest-resources-assessment/remote-sensing/fra-2020-remote-sensing-survey/en/>. Acesso: 30 ago. 2023.

FINLAYSON, C. M. et al. “The Ramsar Convention and ecosystem-based approaches to the wise use and sustainable development of wetlands”. *Journal of International Wildlife Law and Policy* 14:176–198, 2011.

FUTUYMA, D.J. *Evolução, Ciência e Sociedade*. São Paulo: Editor de Livros SBG, 2002.

GIFFONI, J. F.; ALMEIDA, S. M.; RIOS, M. & OLIVEIRA, V. H. “Paradigma dos Direitos da Natureza”. In: LACERDA, L. F. (org.). *Direitos da Natureza: Marcos para a construção de uma teoria geral*. São Leopoldo: OLMA/Casa Leiria, 2020.

GOMES, C. B. de O. & PAZINATO, L. F. H. “Pelo fim da visão antropocêntrica para realização da justiça socioambiental e reconhecimento da natureza como riqueza da humanidade”. In: CAOVIALLA, Maria Aparecida Lucca; RENK, Arlene (Orgs.) *Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo Latino-Americano, Buen Vivir e os Direitos da Natureza*. III Congresso Internacional. v. 1, e-book, São Leopoldo: Karywa, 2018, p. 156–166.

GUDYNAS, E. “La senda biocêntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica”. *Tabula Rasa*, n° 13. Bogotá, Colômbia, p. 45–71, 2010.

GUDYNAS, E. *Direitos da Natureza. Ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019. 340 p.

HUANACUNI M. F. *Buen vivir / vivir bien: filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010. p. 99.

IPBES. “Global assessment report on biodiversity and ecosystem services

of the Intergovernmental Science–Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services”. E. S. Brondizio, J. Settele, S. Díaz, and H. T. Ngo (editors). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 1148 pages. 2019. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3831673>.

KOPENAWA, D. & ALBERT, B. Em *A Queda do Céu*: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAPOLA, D. M. et al. “The drivers and impacts of Amazon forest degradation”. *Science*. Vol. 379, 6630, 2023. Disponível em: [DOI: 10.1126/science.abp862](https://doi.org/10.1126/science.abp862). Acesso: 30 ago. 2023.

LENTON, T. M. et al. Tipping elements in the Earth’s climate system. Edited by William C. Clark, Harvard University, Cambridge, MA. February 12, 2008. 105 (6) 1786–1793. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0705414105>. Acesso: 31 ago. 2023.

LEONEL JÚNIOR, G. *O novo constitucionalismo latino-americano: um estudo sobre a Bolívia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MALDONADO, B. E. E. *Histórias da insurgência indígena e campesina: o processo constituinte equatoriano desde o pensamento crítico latino americano*. Mestrado (tese). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MapBiomias, P. 2021. Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Recuperado de <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-6/>. Acesso: 31 ago. 2023.

MARCHE DAS MULHERES NEGRAS 2015. *Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*.

MARÉS, Carlos Frederico. “Los índios e sus derechos invisibles”. In: GÓMEZ, Magdalena (Coord.). *Derecho Indígena*. México: Instituto Nacional Indigenista; Asociación Mexicana para las naciones unidas, 1997. p. 178.

MEADOWS, D. et al. *Limites do Crescimento. Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MOURA, M. et al. “Pervasive impacts of climate change on the woodiness and ecological generalism of dry forest plant assemblage”. *Journal of Ecology*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1365-2745.14139>. Acesso: 30 ago. 2023.

OLIVEIRA, V. H. “Direitos da Natureza no Brasil: o caso de Bonito, PE”. p131. In: LACERDA, Luiz Felipe (Org.). *Direitos da Natureza: marcos para a construção de uma teoria geral*, 2020.

SOUZA, C. M. et al. “Long-Term Annual Surface Water Change in the Brazilian Amazon Biome: Potential Links with Deforestation, Infrastructure Development and Climate Change”. *Water* (11): 3, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4441/11/3/566>. Acesso: 30 ago. 2023.

WWF. “A warming sign from our planet: Nature needs life support.” *The Living Planet Report*, 2018. Disponível em: <https://www.wwf.org.uk/updates/living-planet-report-2018>. Acesso: 30 ago. 2023.

# ECODECÁLOGO<sup>1</sup>

MICHAEL LÖWY

*Nota: O autor destas notas não se considera um novo Moisés e não afirma ter recebido este Ecodecálogo de Jeová. É simplesmente uma tentativa de responder, com um toque de ironia, em duas curtas páginas, à pergunta que muitos se fazem nos dias de hoje: o que fazer?*

## DEZ MANDAMENTOS PARA SALVAR A VIDA NESTE PLANETA

1. Você levará a crise ecológica a sério. Não é um problema entre muitos outros, é a questão política, econômica, social e moral mais importante do século XXI. Uma questão de vida ou morte. Nossa casa comum está pegando fogo. Não há mais tempo a perder. Você tem outras preocupações? Você está preocupado, com razão, com o preço da gasolina e do gás, e se preocupa, erroneamente, com o grande número de árabes, negros, ciganos,

---

1 O texto original está em <https://blogs.mediapart.fr/michael-lowy/blog/040123/eco-decalogue>, traduzido por Arlindo Rodrigues.



judeus, mexicanos ou gays em seu país? Você precisa mudar sua preocupação. A crise climática é mais grave. Muito mais sério? Infinitamente mais sério. É sobre a sua *sobrevivência* e/ou a dos seus filhos e netos.

2. Você não vai adorar os ídolos da religião capitalista: “Economia de Mercado”, “Combustíveis Fósseis”, “Crescimento do PIB”, “Organização Mundial do Comércio”, “Fundo Monetário Internacional”, “Competitividade”, “Pagamento da Dívida” etc. Eles são deuses falsos, ávidos por sacrifícios humanos e responsáveis pelo aquecimento global.
3. Você agirá todos os dias de acordo com os princípios ecológicos. Você se recusará a viajar de avião para distâncias percorridas por trem. Você reduzirá drasticamente o consumo de carne. Você evitará as armadilhas do consumismo. Ciente da interdependência de todos os seres vivos, você agirá com prudência e respeito à natureza. Mas você vai recusar as ilusões do “beija-flor”: a crença de que a mudança ecológica resultará da soma de pequenas ações individuais.
4. Você apoiará *ações coletivas*, por exemplo, qualquer luta ecológica concreta, em seu país e no mundo. Dependendo do caso, você vai escolher manifestações de rua, atos de desobediência civil, ZAD's<sup>2</sup>, sabotagem de oleodutos. Você participará ou apoiará movimentos, ONGs etc. que lutam por causas ecológicas, favorecendo as mais radicais.

---

2 Do francês *zone a défendre*, refere-se às ações que visam ocupar e bloquear o andamento de projetos. [N.E.]

5. Você nunca se oporá ao social e ao ecológico. Você tentará, por todos os meios, promover a convergência entre lutas sociais e ecológicas. Você atuará para garantir empregos alternativos para trabalhadores de empresas poluidoras que terão que fechar. Você tentará reunir sindicatos e movimentos ecológicos.
6. Você trará sua solidariedade, militante e/ou financeira, aos refugiados climáticos e vítimas de desastres ecológicos. Exigirá que as fronteiras do seu país sejam abertas a eles e que os países ricos do Norte compensem os países pobres do Sul pelos danos causados pelas mudanças climáticas.
7. Você lutará incansavelmente contra políticos ecocidas e/ou negadores do clima, os Trumps, Bolsonaros, Scott Morrisons e Cia. Todos os meios são bons para desalojá-los, derrubá-los, neutralizá-los.
8. Você se recusará a apoiar aqueles que invocam o nome da ecologia em vão. Ou seja, os políticos que fazem belos discursos, mas não agem contra as emissões e os combustíveis fósseis. Ou que propõem falsas soluções como “direitos de emissão”, “mecanismos de compensação” e outras mistificações do capitalismo verde e do *greenwashing*.
9. Você liderará a luta, por todos os meios, contra as empresas da *oligarquia fóssil*, ou seja, o enorme complexo econômico-financeiro-político-militar ligado aos combustíveis fósseis: petróleo, carvão, gás. Lutará pela sua expropriação e pela criação de um serviço público de energia, resolutamente orientado para as renováveis (solar, eólica, hídrica etc.) e capaz de oferecer serviços gratuitos às classes trabalhadoras.

10. Sabendo que o problema é *sistêmico* e que, portanto, nenhuma solução real será possível no âmbito do capitalismo, você participará, de uma forma ou de outra, de partidos ou movimentos que propõem *alternativas anticapitalistas*: ecossocialismo, ecologia social, decrescimento etc.

## CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE O ECOSSOCIALISMO<sup>1</sup>

GILNEY VIANA

Alternativas anticapitalistas e anti-hegemônicas estão se forjando a partir das novas expressões da luta de classe, das lutas libertárias, das lutas dos povos submetidos ao neocolonialismo, das lutas ambientais e culturais – contra as variadas formas de exploração, expropriação, discriminação e dominação. A potência revolucionária dessas alternativas será definida pela capacidade de enfrentar os seis grandes desafios da primeira metade do século XXI: a crise ecológica, a crise do capital, a transição tecnológica, a transição ecológica, a ameaça de guerra nuclear e a síntese teórica capaz de interpretar esse novo mundo, para mudá-lo.

De início é preciso reconhecer que os velhos desafios não resolvidos em sua materialidade econômica e nas interações dos seres humanos com a Natureza produziram novas perguntas que não se resolveram com velhas respostas. Por outro lado, os novos desafios percebidos graças às novas formas de cognição produziram uma explosão de lu-

---

1 Postado em 26 ago. 2021, na página Xapuri Socioambiental. Disponível em: <https://xapuri.info/contribuicao-ao-debate-sobre-o-ecossocialismo/>

tas de trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, jovens, camponeses, negros e negras, povos indígenas, migrantes, comunidades LGBTQIA+, intelectuais e artistas, assim como lutadores e lutadoras de causas comuns como ambientalistas, defensores e defensoras da paz, dos direitos humanos e dos direitos culturais e povos inteiros contra o domínio neocolonial. Tanto na forma como no conteúdo, esses novos protagonismos oferecem subsídios para uma nova síntese teórica que as teorias revolucionárias anteriores, inclusive a marxista e suas expressões orgânicas, socialistas e comunistas, embora necessárias não são únicas e nem suficientes. O ecossocialismo com o aporte de contribuições de novas vertentes, como o Bien Vivir/Buon Vivir, é a iniciativa mais promissora dessa síntese.

O enfrentamento desses seis grandes desafios, contudo, não se dá apenas por forças sociais, políticas e culturais antissistêmicas e anti-hegemônicas, mas também pelas forças econômicas, sociais, culturais e políticas que dão sustentação ao sistema – ainda que o façam pressionadas pelas lutas antissistêmicas e anti-hegemônicas. Este processo fica muito evidente no caso da crise ecológica/emergência climática, uma vez que as forças sistêmicas e hegemônicas lideradas pela governança corporativa global do capital e a governança política global estão tomando a iniciativa. Da parte do polo das forças antissistêmicas e anti-hegemônicas, essa disputa exige acumulação de forças, ressalta-se a importância das lutas territoriais e nacionais, assim como exige convergência das variadas formas de luta e de organização das forças antissistêmicas e anti-hegemônicas para se adquirir potência suficiente para superar o domínio das forças sistêmicas, ou melhor, para mudar o sistema.

Ora, não se trata apenas de assumir o poder político – o que pode ocorrer em uma situação de crise política, e tampouco entender que a mudança do sistema se dará apenas pela socialização dos bens de produção – o que deve ser necessário, mas não necessariamente reproduzindo as experiências revolucionárias do século XX que produziram o chamado socialismo real, cuja evolução, crise, conversão ostensiva ou velada ao capitalismo, é motivo de descrédito da proposta socialista. Provavelmente viveremos um processo revolucionário mais longo que poderá se iniciar antes e se prolongar para bem depois de uma ou de várias revoluções políticas. E não se trata apenas do tempo, trata-se das exigências epistemológicas no intuito de entender os processos reais e seus impactos nas vidas das pessoas para que percebamos e valorizemos as lutas antes não reconhecidas, não pautadas, ou simplesmente desconhecidas ou secundarizadas. Para isto, há que reconhecer a revolução cultural que está em curso, assumir, aprender, reeducar-se e ao mesmo tempo contribuir para se tornar uma potência política transformadora.

A tendência mais provável é de agravamento tanto da crise do capital como da crise ecológica – condicionantes da revolução cultural e da revolução política. Pode se imaginar o cenário de tensão social e de disputa política quando for generalizada a percepção da crise climática e das medidas da transição a partir do cenário vivido com a pandemia da COVID-19.

Além deste amplo desafio cultural, há de se enfrentar o desafio político de convergir os impulsos revolucionários das massas na direção e sentido antissistêmico, dentro de uma estratégia que certamente não caberá no círculo de uma estrutura partidária – como apontam os

ensaios revolucionários massivos do Chile, do Equador, da Bolívia, do Peru, da Tunísia, e menos recente, Grécia, Espanha, França – e dessa maneira a representação conviverá com a autorrepresentação da classe trabalhadora, de segmentos de classe, povos, mulheres, jovens, negros e negras, comunidades LGBTQIA+, lutadores e lutadoras culturais, ambientais e dos direitos humanos, cujas autonomias conquistadas resistirão também aos controles burocráticos centralistas, partidários ou estatais.

Este processo social, cultural e político foi acelerado pela transição tecnológica e, mais precisamente, pela transição digital (internet, inteligência artificial etc.) que possibilita novas formas de cooperação e de exploração do trabalho e impõe a recomposição da classe trabalhadora; também, novas relações interindividuais e sociais, de mobilização e de luta.

Essa revolução cultural que vem de baixo para cima, promovida pelos movimentos sociais e populares, pelas vias virtuais e reais, aguçam as resistências conservadoras e estabelecem um rico contraditório que questiona o modo de pensar e viver atual.

## A CRÍTICA DOS E DAS QUE LUTAM (DA PRÁTICA)

Os movimentos populares que ganharam as ruas das grandes cidades dos Estados Unidos e da Europa a partir do *Occupy Wall Street*, em 2011, levantaram a bandeira “Nós somos os 99%” em contraposição ao 1% da população que concentra a riqueza e a renda no mundo, desnudando as sofisticadas formas de exploração do trabalho, de expropriação da maioria dos povos, e apropriação dos bens comuns da

Natureza, em favor das grandes corporações capitalistas tendo no topo as corporações financeiras. Rebeliões populares ganharam as ruas do Chile, Bolívia, Equador, Peru, Tunísia, Egito e outros países do hemisfério Sul, contra as condições econômicas e sociais de pobreza que a maioria vive, desnudaram o caráter antidemocrático dos respectivos Estados que perpetuam o poder de uma minoria associada ao capital monopolista internacional que controla e se beneficia de uma economia essencialmente extrativista baseada na exploração de poucos recursos naturais – mineração, agricultura industrial, petróleo – destinadas ao mercado externo.

Os povos indígenas que em vários países da América Latina formam a maioria da população, e mesmo em países como o Brasil em que são minorias sobreviventes da colonização, da escravidão e do genocídio, assumem protagonismo político em seus territórios, disputam as ruas e os espaços de poder político buscando inspiração em suas culturas milenares para denunciar a forma moderna de dominação identificada como colonialidade, que combina a economia extrativista em benefício de uma minoria não indígena, esgota seus ecossistemas naturais e lhes impõe modo de pensar, produzir e consumir segundo padrões europeus, vale dizer, coloniais. E, mais do que isto, apresentam uma elaborada crítica à cosmovisão dominante, que vê os seres humanos apartados da natureza e todos os demais constitutivos desta, como objeto de dominação, uso, troca ou comércio. Essa elaboração abrange também a crítica às alternativas antissistêmicas comunistas e socialistas elaboradas a partir da visão eurocêntrica, nas condições históricas dos séculos XIX e XX, revelando uma potência que extrapola suas comunidades e territórios com a filosofia do Buen Vivir/Buon Vivir. Os movimentos ambientalistas, sejam do Norte, sejam do Sul, se



multiplicaram a partir de lutas em seus respectivos territórios – contra empresas que destruíam seus ecossistemas naturais, contaminavam os solos e as águas, poluíam os ares ou denunciavam as más condições de suas cidades como a poluição e as doenças associadas, e as horas perdidas no trânsito – convergiram em um movimento amplo, internacional, que não apenas age local e pensa global, mas também articula ações contra problemas ecológicos globais, haja vista as diferentes Cumbres de La Tierra paralelas às Convenções da Convenção das Mudanças Climáticas (COPs), desde 1992, e suas sucessivas marchas mundiais, em qualquer cidade, em qualquer país.

A convergência dessas variadas lutas e movimentos se deram em espaços como o Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre, Brasil, e subsequentes, possibilitando a visualização do caráter insustentável não apenas dessa ou daquela empresa, ou deste ou daquele país, mas de todo o sistema de produção e consumo capitalista. O grito de alerta ganhou maior consistência com os estudos científicos que atestaram uma crise ecológica global, e mais recentemente convenceu a opinião pública mundial – arrastando inclusive parte da esquerda e do movimento sindical que não via ligação da crise ecológica com a crise social, nem aceitava a autonomia da luta ambiental diante da luta de classe – que a vida na Terra, inclusive da espécie humana, está em risco. A percepção do risco ficou mais aguçada com a sucessão de eventos climáticos extremos – picos de temperatura, tormentas, chuvas e enchentes, degelo da calota polar, perda acentuada de espécies, alteração da salinidade dos mares etc. – associados ao aquecimento global determinado pelo efeito estufa adicional, causado pelas emissões de CO<sub>2</sub> resultantes da queima de combustíveis fósseis que alavancou a revolução industrial e sustentou o capitalismo nos últi-

mos 300 anos. Agora se aceita que estamos vivendo uma emergência global e sistêmica, embora se tente reduzi-la à crise climática, por si só, muito grave.

Religiosos e religiosas, filósofos e filósofas de variados matizes escreveram, em 1992, a Carta da Terra, implicitamente reconhecendo-a como sujeito de direito e denunciando as ameaças por que passa. Quando divulgada, em 2000, os poderosos da economia e da política a ignoraram dada sua abordagem filosófica, holística, contrapondo-se à abordagem pragmática, empírica, quantitativa, dominante na Agenda 21 (1992), no Protocolo de Kyoto (1997) e nos Acordos de Paris (2015). Não por coincidência, em 2015, o Papa Francisco escreveu uma carta, *Laudatto Si*, inspirada em Francisco de Assis, profeta da ecologia profunda, na linha da Carta da Terra, denunciando a crise ecológica e não apenas a crise climática, conceituando o clima como bem comum, e caracterizando como não aceitáveis alternativas que reproduzissem a injustiça ambiental, isto é, a continuidade da maior exposição aos riscos para os mais pobres. Tornou-se uma referência para quem luta.

As lutas das mulheres pela remuneração do trabalho doméstico, pela valorização dos cuidados aos filhos e idosos, a favor da remuneração igual em relação aos homens quando executando uma mesma tarefa e outras bandeiras de gênero, sacudiram a consciência da sociedade e suas instituições dominadas por homens, sustentadas por conceitos e visões patriarcais e sexistas. A partir de suas lutas, aportaram uma crítica ao movimento socialista e à própria visão de Marx que resume a exploração do trabalho ao trabalho assalariado, mostrando que o trabalho doméstico não remunerado é parte fundamental para a re-

produção da classe trabalhadora, não considerada na teoria da exploração. Declaram ostensivamente que não se pode olhar apenas para o chão de fábrica, mas também às cozinhas e quartos das residências, para se entender a produção e a reprodução da classe trabalhadora. Sendo essa explicação um dos elementos fundamentais para a persistência do patriarcado, bem como a diferenciação de direitos em desfavor das mulheres não apenas no mundo do trabalho e da família, mas de toda a sociedade.

As lutas das mulheres do campo de Chipko, na Índia, que se amarraram nas árvores objetivando impedir o desflorestamento total do Himalaia; bem como as do Acre, no Brasil, que junto aos homens e crianças alinharam seus próprios corpos em “empates” para impedir o desmatamento da Floresta Amazônica, denunciaram o padrão de desenvolvimento vigente que na periferia do sistema destrói as condições ecológicas de sobrevivência dessas comunidades. Da análise da experiência das primeiras emergiu a teoria do ecofeminismo essencialista que associa a condição feminina à Natureza; e das segundas gerou-se a visão ambiental para todo o movimento camponês do Brasil. Observando o protagonismo das mulheres nas transformações agroecológicas da economia camponesa e na luta pela soberania alimentar, pensadoras buscam explicação não em uma possível relação biológica com a natureza e sim na relação cultural do cuidado para com as crianças, idosos e com a Terra, fundamento de outra vertente do ecofeminismo.

Em contexto histórico, também largo, se deve compreender a luta dos negros e negras, descendentes de milhões de homens e mulheres capturados e capturadas entre diversos povos da África e transporta-

dos(as) para o Brasil, Estados Unidos e outros países como se mercadoria fossem e transmutados(as) em força de trabalho para sustentar o projeto colonial. Essa história da escravidão negra, tingida de sangue pela casa grande e empretecida pela resistência quilombola, possibilitou a acumulação capitalista sobre uma base rebaixada do valor da força de trabalho que mal garantia sua sobrevivência e menos ainda sua reprodução, suportada pela ideologia racista de hegemonia branca que estigmatizou gerações de negros e negras (inclusive os povos negros da África) como socialmente inferiores mesmo após o fim da escravidão – configurando um racismo estrutural que até hoje aparece não apenas como discriminação, mas também como negação do pleno direito à cidadania, sobre exploração do seu trabalho e vítimas preferenciais da violência do aparelho repressivo do Estado.

As críticas dessas variadas formas de exploração e dominação, discriminação e exclusão, que emanam dos movimentos sociais e populares já referidos e de outros, como o movimento LGBTQUIA+ que produziu manifestações de massa gigantescas em vários países em defesa do direito de existir em suas diferenças e serem igualmente respeitados; e dos(as) jovens e idosos(as) que querem ser ouvidos – nas condições históricas da crise ecológica e da crise do capital financeiro – impulsionam elaborações teóricas ainda não consolidadas, o que parece próprio da ontologia cultural, em que a prática vem à frente da teoria e a teoria se fazendo prática, práxis.

#### A CRÍTICA DA CRÍTICA DO CAPITAL (PELA TEORIA)

Há que se reconhecer a potência da crítica do capital por Marx e a centralidade da teoria da exploração para entender a sua reprodução

ampliada – ainda que não abrangente ao trabalho doméstico não assalariado e não esclarecida a importância da Natureza na criação do valor; e nem sempre considerada a importância da relação com a produção não capitalista para sua realização – fundamental para potencializar a luta de classe e sustentar o movimento socialista por quase duzentos anos. Contudo, sua crença no caráter progressista das forças produtivas e as limitações da pesquisa científica de sua época não lhe possibilitaram antever que essas mesmas forças produtivas poderiam no futuro (isto é, no presente) serem entraves para o progresso da humanidade, dados os seus impactos sobre o meio ambiente. Sua concepção de ruptura da relação metabólica entre seres humanos e a natureza é insuficiente para identificar todos os impactos ambientais da agricultura moderna e de todo o processo industrial; e muito menos antever os limites ecológicos ao crescimento econômico. E o que é mais relevante, a crença no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e do conhecimento científico favoreceu duas tendências hoje questionadas ou negadas: a primeira, de que levaria e justificaria o domínio da Natureza pelos humanos (antropocentrismo); e a segunda, de que as mesmas forças produtivas que fizeram o progresso do capitalismo fariam o progresso do socialismo (produtivismo), adotado nos experimentos socialistas gerados por revoluções radicais que promoveram a socialização dos bens de produção e estabeleceram um poder político representativo da classe trabalhadora; sem esforço crítico sobre os impactos negativos ao meio ambiente.

## A CRISE ECOLÓGICA

Certo é que o desenvolvimento do capitalismo determinou a crise ecológica, denunciada por movimentos ambientalistas – aquecimento global, extinção acelerada de espécies, expansão da desertificação, alte-

ração da salinidade das águas dos mares, uso abusivo das águas doces, poluição das cidades etc. – e provada por estudos científicos sistematizados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Sistêmicos (IPBES, sigla em inglês), pelo relatório da Convenção sobre Desertificação e outros mais específicos.

Atualmente, a percepção da crise ecológica se tornou comum a milhões de pessoas, para uma minoria pela leitura dos relatórios científicos e para a maioria pela vivência de eventos extremos em seus territórios que impactaram seus cotidianos e suas atividades produtivas –picos de temperatura, mudanças do regime de chuvas, desaparecimento de espécies etc. – que está a exigir adaptação por parte de humanos e de outras espécies viventes. Essa percepção pode levar a um novo modo de ver a interação dos seres humanos e a natureza ou, mais precisamente, a sua interação com a Terra, como um ser complexo de equilíbrio instável, seja pela visão científica de Gaia seja pela visão espiritualista de Pacha Mama.

Essa questão subjetiva da percepção é muito importante, haja vista a experiência do enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19) com maior sucesso quando e onde houve maior adesão da população às medidas de contenção e prevenção, que envolvem mudanças de comportamento social. Importante também ver como se comportou o capital. Quando se impôs paralisação de algumas de suas atividades, exigiu compensação financeira e pressionou as pessoas para que elas retornassem às atividades. Quando se pesquisou, produziu e distribuiu as vacinas, recorreu ao poder de monopólio para garantir seus lucros, privilegiar os países mais ricos ou que dominam

as tecnologias dos imunizantes. Enfim, em primeiro lugar o lucro, depois a saúde e a vida da população.

A emergência climática – ponta de lança da crise ecológica – será mais duradoura e de mais difícil adaptação, e, o que é mais importante, exigirá mudanças estruturais na produção e no consumo para se alcançar a redução das emissões de CO<sub>2</sub> e outros gases do efeito estufa (CO<sub>2</sub>e). E isto só será possível substituindo as fontes de energia não renováveis – carvão, petróleo, gás natural – por fontes de energia renováveis – solar, eólica, geotérmica, biomassa, pequenas hidrelétricas – aliados a medidas que possibilitem captar parte do CO<sub>2</sub> acumulado na atmosfera. O Acordo de Paris estabeleceu a meta de elevação da temperatura média global não mais do que 2°C até 2100, e de preferência não mais do que 1,5°C. Agora, em 09 de agosto de 2021, o Grupo de Trabalho I do IPCC (AR6 WGI, sigla em inglês) declara que tais metas serão ultrapassadas durante o século XXI a menos que se reduzam as emissões de CO<sub>2</sub>e a zero líquido por volta ou logo depois de 2050. E o que é mais grave, afirma que algumas das mudanças climáticas já vivenciadas são irreversíveis por séculos ou milênios.

O capital, sua governança global corporativa e a governança global estatal se uniram para fazer essa transição ecológica sob a lógica do capital, associando transição tecnológica e transição climática como elemento de superação de sua própria crise. É a transição ecocapitalista.

## A CRISE DO CAPITAL E A TRANSIÇÃO ECOCAPITALISTA

A percepção da crise ecológica ocorre em meio à mais grave crise do capitalismo desde 1929, desencadeada no setor financeiro em função

do seu descolamento da produção real. Quando milhões de famílias de trabalhadores dos Estados Unidos não conseguiram pagar as hipotecas de suas casas, em 2008, viu-se que sobre estes títulos foram emitidas outras gerações de títulos e que isto era prática comum a outras atividades. Com a desregulação financeira, gerou-se uma crise em cadeia que atingiu grandes bancos e instituições financeiras. De repente, as lideranças corporativas e políticas abandonaram o discurso hegemônico do neoliberalismo que pregava a autonomia do mercado e apelaram para o socorro gigantesco da ordem de 14 trilhões de dólares (em todo o mundo) dos Bancos Centrais (fundos públicos) porque os bancos privados eram grandes demais para se deixar falir. Essa crise financeira se superpôs à crise provocada pelo avanço das forças produtivas que impulsionam uma nova revolução tecnológica – da internet, automação, robotização, inteligência das coisas e outros – com todas suas consequências econômicas e sociais, afetando a estrutura da classe trabalhadora e as condições da luta de classe e das lutas libertárias. Está em curso um processo de transição tecnológica.

O capital vê a oportunidade de conjugar transição tecnológica com transição ecológica com a proposta de uma economia de baixo carbono, endossado por fóruns internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 2012, também conhecida como Rio + 20, tentando legitimar seu discurso ao incluir a erradicação da pobreza. Já se passaram dez anos e só agora se tenta dar materialidade à transição para uma economia de baixo carbono, a partir dos compromissos assumidos na COP-21 de Paris, em 2015, enquanto a pobreza aumentou.

O capital e seus gestores acreditam que as novas tecnologias – automação, automóveis elétricos, inteligência artificial etc. – baseadas



em energias renováveis, possibilitarão realizar a transição ecológica descolada da transição do sistema e de todas as consequências sociais que a crise do capital impôs – aumento da desigualdade de riqueza e renda, desemprego, trabalho precário, exclusão social, fome e miséria de bilhões de pessoas. As principais iniciativas da transição ecocapitalista são o Pacto Verde Europeu, o Green New Deal dos Estados Unidos e o 14º Plano Quinquenal da China, que anunciou a meta de neutralidade de carbono até 2060. A política do Green New Deal é incentivar a economia de baixo carbono, visando atingir as metas de balanço zero de emissões de CO<sub>2</sub>e até 2050 com aporte razoável de recursos do Estado; vale dizer, dinheiro público, da sociedade, do povo, da classe trabalhadora. É a mesma lógica do socorro aos bancos quando da crise financeira de 2008 e do enfrentamento da crise sanitária da pandemia de COVID-19 em 2020, socorrendo primeiro as empresas. Mas há diferença entre as três crises que reduzem a eficácia da lógica do capital.

A crise financeira de 2008 atingiu de forma diferenciada os povos e os segmentos da classe trabalhadora em cada país, mas o socorro preferencial ao capital financeiro aguçou a percepção de exclusão de segmentos da classe trabalhadora cujos setores perderam competitividade internacional – principalmente para a China, nova potência industrial e comercial – o que, segundo vários autores, vai impulsionar movimentos políticos de direita, entre eles a eleição de Trump. Já na crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19, desde 2020, a percepção de risco à vida é geral, e tanto o capital quanto a riqueza não são barreiras suficientes, ficando a diferenciação de classe no acesso ao tratamento. Políticos negacionistas

e políticas neoliberais perderam espaço para políticos e políticas intervencionistas, keneysianas, vide vitória eleitoral de Biden, nos Estados Unidos.

Na crise climática, embora os mais atingidos possam ser povos insulares e populações das orlas marítimas – o que significa centenas de milhões de pessoas – todos os povos serão atingidos, não havendo possibilidades de soluções parciais ou particulares para um fenômeno que é global, contra o qual não há barreira sanitária (vacina) nem barreira financeira (embora alguns de seus efeitos possam ser menos sentidos pelos mais abastados). Exatamente por isto a governança corporativa do capital e a governança política dos Estados mais desenvolvidos se sentiram obrigados e obrigaram os demais Estados nacionais a assinarem o Acordo de Paris que, resumidamente, é o compromisso de reduzir, até 2052, o quantitativo total das emissões de CO<sub>2</sub> até o limite no qual o efeito estufa adicional não provoque a elevação da temperatura média da superfície da Terra em mais 2°C até 2100 se comparada à temperatura média de 1800.

A lógica do capital pode não funcionar: a transição ecológica associada à transição tecnológica tende a aumentar a concentração de capital e a desigualdade de riqueza e renda (e também a pobreza) e não abrange a todos os setores da produção e do consumo – logo, seu impacto deverá ser menor que o previsto; dificilmente as metas do Acordo de Paris serão cumpridas globalmente; e ainda que cumpridas, vários cientistas avaliam que são insuficientes, e o que é mais grave, tardias, porque algumas das mudanças climáticas já evidenciadas não serão revertidas neste século. A transição ecocapitalista, como o Green New Deal, embora proponham medidas ne-

cessárias na direção certa para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, peca também por acreditar mais na ação do Estado do que na ação da Sociedade – quando ações de adaptação e de mitigação dependem fundamentalmente da sociedade; e ainda, erradamente, reduz a crise ecológica à crise climática e supõe que a solução desta implica na solução da outra.

## A TRANSIÇÃO ECOSSOCIALISTA

A crise ecológica impôs um limite não econômico à reprodução ampliada do capital. Ignorar este limite e continuar sua reprodução ampliada ou, em outros termos, crescimento econômico continuado, colocará em risco o equilíbrio instável da Terra a que se adaptaram as espécies ainda existentes, inclusive a espécie humana, extrapolando suas respectivas resiliências.

A crise ecológica exige radicalidade nas propostas de superação que dificilmente será alcançada dentro do sistema capitalista, podendo gerar uma necessidade histórica de fazer não apenas a transição ecológica, mas também a transição sistêmica, do capitalismo para um novo modo de produção, que estamos chamando de ecossocialista. Essa mudança de sistema não se dará apenas por determinação econômica ou ecológica, o que nos obriga a fazer uma reflexão, ainda que breve, sobre as experiências históricas de tentativas de transição ao socialismo.

As experiências revolucionárias de se construir uma sociedade socialista ocorreram em países de desenvolvimento capitalista atrasado, quando o sistema capitalista estava em crise e esta crise assumiu o caráter de guerra. A grande guerra de 1914-1918 oportunizou a

Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, dando origem à União Soviética. A Segunda Grande Guerra, de 1939-1940, facilitou a vitória da Revolução no Vietnã em 1945 e da China em 1949, nos escombros dos impérios coloniais. Arrastada para a guerra, a União Soviética foi a principal força que derrotou a Alemanha nazista, com três consequências: implantou, sem revolução social, o socialismo soviético nos países ocupados pelo Exército Vermelho; emergiu como potência política e militar, consolidada com o desenvolvimento de igual poder de destruição nuclear frente aos Estados Unidos; durante algumas décadas se tornou a referência para o movimento socialista mundial e ponto de apoio para os movimentos de libertação nacional das antigas colônias de África e Ásia, de alguns estados neocoloniais, como Cuba, onde a revolução vitoriosa se propôs construir uma sociedade socialista.

A derrocada da União Soviética, ao final dos anos 1980, resultou na maior mudança geopolítica da história moderna não provocada por uma guerra, e junto com ela o desprestígio do socialismo em escala mundial, primeiro pela sua reconversão ao capitalismo; segundo, pela crítica interessada que identificou a queda da experiência soviética como prova de inviabilidade do socialismo; e terceiro, pela crítica à esquerda e à direita, das degenerações burocráticas e antidemocráticas da experiência. Uma única condição não foi alterada substancialmente, a condição de superpotência militar da Federação Russa, sucessora da União Soviética.

A crise econômica do capital no século XXI, na ausência de uma alternativa anticapitalista e do contraponto do socialismo soviético, foi enfrentada pela alternativa neoliberal com a apropriação de parte

do excedente que era destinada aos trabalhadores, seja pelo rebaixamento dos salários e aumento do desemprego, seja pela redução das transferências indiretas via assistência social, saúde pública, subsídios ao transporte coletivo e outros; quando não privatizados. Nos países periféricos, a política neoliberal, aguçou crises preexistentes, agravadas por intervenções econômicas e ou militares, como na América Central, Venezuela e Cuba; ou Iraque, Síria, Afeganistão, Líbia, Sudão e outros, gerando ondas de desterrados, desterritorializados, refugiados, migrantes forçados que batem às portas dos Estados Unidos e da Europa. Em alguns países surgiram governos progressistas que procuram se repositonar no cenário internacional, como foram os governos de Lula e Dilma no Brasil, Chaves e Maduro na Venezuela, Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Cristina Kitchener na Argentina e Obrador no México.

Neste cenário, o elemento novo e consistente foi a emergência da China como potência mundial, concorrendo com os Estados Unidos em seu próprio terreno, da economia, da tecnologia e dos investimentos externos. Diferente, contudo, da contraposição exercida pela antiga União Soviética, cujo principal objeto de disputa geopolítica era a Europa.

A crise do sistema desencadeada nos mercados financeiros em 2008, embora geral, não gerou uma guerra entre países ou blocos de países desenvolvidos, mostrando um padrão de governança empresarial e estatal, com capacidade de lidar com os movimentos contestatórios. A estabilização política da Federação Russa reestabeleceu o equilíbrio do poder militar nuclear, dissuadindo uma guerra lhes envolvendo; o que, até certo ponto, é válido pela potência nuclear da China que

já detém poder de resposta suficiente para dissuadir um ataque – e se propõe a atingir o mesmo patamar das outras duas potências em meado deste século.

Claro, possibilidades revolucionárias nos países desenvolvidos não estão hoje visíveis, mas podem se apresentar amanhã. A tendência de ruptura do sistema pela periferia, como aconteceu no século XX, ainda está presente, e será mais importante se o fizer na concepção ecossocialista. Sua capacidade de impulsionar a mudança do sistema capitalista é imprevisível. Este tema nos remete à discussão da estratégia da transição ecossocialista.

## ESTRATÉGIA DA TRANSIÇÃO ECOSOCIALISTA

A sociedade humana é um mosaico de povos e nações organizadas em Estados nacionais – embora alguns povos e frações de nações inseridos nos atuais Estados com eles não se identifiquem e travem lutas por identidade e ou território próprios – diferenciados entre si pela história, cultura, formação econômica e social e pela política, embora submetidos ao domínio global do capital financeiro e a variadas formas de controle político, militar, cultural e ou econômica por parte dos Estados neocolonialistas, especialmente Estados Unidos e Europa; e mais recentemente China, do ponto de vista econômico. Assim como diferem em sua inserção econômica, cultural e política, se situam diferentemente na ecologia global, o que deve ser considerado em uma estratégia de transição ecossocialista.

Resumidamente, o Norte se diferencia do Sul (América Latina, África e Ásia), onde se situam os povos que foram conquistados e/ou

sofreram a colonização, ou que se incluíram na Revolução Industrial marginal e tardiamente, quase todos como provedores de matérias-primas, da extração mineral ou vegetal ou de produção agrícola. O Norte industrializado é o principal responsável pela crise ecológica, produto da ação humana, em última instância causada pelo capitalismo. O Norte também produziu uma ameaça ao equilíbrio ecológico global com as armas nucleares e a possibilidade de uma guerra tão destrutiva quanto o meteoro que caiu na península de Yucatán há 65 milhões de anos. Mesmo a energia nuclear – que não emite gases do efeito estufa – usada para fins pacíficos, produz resíduos radiativos e acidentes que, até agora, a inviabiliza como alternativa aos combustíveis fósseis, embora alguns países e pessoas a considerem como tal, e pesquisas estejam sendo feitas com reatores a tório, que, segundo dizem, não gerariam resíduos radiativos. As responsabilidades diferenciadas, isto é, maiores para os Estados industrializados do Norte e menores para os Estados agrícolas ou de baixa industrialização do Sul, foram aceitas desde o Protocolo de Kyoto, primeira regulamentação de emissões de CO<sub>2</sub>, datado de 1997. Isto não é suficiente.

O Norte alcançou um patamar de riqueza e renda – acumulada pela exploração dos seus trabalhadores, dos trabalhadores e povos de todo o mundo, especialmente do Sul – mais que suficiente para garantir o bem-estar social para todos os seus habitantes, embora isto não aconteça devido à lógica concentradora do capital e o controle do aparelho do Estado pela minoria que o detém – que, recentemente, fizeram retroceder várias conquistas sociais, com o desmonte ou redução do Estado de bem-estar social. Esta condição de ter mais que o suficiente para o bem-estar de sua população tem a contrapartida de se ter menos que o suficiente para o bem-estar da maioria da

humanidade, sendo que cerca de 1 bilhão vive abaixo do limiar de pobreza definido pela ONU em 1,9 dólar por dia por pessoa. Ainda que fosse possível distribuir a riqueza e a renda global equitativamente para toda a humanidade, não seria possível lhe estender o padrão de produção e consumo dos países industrializados porque não haveria energia suficiente para sustentá-lo e nem os ecossistemas naturais suportariam seus impactos ambientais. Então o discurso do desenvolvimento sustentável, da economia de baixo carbono, acaba sendo um discurso de justificação de dominação, de exclusão. E a contraposição do crescimento zero ou do decréscimo proposto por várias correntes ambientalistas faz sentido quando aplicado aos países industrializados, mas não necessariamente aos países não industrializados, que exigem investimentos em infraestrutura, particularmente nas cidades, educação, saúde, transporte, que não precisam reproduzir o modelo ambientalmente insustentável, concentrador de riqueza e renda ocorrido nos países industrializados.

Dada a evolução da crise ecológica e a provável evolução política diferenciada entre os diversos países e regiões, não se pode esperar por uma revolução política radical que socialize os bens de produção e o poder político do Estado em escala global para se implementar as medidas de transição, embora algumas delas – até onde se pode hoje prever – só consigam se realizar em um regime político não submetido ao controle do capital. Onde e quando isto ocorrer, a transição ecológica pode se dar como parte da transição do sistema, respeitando-se os tempos desiguais de efetivação.

Na vigência do sistema capitalista, as medidas de transição ecológica deverão ser defendidas com a radicalidade que a ciência e a cultura im-



põem, pressionando os governos e o capital para sua efetivação, ainda que sejam parciais. Sua importância política será maior quanto maior for a participação da população. Tampouco se pode deixar de propor e implementar iniciativas locais, territoriais, nacionais ou regionais – de caráter ecológico, econômico, cultural ou político, articuladas ou não com um plano global de transição ecológica, como o Acordo de Paris – buscando sempre não as submeter à lógica do capital e sempre que possível colocá-las sob controle ou gestão da sociedade.

No plano da disputa ideológica, é fundamental que a transição ecossocialista tenha materialidade, expressa em variadas formas de experiências concretas bem-sucedidas, que importe para a vida das pessoas, que delas participem ou pelo menos tomem conhecimento, apoiem ou se sintam nelas representadas. O discurso deixará de ser meramente ideológico. Além de associar o capital como responsável pela crise ecológica, faz-se necessário desconstituir o seu discurso de responsável pelo progresso da humanidade, pela erradicação da pobreza e promoção do Estado de bem-estar social, que não corresponde à realidade, mas ainda tem capacidade de legitimá-lo. Mostrar que até mesmo o capital monopolista e seus defensores já abandonaram essa utopia ao adotarem a ideologia neoliberal que justifica a exclusão da maioria e emula a salvação de minorias (nacionais) pelo “destino manifesto” ou de indivíduos pela meritocracia individual (“vencedores”). E quando o discurso não é suficiente, apela para intervenções mascaradas (“*soft power*”, sanções econômicas) ou novas formas de guerra (cercos militares, “guerras híbridas” etc.), ou intervenções militares clássicas. É neste contexto que a nova utopia socialista, ecossocialista, ecofeminista, profundamente equitativa e democrática, pode adquirir uma potência revolucionária capaz de mudar o mundo.

## A DISPUTA PELA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

O tema da transição ecológica se impõe porque a crise climática assumiu o caráter emergencial. O tempo da emergência climática não é igual ao tempo da emergência sanitária. Contudo, aprendemos com a pandemia de COVID-19 que em tempos de emergência a luta tem que ser travada aqui e agora, o que vai acontecer com maior incidência quando a percepção da emergência climática estiver generalizada. O tempo político também ficará encurtado, denso, fértil para revoluções e contrarrevoluções. Mas é preciso atentar para as diferenças entre países e regiões. Uma iniciativa de redução de emissões de CO<sub>2</sub>e, em países do Norte, pode se resumir a uma tensão reformista, assimilável ao sistema, enquanto uma iniciativa semelhante em países periféricos do Sul pode provocar uma tensão revolucionária. Isto não é automático, depende da luta ideológica e política sobre a transição ecológica.

Condição imprescindível é não dissociar a luta pela transição ecológica da luta de classe, das lutas feministas, antirraciais, LGBTQUIA+, culturais – isto é, das lutas libertárias –, respeitando-se as suas respectivas autonomias. Não se trata de simplificações grosseiras que reduzem as lutas ambientais, culturais, feministas, LGBTQUIA+ e demais lutas libertárias à luta de classe.

A luta da classe trabalhadora organizada em seus sindicatos e partidos se fundamentou na luta por salários, emprego e melhores condições de trabalho, que até hoje tem dificuldades de perceber que a luta ambiental é mais ampla e não contraditória com a luta de classe. Por isto mesmo a transição ambiental tem que ter materialidade, e não apenas discurso, para os trabalhadores. Tem que dialogar com seus interesses imediatos.

No caso dos trabalhadores urbanos – a grande maioria da classe trabalhadora – a questão do emprego é fundamental, já elevado pela crise e que ainda pode se agravar em alguns setores pela transição tecnológica e pela transição ecológica, donde emerge a necessidade de planejamento e garantia de novas ocupações dignas e decentes. E aos camponeses que devem assumir a sustentabilidade ambiental, como a produção agroecológica, deve ser assegurada a realização dos seus excedentes, buscando sua autonomia em relação ao capital. A agricultura industrial terá que passar por uma longa transição econômica e ecológica, o que implica quebra de sua hegemonia política.

Parte fundamental da estratégia de transição ecossocialista, ainda na vigência do sistema capitalista, é submeter os bens comuns naturais – águas, florestas, biodiversidade, patrimônio genético, radiação solar, ar, terra, e todos os serviços ecossistêmicos como fotossíntese, respiração, ciclo de carbono, microbiota, ciclo hidrológico etc. – ao regime de propriedade social, de uso, gestão e quando necessária exploração coletiva ou familiar sustentável, desde os menores territórios até a dimensão nacional e internacional. Como medida progressiva, prevalecer o direito de uso sobre o direito de propriedade; e, principalmente, não os submeter à lógica da reprodução do capital que os transforma em mercadoria (valor de troca) e, mais recentemente, em títulos do mercado de capitais. Em outros termos, libertá-los do cercamento imposto pelo capital, libertando também os seres humanos da alienação em relação à Natureza. Exigirá coordenação, planejamento, ação conjunta para prevalecer interesses coletivos e universais, a partir da gestão pelas coletividades em seus respectivos territórios, ainda que por contingências políticas da transição, tenham que estar submetidos a um sistema misto de Estado e comunidade.

Em países megabiodiversos e com baixo índice de industrialização como o Brasil, as medidas de proteção e preservação dos seus ecossistemas são fundamentais para diminuir a tendência à extinção das espécies ao preservar seus habitats, assim como reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>e para contribuir com a detenção da crise climática. A principal medida, no Brasil, é o desmatamento zero legal e ilegal no curto prazo (com exceções, dentro de estreitos limites, para agricultura familiar e projetos de interesse social). A redução do total das emissões de CO<sub>2</sub>e seria extraordinária porque o desmatamento ou, na linguagem técnica, a Mudança do Uso do Solo e Florestas, representou 44,5% do total das emissões de CO<sub>2</sub>e em 2019 e representava 61,66% em 2005, ano de referência para os compromissos assumidos pelo Brasil perante o Acordo de Paris, de 2015. Em verdade, a redução de 16,96% do total de emissão de CO<sub>2</sub>e de 2005 a 2019 se deve exclusivamente à redução da taxa de desmatamento, porque todos os outros quatro setores: agropecuária, energia, resíduos e processos industriais aumentaram suas respectivas emissões. Subsidiariamente, barrar qualquer iniciativa da chamada regularização fundiária que legaliza o apossamento ilegal das terras públicas e legaliza o seu desmatamento.

A janela de oportunidade para o Brasil cumprir as metas de redução das emissões de CO<sub>2</sub>e assumidas em Paris, a partir da redução do desmatamento, está se esgotando. Não menos importante é a expansão, proteção e gestão compartilhada Estado/Sociedade das Áreas Protegidas – Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Comunidades Tradicionais. Combinado, em termos legais, com um novo regime de direito, em termos de proteção, gestão e uso das Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais (das propriedades rurais privadas).

Na esfera do Estado, diante do desmonte observado nos últimos anos, faz-se necessário a remodelagem e empoderamento dos órgãos públicos de gestão, monitoramento e licenciamento – Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA); Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) – bem como de instrumentos de ordenamento, como o Zoneamento Ecológico Econômico, e nas cidades os Planos Diretores – em parceria com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos.

Nos países industrializados, a transição ecológica está centrada no setor de energia (geração de calor e eletricidade, transporte, fabricação e construção) cujas emissões de CO<sub>2</sub> são superiores à média mundial, de 73% (dado de 2018). Tanto o Green New Deal dos Estados Unidos como do Pacto Ecológico Europeu e o 14º Plano Quinquenal da China concentram a maioria dos seus recursos neste setor. Vale dizer na substituição de fontes não renováveis – petróleo, gases, carvão – por fontes renováveis de energia – eólica, geotérmica, bioenergia de baixa emissão, e pequenas hidrelétricas. Transição tecnológica digital e sua relação com a transição ecológica

A transição tecnológica digital – internet, inteligência artificial, robotização, nanotecnologia etc. – está em curso e ela impacta toda a vida social, a produção e o comércio, as relações individuais e sociais e, não menos importante, oferece novas condições tanto para o controle social como para a luta social; para o exercício de hegemonia e para construção de contra-hegemonias, e finalmente para a disputa política. Basta lembrar as experiências brasileiras das manifestações de rua de junho de 2013, da campanha pelo golpe parlamentar que impediu a presidenta Dilma, e principalmente das eleições de 2018,

hegemonizadas pela direita quando de posse do uso extensivo e abusivo das mídias sociais. E mais recentemente, a experiência positiva na conscientização e luta contra a pandemia e o negacionismo governamental. Mas a transição tecnológica/digital será importante para a transição ecológica se efetivada com planejamento.

Em poucos anos surgiram serviços que entraram nas cadeias produtivas e comerciais e alavancaram empresas que se tornaram gigantes do mercado, também conhecidas como *big techs*: Google, WhatsApp, Instagram, Twitter, Facebook, Uber, Amazon, e as marcas chinesas Tencent e seu Wechat, Douyin e o seu aplicativo Tiktok, entre outras, que multiplicaram suas atividades com a pandemia da COVID-19. As tecnologias de informação, antes aplicadas em pequena escala civil e em grande escala militar, deram suporte para o teletrabalho, o comércio eletrônico, as associatividades interindividuais e coletivas, e os novos espaços de reunião, de debate e de construção de posições, emergência de novas lideranças culturais, sociais e políticas.

Esse mundo virtual encerra muitas contradições, dentre as quais a propriedade privada de certas tecnologias e a necessidade de estar aberta aos usuários para que tenham escala. No centro dessa contradição, a existência de bilhões e bilhões de dados sobre as pessoas, as empresas, as associações e partidos políticos – armazenados em *big data* – possibilitam pesquisas por algoritmos imediatamente utilizáveis para disputa do mercado, conhecer e tentar influenciar tendências ideológicas e políticas por quem os controlam ou contratam.

Contudo, dada a necessidade de receber a adesão das pessoas em escala de milhões, exigem *softwares* socialmente acessáveis e usáveis – o

que cria vários espaços do mundo virtual aberto (e quando acessado por *software* livre, também espaço aberto livre). Concordo com alguns teóricos que o conceituam como um novo tipo de bem comum, cujo cercamento está sendo tentado pelo capital monopolista e por Estados. A questão central para uma alternativa ecossocialista é garantir o acesso livre e gratuito de bilhões de pessoas aos serviços de comunicação que potencializam novas formas de associação e luta social. E, no curso de um processo político radical, transformar todos esses instrumentos e espaços em bens comuns sob gestão social e não empresarial.

O capital financeiro, ajudado pelas novas tecnologias, criou mecanismos indiretos de apropriação do excedente global, inclusive da parte que compõe os fundos públicos e da parte representada pelos serviços ambientais que não são mercadorias, mas passam a ser, impondo-lhes um valor de troca.

Em contraposição, por imposição da lógica do sistema capitalista financeirizado e globalizado, todas ou quase todas as lutas sociais se tornaram também luta pela apropriação do excedente, mesmo quando disputam as “condições de produção” – terra, cidades, melhoria de saúde, educação, cultura, transporte, meio ambiente, trabalho doméstico, e outras, consideradas como externalidades –, além da luta por salário, porque todas ou quase todas se tornaram fundamentais para a reprodução da força de trabalho e dos seres humanos enquanto seres sociais.

Em todo esse processo de transição, o Estado é muito importante por várias razões, e por isto mesmo deve ser objeto de disputa. A

primeira porque é o poder político que dá sustentação ao sistema de produção baseado na exploração do trabalho, na expropriação do trabalho não assalariado e na apropriação privada dos bens comuns. A segunda porque o Estado também legitima as outras formas de poder, como o patriarcado, o racismo estrutural e o controle político e militar de Estados-nações periféricas, neocolonialismo. Pelos seus aparelhos ideológicos, justifica a apropriação da maioria do excedente por uma minoria que não apenas é dona dos meios de produção, mas expropria o quanto pode das “condições de produção” que extrapola o conceito de acumulação primitiva. Terceiro, o Estado regula quase todas as relações dos seres humanos consigo próprios, e com outros seres vivos, com os ecossistemas e os serviços ecossistêmicos. Assim como é um instrumento que legitima relações desumanas e ecologicamente insustentáveis, pode ser usado para sua reversão, para a transição ecológica, e para a transição ecossocialista. Quarto, e não menos importante, o Estado regula a dimensão e administra os fundos públicos, que precisam ser colocados a serviço da transição ecológica, e com maior pertinência a serviço da transição ecossocialista.

## O DESAFIO DA SÍNTESE TEÓRICA CONTINUA EM ABERTO

Neste texto partimos das lutas sociais que enfrentam os grandes desafios do século XXI, principalmente a crise ecológica e a crise do capital, para captarmos suas contribuições para uma síntese teórica capaz de entender o que está ocorrendo no mundo para mudá-lo. Contudo, muitos pensadores sobre esses mesmos temas têm trilhado o caminho da teoria para a prática e o encontro destes dois caminhos



é fundamental para se repensar o passado, orientar os enfrentamentos do presente e construir o futuro.

A utopia ecossocialista, ou a antevisão da sociedade futura pela qual lutamos, não é apenas a sociedade de homens e mulheres livres da exploração do trabalho, mas que os produtos do trabalho tenham apenas valor de uso e que este valor de uso seja sustentável; uma sociedade livre da exploração do trabalho pago e do trabalho não pago; na qual os bens comuns naturais, inclusive os serviços ecossistêmicos, estejam abertos ao acesso e uso por todos e todas, respeitando seus limites e tempos de reprodução; uma sociedade baseada na abundância que possibilite a todos e todas não apenas atender suas necessidades materiais, mas também suas mais nobres aspirações espirituais; uma sociedade organizada de forma democrática, horizontal, livre de qualquer forma de dominação, discriminação e exclusão; na qual a relação entre seres humanos respeite suas diversidades de gênero, raça, idade, sexo, cultura, religião, etnia e nacionalidade; e vivam em interação respeitosa com os outros seres vivos e harmoniosa para com a Mãe Terra, Gaia, Pacha Mama.

Contudo, se é válida a assertiva de Karl Marx em sua obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* de que homens e mulheres fazem sua história não exatamente como e quando querem, mas dentro de circunstâncias legadas, devemos considerar não apenas as circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também as circunstâncias ecológicas e ambientais.

## REFERÊNCIAS

BELLAMY FOSTER, John. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, Ciência e Espiritualidade. A transição do velho para o novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2015.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Editora Cultrix, 2009.

CARTA DA TERRA. Disponível em: [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta\\_terra.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.doc). Acesso: 30 ago. 2023.

CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. *Crise Climática e o Green New Deal Global*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo. A nova arquitetura do poder? Dominação financeira, sequestro da democracia e a destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Volume 1. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si*. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco\\_20150524\\_encyclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_encyclica-laudato-si.html). Acesso: 30 ago. 2023.

IBÁÑEZ, Mário Rodriguez. “Conservatório sobre o Bem Viver. Desafios do fazer político em nosso tempo”. *Ponto de Debate*, n. 4. Fundação Rosa Luxemburgo, janeiro 2016.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima. 6º Relatório. ONU, 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>. Acesso: 30 ago. 2023.

O'CONNOR, James R. *Causas naturales*: Ensayos de marxismo ecológico. México, Siglo XXI editores, 2001.

PULEO, Alicia H. “Mulher, feminismo e ecologia”. *Revista Eco-21*. Ed. 97 – Rio de Janeiro.

SHIVA, Vandana. “Ecofeminismo”. *Revista IHU On-line*, 01, setembro, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandanashiva>. Acesso: 30 ago. 2023.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021.

## ECOSSOCIALISMO A PARTIR DAS MARGENS<sup>1</sup>

SABRINA FERNANDES

O avanço da extrema direita na América Latina também sinaliza a importância de transformar o modelo de exploração capitalista da natureza, que gera enormes lucros privados enquanto socializa os impactos sociais e ambientais negativos.

O século XXI é um século de crise. O colapso econômico capitalista se encaixa com a desigualdade calamitosa, as guerras internacionais e civis impulsionam o desemprego e a catástrofe humanitária, a xenofobia se infiltra nas leis e o crescente declínio da biodiversidade põe em risco o equilíbrio do planeta. As mudanças climáticas ameaçam agravar todos os outros aspectos dessas crises interligadas, tornando a descarbonização a tarefa mais urgente da nossa lista de tarefas. É difícil imaginar que possamos enfrentar todos os outros problemas socioeconômicos – sem falar na gigantesca tarefa de superar o capitalismo – sem uma ação internacional coordenada.

---

1 Artigo originalmente publicado em *Nacra Reporting on Americas*, disponível em: <https://nacla.org/news/2020/08/05/ecosocialism-margins>. Traduzido por Giuliana Almada e Débora Nascimento e publicado pela *Revista Jacobin Brasil* em: <https://jacobin.com.br/2020/07/ecosocialismo-a-partir-das-margens/>.

Uma profunda mudança civilizacional, como Michael Löwy coloca<sup>2</sup>, é necessária para criar uma sociedade verdadeiramente justa e livre dentro do paradigma ecossocialista. Essa transformação não será possível, a menos que garantamos as condições materiais para construir toda e qualquer perspectiva revolucionária. Os ecossocialistas sabem muito bem que apenas um caminho revolucionário pode nos levar para além do sistema capitalista. Mas eles também entendem que outras reformas e conjuntos de mudança precisam angariar apoio em suas formas radicais antes que um cenário pré-revolucionário apareça no horizonte.

Cientistas climáticos concordam que devemos tomar medidas radicais até o final desta década para impedir que as temperaturas globais subam acima do limite de 1,5°C. A esquerda que se organiza em torno de questões ecológicas compartilha um consenso semelhante, mas a situação muda quando consideramos a esquerda de maneira mais ampla. Como escrevo do Brasil, é evidente que as recentes vitórias da extrema direita no continente nos colocam em risco de aprofundarmos ainda mais a emergência climática. O governo Bolsonaro é abertamente antiambiental – ele está determinado até mesmo a autorizar a mineração industrial em territórios indígenas.

Quando a natureza é percebida apenas através das lentes dos recursos naturais exploráveis, a biodiversidade se torna facilmente “comoditizada”. Portanto, não é por acaso que os maiores e mais impactantes movimentos sociais da América Latina estejam ligados à terra e ao território, à proteção ambiental, à soberania alimentar e a uma forte oposição

---

2 “A revolução é o freio de emergência – atualidade político-ecológica de Walter Benjamin” por Michael Löwy, disponível em: <https://autonomialiteraria.com.br/a-revolucao-e-o-freio-de-emergencia-atualidade-politico-ecologica-de-walter-benjamin/>. Acesso: 31 ago. 2023.

a empresas multinacionais, investimentos estrangeiros e seu histórico de negociações perniciosas com governos de direita – e, algumas vezes, da esquerda moderada. Esses movimentos demonstram que o ecossocialismo deve se basear na práxis. Aqueles que mais sofrem com a exploração do capitalismo sabem muito bem que a plena mercantilização da natureza significa lucros privados e impactos socializados.

Projetos políticos enraizados em ideologias desenvolvimentistas e produtivistas ainda são comuns em círculos socialistas. Muitos da esquerda progressista e até socialista dos países da periferia do capitalismo, ou do Sul global, consideram seu desenvolvimento e o fim da pobreza que afeta milhões de pessoas como antitéticos a uma transição rápida e limpa de energia e ação climática. Os recursos atuais permitem apenas um ou o outro, segundo a lógica deles. No entanto, mesmo que os países desenvolvidos assumam a liderança zerando suas emissões de carbono e ajudando a financiar uma transição energética no Sul, uma verdadeira grande transição depende de fomentar e organizar a vontade de mudança também dos países periféricos. Aqueles que menos têm contribuído para a crise, provavelmente são os que sofrerão os impactos mais profundos. Devido a essa contradição, movimentos sociais, coletivos, sindicatos e partidos políticos às margens do capitalismo são importantes vozes na chamada para a mudança. É fundamental que escutemos.

## CONSTRUINDO O ECOSOCIALISMO NO SUL E A PARTIR DELE

O ecossocialismo, um desenvolvimento recente na história socialista, surgiu pela primeira vez para abordar questões ambientais modernas,

articuladas desde a década de 1970. Ele promoveu uma crítica das perspectivas e experiências produtivistas dentro do socialismo, propondo que a visão socialista da abundância priorizasse a qualidade sobre a quantidade. Mais tarde, no que o economista político Kohei Saito chama de segundo estágio do ecossocialismo, a tradição incorporou os fundamentos da ecologia marxista e a crítica de Karl Marx à ruptura metabólica do capitalismo. Essa perspectiva oferece uma análise marxista da maneira profunda com que o atual modo de produção alterou a natureza, identificando explicitamente que é impossível enfrentar a crise ecológica – que é também uma crise da sociedade humana – dentro do sistema capitalista.

Atualmente, o terceiro estágio do ecossocialismo está sendo construído a partir da práxis que lida com as contradições do sistema atual, reivindicando alternativas para começar imediatamente. Nessa conversa, as pessoas desalojadas às margens do sistema têm muito a nos ensinar em termos de valores e práticas de organização. À medida que a extrema direita avança na América Latina, é valioso entender como movimentos camponeses, indígenas e ecossocialistas têm denunciado com ousadia a exploração humana como inseparável da exploração da natureza. No esforço por alternativas radicais, esses grupos marginalizados devem ser protagonistas na construção da práxis ecossocialista.

Em contraste, a via ecocapitalista, também conhecida como soluções de “economia verde”, propõe um falso caminho para a proteção do meio ambiente. O seu objetivo é inverter alguns dos impactos das alterações climáticas, maximizando simultaneamente os lucros através da criação de novos mercados e da “comoditização” generalizada na transição ecológica. As instituições encarregadas pela negociação de

termos de mitigação das alterações climáticas normalizaram o ecocapitalismo, inclusive promovendo a abordagem de soluções favoráveis ao mercado REDD+<sup>3</sup> para gestão florestal e comércio de carbono, encorajando a participação de ONGs empresariais e industriais em eventos da ONU sobre alterações climáticas, e apoiando a ideia de que o setor privado deve ser um parceiro crucial – se não o *parceiro* crucial – na redução das emissões. O resultado tem sido um engatinhar muito lento em direção à descarbonização da energia, o que representa mais uma diversificação das infraestruturas privadas e públicas de fornecimento de energia do que uma transição propriamente dita.

Isto é particularmente evidente nos países que promovem novos investimentos – tanto públicos como privados – em fontes de energia renováveis, enquanto continuam a explorar combustível sujo em nome do comércio e do crescimento econômico. Por exemplo, em janeiro de 2020, a Alemanha anunciou um plano para eliminar progressivamente o carvão, mas a data final é daqui a 18 anos. A China está aumentando sua capacidade solar e eólica há anos, mas o investimento caiu recentemente devido a cortes nos subsídios públicos. A China também tem investido em centenas de novas centrais de carvão, tanto no país quanto no exterior. Enquanto isso, o setor privado está ansioso por se vender como fornecedor de energia “limpa”, uma variação do que os ativistas anticapitalistas há muito tempo têm criticado sob o termo *greenwashing*. As elites estão lucrando no mercado das energias renováveis – e espera-se que ele atinja um valor global

---

3 “Brasil prepara relatório de salvaguardas” por Paulenir Constâncio, disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/component/content/article/106-central-de-conteudos/noticias-principais/834-brasil-prepara-relatorio-de-salvaguardas?Itemid=0>. Acesso: 31 ago. 2023.



de 1,5 trilhão de dólares até 2025 – vendendo tecnologia a governos e pessoas físicas.

O ecossocialismo critica as soluções baseadas no mercado, mas também condena o ritmo lento da transição – se é que podemos usar essa palavra – estabelecido pelos governos que ainda priorizam as indústrias tradicionais e sujas como fontes de crescimento do PIB. Isto implica criticar o desenvolvimentismo e o produtivismo como ideologias nacionais. O ecossocialismo despedaça o significado de desenvolvimento para o livrar de suas facetas capitalistas e coloniais e a fim de enriquecer com noções qualitativas (e não meramente quantitativas) de uma boa vida. Também visa eliminar o produtivismo – cuja influência pode limitar o socialismo a uma mudança na propriedade dos meios de produção sem alterar o paradigma de produção – eliminando a obsolescência programada e promovendo o planejamento democrático da produção ao redor das questões de porquê, onde, para quê, quanto e para quem.

Contudo, grande parte do desenvolvimento teórico em torno do ecossocialismo tem se dado entre os intelectuais-ativistas do Norte. Embora existam organizações ecossocialistas em todo o mundo, majoritariamente de esquerda, incluindo a esquerda socialista, o Sul ainda está longe de uma síntese ecossocialista. Mesmo as discussões sobre *buen vivir* e Pachamama no Equador e na Bolívia devem levar em consideração os limites e a apropriação política de tais conceitos. Os movimentos sociais camponeses e indígenas, cujos valores estão profundamente ligados ao metabolismo da natureza, são bem respeitados e podem ser grandes líderes para a mudança. No entanto, quando se trata da economia, a maior parte da esquerda nos países periféricos

continua a contar com a separação entre o homem e a natureza a fim de garantir uma imagem representativa do proletariado urbano, campeão da indústria, e mestre dos recursos naturais locais.

Contudo, a teoria da dependência nos mostra que a percepção da natureza como uma simples fonte de mercadorias contribui para a vulnerabilização dos trabalhadores em lugares como o Brasil e a Bolívia. Pior ainda, movimentos que resistem a grandes projetos socioeconômicos destrutivos liderados por governos de esquerda – como é o caso da barragem hidroelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira – são vilanizados pelos partidos de esquerda e sindicatos que promovem uma perspectiva produtivista de progresso e criação de emprego. O carvão e o petróleo continuam a ser elementos importantes nas representações esquerdistas de desenvolvimento social e econômico, o que não surpreende quando o subdesenvolvimento ainda priva milhões de pessoas da classe trabalhadora de eletricidade, saneamento e outras infraestruturas e serviços básicos no mundo todo.

Embora o desenvolvimentismo e o produtivismo continuem a ser a norma, os impactos da crise climática forçam os desprovidos a confrontar a forma como o sistema econômico global tem pressionado a natureza a um nível sem precedentes. Sofrendo a maior parte das consequências negativas, as classes trabalhadoras à margem do capitalismo são as que têm mais a perder com o colapso ecológico – e as que mais têm a ganhar ao conduzirem o mundo em direção a uma postura mais ousada. A esquerda deve prestar atenção e dar espaço suficiente aos grupos que há muito denunciam o desastre iminente. Certamente, não pode haver luta socialista sem luta indígena.

Até o momento, a maioria dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento tem tentado alcançar os países desenvolvidos através das regras do sistema capitalista. Isto tem produzido uma relação de dependência contínua. Um programa de desenvolvimento radicalmente diferente, orientado para o ecossocialismo, centrado na qualidade de vida, no pleno emprego, em atividades livres de carbono e na autonomia econômica, pode salvar estes países das margens e constituir um exemplo para os grandes atores que continuam a colocar os seus objetivos financeiros contra o futuro do planeta. O desafio para a terceira fase do ecossocialismo é liderar o caminho através do desenvolvimento por meio da descarbonização, reforçando, ao mesmo tempo, o setor público e as organizações da classe trabalhadora para criar as bases materiais para derrubar o sistema capitalista de uma vez por todas.

## METABOLISMO DO SÉCULO XXI

Uma discussão-chave do ecossocialismo envolve o conceito de ruptura metabólica de Marx, o qual demonstra a insustentabilidade da lógica inerente no modo de produção capitalista. O verdadeiro “reino da liberdade”, argumentam os ecossocialistas, deve superar esta dinâmica por meio da regulação racional do metabolismo da natureza. É impossível compreender totalmente os impactos do capitalismo no ecossistema global sem uma profunda consideração da extração e saque colonial.

Tomando o Brasil como exemplo, a ascensão da extrema direita, encarnada na presidência de Jair Bolsonaro, está claramente enredada no agronegócio e na mineração industrial. Assim que tomou

posse, Bolsonaro reduziu o orçamento<sup>4</sup> para a mitigação da mudança climática em 95%. O Ministério do Meio Ambiente é chefiado por Ricardo Salles, que é condenado por fraude ambiental<sup>5</sup>. O desmatamento está em ascensão e os funcionários ambientais batalham para fazer seu trabalho sem os recursos adequados. Quando milhares de barris de petróleo de origem desconhecida contaminaram as praias de 11 estados em 2019, o governo brasileiro negligenciou largamente o desastre. Bolsonaro tentou até culpar um barco do Greenpeace<sup>6</sup> pelo derramamento, alegando sabotagem. O governo só agiu quando a maior parte dos danos já havia sido feita, deixando os esforços de resposta para os voluntários locais que arriscaram sua própria saúde removendo o petróleo e resgatando animais. Também é sabido que a descoberta brasileira de suas ricas reservas de petróleo no pré-sal, em 2006, gerou pressões geopolíticas, especialmente em torno da Petrobras.

Assim como muitos outros países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, o Brasil experimenta uma dinâmica de dependência. A extração de recursos é responsável por uma grande parte da economia e atrai superpotências que visam lucrar com produtos primários baratos, da agricultura ao petróleo. Evo Morales, na Bolívia, Nicolás Maduro, na Venezuela, e até mesmo o governo anterior do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil tiveram abordagens contraditórias frente às

---

4 “Bolsonaro corta 95% do orçamento das ações destinadas a combater mudanças climáticas”, por Rute Pina, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/bolsonaro-corta-95-do-orcamento-das-aco-es-destinadas-a-combater-mudancas-climaticas/>. Acesso: 31 ago. 2023.

5 “Ricardo Salles foi condenado por fraude em plano de manejo”, por Sabrina Rodrigues, disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/ricardo-salles-foi-condenado-por-fraude-em-plano-de-manejo/>. Acesso: 31 ago. 2023.

6 “Bolsonaro culpa Greenpeace pelo óleo vazado e chama a ONG de terrorista”, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-culpa-greenpeace-pelo-oleo-vazado-e-chama-a-ong-de-terrorista/>. Acesso: 31 ago. 2023.

questões ambientais, em busca do crescimento econômico a partir do extrativismo, vinculando a redistribuição social à entrada de receitas de *commodities*. Suas perspectivas, comuns a toda a maré rosa<sup>7</sup>, flutuaram entre um maior respeito pela natureza em comparação com os governos de direita e um foco desequilibrado em uma ideia de desenvolvimento sustentável que tratou os custos ambientais como uma reflexão tardia relativa a grandes projetos e produção econômica. Este tipo de negociação com interesses extrativistas permite a manutenção das elites nacionais tradicionais em uma posição confortável de poder econômico, ao mesmo tempo que compromete a autonomia nacional devido à dependência excessiva de exportações de *commodities*.

Tais países estão posicionados de forma única quando se trata de resistência e de construção de alternativas radicais. Na maioria dos casos, se não por sua dependência da extração de recursos que alimentam as superpotências econômicas, esses países contribuiriam pouco para a mudança climática. A dependência – que é a raiz de sua contribuição para a crise climática – impede o desenvolvimento real, afastado das práticas de degradação do meio ambiente, que constrói infraestruturas resistentes e adaptadas para a mitigação da mudança climática. Em um país tão desigual quanto o Brasil, as cidades não são feitas para o povo, mas divididas por classe e pelos interesses de cada elite local. Os resultados são: muitos carros; uma infraestrutura de transporte público precária e com passagens caras; e tanto concreto que a chuva inevitavelmente leva a enchentes, doenças e mortes. A “normalidade” significa que enquanto a Vale S.A. puder extrair minério de ferro, a

---

7 “Avaliando a Maré Rosa”, por Jeffrey R. Webber, disponível em: <https://jacobin.com/2017/04/lula-correa-rousseff-left-pink-tide>. Acesso: 31 ago. 2023.

economia está relativamente segura e os impactos sociais e ambientais – incluindo estouros de barragens que provocam inundações de resíduos de mineração – não passam de externalidades esperadas.

Até o momento, a esquerda nestes países adotou a abordagem errada para superar a dependência ao pensar que seria possível desafiar o capitalismo sem alterar sua lógica de produção. Alguns deles intensificaram a extração para aproveitar os preços das mercadorias, mas não conseguiram obter os ganhos necessários na capacidade industrial interna. Outros investiram na capacidade interna, mas ainda sofreram algumas consequências desastrosas da contínua dependência da extração: o enriquecimento contínuo das velhas elites, a superespecialização que mantém a dependência e as relações geopolíticas conflitantes, e a perpetuação da ruptura metabólica, por meio da qual o uso desregulado da natureza leva a uma série de impactos de curto, médio e longo prazo.

Uma abordagem diferente para o desenvolvimento – centrada na autonomia e na criação de condições ecológicas favoráveis para uma maior organização dos interesses da classe trabalhadora – poderia ajudar a superar a dependência e, ao mesmo tempo, liderar o caminho para uma transição ecológica global. Esta transição, então, poderia ter o poder de reconciliar e unir todas as pessoas oprimidas em torno do paradigma ecossocialista.

## DESCARBONIZAR E ORGANIZAR!

A ecologia é um ponto de convergência fundamental para os oprimidos ao redor do mundo. Os impactos ambientais recaem de forma

desproporcional sobre eles. As mulheres são mais propensas a assumir encargos extras de reprodução social após desastres ambientais. As cidades projetadas em torno do capital carecem de infraestrutura em suas periferias e são muito racializadas. As conexões ecológicas promovem não apenas a solidariedade, mas sínteses profundas entre as lutas.

A bandeira da soberania alimentar, por exemplo, conecta trabalhadores sem-terra a profissionais da saúde e ativistas da libertação animal. Ativistas climáticos, políticos e todos os sindicatos interessados em pleno emprego, compartilham de uma preocupação com mudanças radicais no sistema energético. Os ecossocialistas compreendem o poder de organizar a classe trabalhadora de forma metabólica – isto é, através do entendimento de que se classe e opressão são inseparáveis das condições ecológicas, as lutas devem agir conjuntamente. Ao invés de lutas diferentes marchando lado a lado, o horizonte exige conexões em torno dos fundamentos ecológicos das condições materiais para a sobrevivência – e até mesmo para a revolução. Não podemos mais separar a organização do trabalho das lutas feministas, antirracistas, LGBTQI+, libertação animal, abolição prisional, lutas anti-imperialistas e de autodeterminação dos povos. A visão ecológica metabólica mostra que para além de terem interesses semelhantes, essas lutas compartilham as mesmas raízes.

Conforme as preocupações ambientais têm se tornado cada vez mais urgentes, alguns setores da esquerda finalmente compreenderam sua importância. Devemos ser estratégicos. Uma maior sensibilidade às questões ambientais apresenta uma oportunidade de politização para que possamos, ao mesmo tempo, rejeitar propostas capitalistas “ver-

des” inerentemente falhas e aprender a construir as condições para um horizonte radical.

Em certo nível, isto exige que os ecossocialistas considerem a reforma e a revolução. O ecossocialismo é uma perspectiva revolucionária, mas deve estar consciente das mediações necessárias para garantir as condições ecológicas para uma revolução. A urgência da mudança climática exige a descarbonização ainda sob o capitalismo. Isto não significa, no entanto, aceitar tal plano em termos capitalistas. A lógica deve ser de descarbonizar rapidamente, com foco no sistema público, combatendo a privatização a todo custo, e fortalecendo os movimentos e organizações populares. Um modo de produção descarbonizado é necessário para garantir que quando os trabalhadores estiverem prontos para derrubar as estruturas capitalistas, ainda haja um planeta saudável no qual se possa construir o socialismo.

É por isso que projetos que visam superar a economia do carbono, como o Green New Deal, propõem a transição de uma economia baseada no carbono para as energias renováveis. Esta transição requer mudanças em muitas áreas, mas não é o que os socialistas chamam de um programa de transição, muito menos um esforço revolucionário socialista. A descarbonização é tanto uma necessidade imediata quanto um pré-requisito material para qualquer programa de transição e para a própria perspectiva de organização em prol da abolição da propriedade privada. Para ter sucesso, os esforços de descarbonização precisam ser altamente coordenados, mas de baixo para cima. A terceira etapa do ecossocialismo exige a mobilização de setores inteiros da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, o crescimento da esquerda pela atração de pessoas preocupadas com a viabilidade da vida no próximo século.



Naturalmente, os capitalistas verdes também têm tentado apresentar sua própria versão da descarbonização. A visão deles gira em torno da propriedade privada e das margens de lucro, permite mais extrativismo, leva um ritmo lento e demonstra um otimismo perigoso em relação a tecnologias não desenvolvidas que podem futuramente resolver o problema de carbono sem alterar a produção. A menos que assuntos como poluição e perda de biodiversidade possam ser “comoditizados”, estas abordagens negligenciam outros elementos da crise ecológica além do carbono. A tarefa ecossocialista diante do Green New Deal é fazer dessa proposta – seus objetivos, velocidade de implementação, envolvimento dos trabalhadores e seus interesses – o mais radical possível. Isto também exige uma perspectiva internacionalista que considere a transferência de recursos financeiros – como um incentivo, mas também como uma espécie de reparação – como apoio para os países colonizados e afetados na transição energética. Este processo também deve assegurar a autonomia local, abrindo espaço para as contribuições políticas do Sul como garantia de que o sistema mudará de fato.

O desafio está em como levar toda a esquerda a este entendimento – e não apenas em termos de argumentos convincentes, mas como práxis. A Petrobras oferece um exemplo importante. É primordial que as reservas de petróleo nas camadas do pré-sal – encontradas a milhares de metros de profundidade no subsolo oceânico, cuja extração é caríssima – permaneçam, dentro do possível, intocadas. A pressão estrangeira do setor privado visa enfraquecer o papel do Estado na Petrobras, e isto tem afetado os trabalhadores da empresa, bem como os preços ao consumidor de petróleo e gás. Uma perspectiva

comum, compartilhada pelo sindicato da Petrobras, defende a estatização completa da empresa para que as reservas sustentem a soberania nacional – e não os interesses imperialistas – garantindo ao Brasil 100 anos de autonomia energética. De uma perspectiva desenvolvimentista padrão sem qualquer consideração ecológica, isto soa como um argumento dos sonhos para a soberania dos trabalhadores. É, porém, irrealista, pois coloca o mundo inteiro em perigo de uma catástrofe climática acelerada. Isto demonstra a importância de fomentar o ecossocialismo no Brasil e a urgência de desenvolver um programa de descarbonização.

A privatização levaria, evidentemente, a um extrativismo intenso sem nenhuma recompensa para os trabalhadores ou para o país. Portanto, deve ser combatida em todas as frentes. No entanto, produzir seu próprio “acordo” de descarbonização também é importante para países como o Brasil, para que os sindicatos de trabalhadores das indústrias baseadas no carbono possam se envolver. Somente uma Petrobras totalmente estatizada e controlada pelos trabalhadores será capaz de postular os passos necessários para uma transição justa baseada em: uma moratória sobre novas explorações; rápida diversificação das atividades da empresa em energias renováveis; formação, remuneração e garantia de empregos.

Isto não é inteiramente inovador – a Equinor, estatal petrolífera norueguesa, assumiu o compromisso de aproximar as emissões do país do zero até 2050. A Petrobras investiu em energias renováveis no passado como uma forma de “preparar a empresa para um futuro de economia de baixo carbono”, mas atualmente está desinvestindo nesses setores, inclusive vendendo suas usinas eólicas no início de 2020.

Os interesses privados na camada pré-sal e as intenções de privatização do governo têm feito a Petrobras recuar. Um programa radical de descarbonização que incluía a estatal, com novas prioridades encabeçadas por trabalhadores sindicalizados, teria o potencial de não apenas recuperar os planos anteriores da Petrobras em matéria de energias renováveis, como também de ir ainda mais além do que as metas da Equinor. Esta mudança também daria poder a outras petrolíferas estatais da região e poderia ajudar a redirecionar o futuro da Pemex do México, entre outras.

Como argumentam os autores do livro *Um planeta a conquistar: a urgência de um Green new Deal* (publicado em 2019 pela Verso Books e está sendo traduzido pela Autonomia Literária), uma transição justa depende do controle público dos recursos energéticos, e só será justa se for centrada na melhoria da vida das pessoas. Além de evitar o colapso do clima, este tipo de acordo descarbonizador contribui para o horizonte ecossocialista: não pode haver apenas transição energética sem organização, e os frutos desta organização podem caminhar para a superação do capitalismo. Reestruturar a economia longe do carbono e, ao mesmo tempo, centralizar a classe trabalhadora, possibilita sonhar com cidades e moradias eficientes, melhores meios de transporte, cuidados de saúde preventiva, um sistema agrícola construído sobre a soberania alimentar, uma indústria sem obsolescência programada e mais tempo para lazer e descanso.

Não é possível eliminar o sistema capitalista por meio de um decreto ou simplesmente do voto. Para assegurar uma sociedade pós-capitalista ecológica e politicamente sustentável, devemos construir as condições para que o futuro seja possível e duradouro. Uma alterna-

tiva revolucionária viável toma as condições que pode construir no capitalismo, preserva os ganhos, muda o que é necessário e depois transcende as barreiras que o capitalismo impôs à emancipação. Em suma, para abolir o capitalismo de verdade, devemos torná-lo obsoleto. Uma sociedade cujo modo de produção atende às necessidades e à qualidade de vida dos povos sem exploração ou destruição torna o capitalismo ultrapassado, irrelevante e indesejável.

A organização afastada do carbono também pode ser um passo valioso para uma organização ampla e internacional afastada do capital. Uma transição energética justa no Sul nos impulsionará nessa direção, atingindo o capitalismo na raiz da extração, exploração e colonização – nenhuma das quais tem lugar numa sociedade ecossocialista. Uma ação coordenada a partir das margens pode ser exatamente o que precisamos.



## O MST E A QUESTÃO AMBIENTAL

GILMAR GERALDO MAURO  
FERNANDA MAURO GARCIA

O Brasil, historicamente, tem se caracterizado por elevada concentração fundiária. Apesar da reforma agrária ser uma bandeira de luta desde a década de 1950, ainda em 2017 o Índice de Gini<sup>1</sup> da distribuição da propriedade da terra no país foi de 0,73, reiterando seu lugar dentre os países com a maior concentração fundiária. Nesse ano, constata-se que 1,34% dos proprietários rurais detém quase 50% das terras desse país, mas o que é produzido nelas se reduz, majoritariamente, a produtos vinculados ao mercado internacional e não à produção de alimentos para a população brasileira.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, é um movimento popular, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a reforma agrária e um projeto popular para o Brasil. Após mais de dez anos da sua fundação, o Movimento incorpora à luta

---

1 O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. [N.E.]

pela distribuição de terras a camponesas e camponeses – visando sua democratização e garantia de acesso a todos que quiserem produzir e dela usufruir – um conjunto de reflexões e experiências em busca de uma nova forma de produzir, visando alimentos e convivência saudáveis com a Terra.

Essas reflexões conduzem ao rompimento com o paradigma da revolução verde e ao abraço da agroecologia como prática desejada nos assentamentos de reforma agrária por ele conquistados. Posteriormente, na segunda década deste século, no contexto dos debates sobre o colapso ambiental e a rápida reprimarização da economia brasileira, se inicia o debate sobre a reforma agrária à luz da questão ambiental, tomando consciência sobre a inadiável luta pela recuperação e pelo cuidado da natureza. O presente capítulo traz breves reflexões sobre a emergência, compreensão e ações vinculadas à questão ambiental no MST.

## O ROMPIMENTO COM A REVOLUÇÃO VERDE E A FUNÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA

A preocupação com a forma de produzir nos assentamentos conquistados pelo MST se inicia no final do século passado, quando o Movimento percebe os desdobramentos negativos de utilizar o padrão produtivo proposto pela revolução verde nessas áreas. Esse paradigma, cuja implantação no Brasil inicia na década de 1960, idealizado para aumentar a produção agrícola, por meio da intensiva utilização de insumos industriais como fertilizantes e agrotóxicos, mostrou-se não apenas ineficaz no combate à fome, mas também insustentável do ponto de vista ambiental e social. Esta realidade é fortemente reiterada neste século. Estima-se que, atualmente, 850 milhões de pessoas no

mundo passem fome, e mais de 2 bilhões estão em situação de insegurança alimentar. No Brasil, tem-se, aproximadamente, 33 milhões de pessoas passando fome<sup>2</sup>. Esses números, obtidos pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19, apontam ainda que houve um aumento de cerca de 14 milhões de novos brasileiros passando fome em apenas um ano, e que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com insegurança alimentar em algum grau. No caso do MST, dentre os motivos que explicam a percepção inicial do equívoco de utilizar esse paradigma produtivo nos assentamentos destaca-se, primeiro, a inviabilidade econômica, isto em função de ser desenhado para grandes extensões de terra ancoradas na monocultura e no uso intensivo de capital. Segundo, porque esse paradigma desincentiva e fragiliza a produção de alimentos para os próprios assentados, tornando cada vez menos frequente a cultura vinculada à produção de legumes, frutas, leite, galinhas e um enorme leque de produtos que os camponeses produziam e que paulatinamente passaram a comprar no supermercado. Terceiro, pela degradação ambiental<sup>3</sup>, em função, fundamental-

- 
- 2 Cabe mencionar que o país que havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, em decorrência da criação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional ancoradas na agricultura familiar, hoje figura novamente neste cenário. Ver síntese do relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (2023)*, versão em espanhol, disponível em [https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/230712\\_relatoriofao\\_es\\_seguridad\\_alimentaria.pdf](https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/230712_relatoriofao_es_seguridad_alimentaria.pdf). Acesso: 31 ago 2023.
  - 3 Obviamente, a revolução verde trouxe problemas para além da questão ambiental, como é o caso dos problemas de saúde, em especial dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O método de aplicação de veneno nas plantações prejudica mais os pequenos proprietários rurais. Segundo o Censo Agro de 2006, nas propriedades com menos de 100 hectares (ha), 21% declaram não usar equipamentos de proteção. Por outro lado, entre as fazendas com mais de 100 ha, somente 3,5% afirmam não utilizar proteção na aplicação do veneno. O método de aplicação utilizado majoritariamente nas plantações é a pulverização aérea, um dos mais agressivos ao meio ambiente e às comunidades. Vale lembrar que, no Brasil, quem aplica o agrotóxico nas pequenas e grandes propriedades é sempre a classe trabalhadora. Reporta-se também que utilizamos os dados do Censo de Agropecuário de 2006, em função da formulação de seu questionário atender às demandas reais de conhecimento da realidade rural. No Censo e o uso



mente, do uso intensivo de agrotóxicos<sup>4</sup>, de fertilizantes químicos, de insumos industriais e da motomecanização.

A necessidade de pensar um caminho alternativo que integrasse o cuidado da natureza, em termos de recuperação e preservação; as características sociotécnicas dos assentados, incorporando suas raízes históricas e saberes já acumulados; a viabilidade socioeconômica; e a produção saudável, propiciaram o início do debate sobre a agroecologia no MST, o qual se alimentou das ricas discussões e conhecimentos já presente no Brasil desde a década de 1960. Assim, levantou-se a urgência do debate sobre *que* e *como* produzir nas áreas de assentamentos conquistadas. Nesse bojo, se fez a crítica à matriz produtiva do socialismo denominado “real”, que também seguiu o paradigma da revolução verde.

Entender que o agroecossistema, o assentamento e a unidade de produção precisam ser analisados em conjunto com as pessoas que neles vivem, sua cultura e seus saberes, dentre outros aspectos, engendrou a necessidade de um pensar sistêmico que integrasse esses diferentes elementos de forma a tornar possível a recomposição e cuidado da natureza como única forma para garantir a saúde e o sustento econômico, no médio e longo prazo, das famílias assentadas. No entanto, o

---

de agrotóxicos. Por exemplo, foram retiradas as perguntas sobre equipamentos de aplicação, proteção e intoxicações e o destino das embalagens, aplicando unicamente a questão sobre a utilização ou não de agrotóxicos na propriedade. Ainda importa mencionar que, nos últimos anos, a intensificação do uso de agrotóxicos cresceu drasticamente devido, entre outros fatores, à liberação de centenas de novos tipos de venenos, sendo alguns deles proibidos em vários países. Ver link <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso: 31 ago. 2023

4 É sabido que o uso de fertilizantes químicos nitrogenados intensifica o efeito estufa. O óxido nítrico liberado é um dos três gases mais prejudiciais ao meio ambiente, pois possui potencial de efeito estufa 300 vezes maior em comparação com o CO<sub>2</sub> e seu tempo de vida pode ser superior a 120 anos, além de poder ser destruído na estratosfera, formando N<sub>2</sub>O e contribuindo com a degradação da camada de ozônio. (Ver <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-57775100>; e <https://www.scielo.br/j/esa/a/HtrgdCdPdT9b6hxSmhYZfkx/>. Acesso em: 19 set. 2023 [N.E]).

avanço da agroecologia nas áreas de assentamento não tem sido um trabalho fácil e tampouco rápido. O caminho é longo e somente será possível concretizá-lo de forma massiva em um sistema econômico cujo objetivo não seja o lucro ancorado na destruição da natureza.

Mas olhando o presente, importa ressaltar que a agroecologia é um processo intensivo em conhecimento que implica em planejamento e em perdas econômicas iniciais. A questão é como tornar possível experiências agroecológicas de tal forma que as famílias assentadas possam gerar renda, e, portanto, não se desestabilizem economicamente resultando no abandono da experiência. Compreender e seguir a dinâmica da natureza, assim como recobrar e preservar sua biodiversidade, tornaram-se mecanismos fundamentais para uma nova forma de produzir. Entretanto, esse modelo alternativo apresentou enormes dificuldades na sua execução diante do grau de degradação das áreas de assentamento, da necessidade de produzir para subsistir à luz das exigências do mercado e da falta de política pública que apoiasse técnica<sup>5</sup> e economicamente o processo de transição para a agroecologia.

Nesse sentido, cabe mencionar que apesar da existência de políticas públicas direcionadas à agroecologia nas diretrizes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o orçamento e recursos técnicos são completamente insuficientes e inadequados. O que de alguma forma reflete o conflito entre o avanço da agroecologia e a própria dinâmica do capitalismo brasileiro, cujo eixo dinâmico é a produção de *commodities* agrominerais. Por exemplo, ao

---

5 É importante ressaltar, todavia, que a agroecologia não nega, em qualquer registro, o uso da tecnologia. Ao contrário, pois impõe a necessidade de investir em pesquisas na área assim como no desenvolvimento de instrumentos e maquinaria que diminuam a penosidade do trabalho agrícola, sem se opor às necessidades de cuidado da natureza.

observar a dinâmica de tramitação do PRONAF, que é o principal instrumento de crédito, investimento e custeio para a agricultura familiar e as áreas de assentamento, é notório como seus procedimentos direcionam os agricultores para a intensificação do uso do pacote da revolução verde, assim como incentivam a produção de soja, fragilizando a agricultura familiar em termos da sua capacidade e função social no que se refere à produção de alimentos saudáveis e diversos. Essa política se percebe ainda mais inadequada ao contexto brasileiro quando se leva em consideração que ampla maioria da população que vive no meio rural e nas pequenas cidades tem seu trabalho e renda dependente da agricultura.

É importante salientar que, atualmente, cerca de 60% da dieta alimentar global se baseia em apenas quatro produtos: soja, milho, trigo e arroz. Estes alimentos são consumidos em seu estado natural, mas majoritariamente por meio de alimentos ultraprocessados, produzidos por grandes conglomerados econômicos. Da mesma forma, o comércio internacional de *commodities*, produtos padronizados internacionalmente que incluem os grãos como soja e milho, está concentrado nas mãos de pequenos grupos transnacionais<sup>6</sup>.

Sob essas circunstâncias, o desafio do MST de produzir alimentos saudáveis e cuidar da natureza se multiplica. Por um lado, é preciso aprender novas práticas agrícolas que avancem na direção da agroecologia, por outro, é necessário enfrentar a resistência ao uso de práticas de produção na matriz proposta pela Revolução Verde, incentivada

---

6 Dedicam-se ao monocultivo apenas de *commodities* exportáveis, como: soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, e a pecuária bovina. Esses produtos ocupavam, em 2021, 86% de toda área agrícola, 94% de todo volume e 86% do valor da produção.

pelas linhas de crédito disponíveis vinculadas à demanda internacional de *commodities*. No entanto, mesmo sem a implementação de políticas públicas suficientes para a agricultura familiar, essa continua sendo responsável por 70% da alimentação da população brasileira, o que explicita os pontos de contato deste tipo de agricultura com a soberania alimentar<sup>7</sup>. Vale destacar que esta porcentagem não é mais significativa por conta do óleo de soja, da carne bovina e dos ovos de gaiola, que são produzidos pelo modelo do agronegócio.

Esse contexto coloca em discussão uma questão fundamental: a função social da agricultura, em particular nas áreas de assentamento, apresentando duas questões de extrema relevância para um país preocupado com seu povo: como e para quem produzir. Produzir o quê? Alimentos ou *commodities*? Para quem? Para alimentar o povo brasileiro ou para atender às exigências do mercado externo? Como? Colocando veneno na mesa ou comida de verdade? A resposta e a luta do MST vinculada a essas questões é: produzir alimentos saudáveis e acessíveis para todo o povo brasileiro. Como admitir que um país como o nosso possa vir a importar banana e que dependa do mercado externo para colocar frutas na mesa do brasileiro diante de um leque variado de culturas nativas nas diversas regiões brasileiras? A função social da agricultura, portanto, necessariamente passa pela garantia da soberania alimentar e nutricional no Brasil, para a qual é indispensável, mas não suficiente, superar a revolução verde e trilhar os caminhos da agroecologia.

---

7 O Censo de 2017 indica ainda que a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, com produção diversificada. Os agricultores familiares são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, como 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

## REFORMA AGRÁRIA, SOCIALISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Na primeira década deste século, quando a contradição entre o consumo pregado pela sociedade capitalista e a capacidade de recomposição da natureza implicou na real possibilidade de colapso ambiental, a discussão da relação sociedade e natureza passou a ter outra dimensão, uma vez que esta implica na sobrevivência da nossa própria espécie. Durante a primeira e segunda décadas deste século, a luta dos povos indígenas na América do Sul irrigaram e avivaram as discussões sobre essa problemática. A compreensão da mãe Natureza destes povos não como um insumo de produção, mas como responsável pela reprodução da vida, colocou para a sociedade valores e visões diferentes aos pregados pelo capitalismo.

A esse respeito, é pertinente citar o desastre de impacto global decorrente do desmatamento amazônico e da destruição de outros biomas para a expansão da fronteira agrícola e para a extração predatória. A sanha por lucro fácil tem consequências severas ligadas ao agravamento do efeito estufa por conta das queimadas, afetando, igualmente, o sistema de chuvas no Brasil e no mundo. Ademais, a própria agricultura dessa região fica comprometida no médio e longo prazo, posto que não contará com o mesmo regime de chuvas responsável pelo abastecimento desse território<sup>8</sup>.

---

8 Isso acontece em grande medida porque as correntes de umidade (rios voadores) fazem com que as chuvas da região sejam constantes. A fragilização/desaparição deste processo, via destruição da Amazônia, faria com que a região Centro-Sul do país e os territórios que se encontram nessa mesma latitude caminhassem para sua transformação em desertos como o do Atacama e da Namíbia. Vale lembrar que a selva amazônica coloca mais água na atmosfera do que o rio Amazonas no Oceano Atlântico, quantidade que se aproxima de 17 milhões de litros ao dia, irrigando naturalmente toda essa área. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), estima-se que uma árvore de dez metros de diâmetro possa produzir mais de 300 litros de água por dia.

Podemos afirmar que neste século, a visibilidade da luta dos povos dos rios, do campo, e da floresta colocou em tela de juízo a admirada “racionalidade do capitalismo” e expôs a necessidade de outro olhar e convivência junto à Mãe Terra. De fato, os Direitos da Natureza emergem nesse contexto, a exemplo da promulgação da Constituição Federal do Equador, em 2008, instigando a discussão sobre a necessária transição de uma perspectiva antropocêntrica para uma ecocêntrica. Assim, as lutas desses povos ancoraram reflexões neles presentes ao longo da sua história, relativas ao urgente cuidado da terra, da água, do ar e da floresta, incentivando, em maior ou menor medida, discussões desse corte ao interior dos movimentos sociais, como é o caso do MST.

Desta forma, à necessidade de incorporar a questão ambiental como bandeira de luta decorrente dos vínculos entre reforma agrária, alimentação e natureza, se somou uma nova dimensão: a sobrevivência da espécie humana. Isto colocou para o MST novas e urgentes tarefas. Assim, além de lutar pela democratização do acesso à terra, incorporando a agroecologia, a soberania alimentar e nutricional, a necessidade de refletir e se vincular à luta em prol do planeta Terra como garantia da nossa própria existência, passou a ser compreendida como requisito inadiável para tornar possível a construção de uma nova sociedade: o socialismo.

Neste contexto, a discussão sobre a reforma agrária proposta pelo MST, a diferença da política de assentamentos, deve refletir sobre a necessidade deste processo em avançar nas terras produtivas do agro-negócio, haja vista seu vínculo direto como a espoliação e destruição da natureza, da mesma forma que o extrativismo mineral. No entan-

to, hoje, mais do que nunca, esta nova dimensão somente é possível de ser concretizada no socialismo, uma vez que o eixo dinâmico da economia brasileira é a exportação de *commodities*, diante do grave e acelerado processo de desindustrialização.

Os novos vínculos existentes entre a realização de reforma agrária e o socialismo são maiores, pois a impossibilidade da sua concretização dentro dos limites do capitalismo brasileiro cresce na nova fase de reprimarização. Hoje, a desconcentração radical da terra entra em contradição com o capital alocado no eixo dinâmico da economia. Se em algum momento do capitalismo brasileiro essa divisão de terras poderia ter sido realizada, hoje ela foi abortada, pois significa uma ruptura estrutural com a elite dominante no país.

Assim, a necessidade de uma reforma agrária que incorpore o necessário e inadiável cuidado com a Mãe Terra diz respeito não somente à desapropriação de terras improdutivas, como também a forma de produção nas terras produtivas do agronegócio, tendo em vista que são elas que mais destroem a natureza. Avançar sobre as terras produtivas, algo que em outro tempo histórico não estava colocado como parte da reforma agrária, significaria, em outras palavras, destituir a dinâmica econômica do país que, em última instância, responde à nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Aqui cabe ressaltar que os dinamismos emanados dessa DIT atribuem aos países periféricos várias funções, as quais possuem mediações políticas para sua implantação no interior dessas economias, não sendo mero reflexo desses dinamismos. A exportação de *commodities*, a produção industrial intensiva em força de trabalho barata, de baixa com-

plexidade tecnológica e fortemente dependente de importações são atribuições aos novos eixos das economias periféricas. Nestas, o capitalismo se reproduz sob a égide da depredação sem precedentes da natureza, seja pela extração de recursos minerais, seja pela produção agrícola intensiva no uso dos recursos naturais, em especial água e solo.

O capitalismo brasileiro passou a operar e depender da demanda externa do mercado internacional, em particular da China, que, para seu crescimento, depende da exploração de energia, água e solo de outros países. Nesse sentido vale lembrar que mais de 60% dos recursos hídricos desse país estão completamente poluídos. Concomitantemente, não há solo disponível para atingir a soberania alimentar, e seus recursos energéticos tampouco lhe são suficientes para garantir o ritmo de crescimento da sua economia.

Talvez a dificuldade maior para entender os limites estruturais da realização da reforma agrária no Brasil é compreender que há tempos o nosso país se submeteu às exigências do sistema econômico internacional, chanceladas pelo Estado claramente a partir da década de 1990, as quais provocaram mudanças estruturais na economia do país que não são reversíveis com as forças políticas hoje configuradas no capitalismo brasileiro. Isto é, não é um problema de correlação de forças. Entender os dinamismos externos e como eles chegam à periferia, como cada país os digere, com maior ou menor restrições e intermediações do Estado, é fundamental. No que diz respeito à reprimarização, a burguesia nacional há muito tempo desistiu de se contrapor a esse processo, acolhendo sem restrições à reprimarização da economia.



Nesse panorama descrito, as ações do MST devem se constituir cada vez mais como espaço de resistência à forma pela qual esse dinamismo do capital internacional faz o uso dos recursos naturais no nosso país. Ao questionar e rejeitar esses dinamismos, mesmo de forma pontual, e fazer ecoar outro modelo de produção<sup>9</sup> e de relação com a natureza, abre-se a possibilidade de avançar na criação de valores e consciência contra-hegemônica, acumulando forças para mudança radical na forma de se relacionar com a natureza. O MST exerce, de alguma forma, uma força que obviamente não detém a dinâmica depredadora do capital, mas aponta para outras possibilidades, a partir das suas experiências. Esta radicaliza em apresentar à sociedade a necessidade de a agricultura cumprir sua função social. Ou seja, de alimentar de forma saudável e suficiente o povo brasileiro, alertando sobre a inadiável tarefa de recuperar e preservar o que nos garante um futuro: a natureza. Nesse processo, o capitalismo deve ser compreendido como responsável pelo colapso ambiental, tornando evidente o dever de colocar, no horizonte, a necessidade de construir uma outra sociedade capaz de garantir a sobrevivência e florescimento do ser humano.

---

9 Há no Brasil, atualmente, em torno de 5 milhões de famílias que têm sua produção orientada por um modelo contra-hegemônico. Estas possuem, em geral, até 100 hectares e controlam ao redor de 80 milhões de hectares (23% da área total do Brasil). Entre eles estão 500 mil famílias em projetos de colonização na Amazônia legal e 500 mil famílias assentadas em projetos de reforma agrária. As famílias que vivem nas comunidades quilombolas também estão incluídas nesse universo e nessa forma de produzir.

# REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS

ARLINDO RODRIGUES  
PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA

## INTRODUÇÃO

A construção da Rede Brasileira de Ecosocialistas é um desafio importante para o segmento brasileiro ecosocialista. A essência dessa proposta é articular os diversos ecosocialistas brasileiros em uma dinâmica de enriquecimento de suas ações nas diversas frentes políticas com a dialógica presente nessa Rede e, ao mesmo tempo, enriquecer a práxis desse pensamento com as experiências concretas dessas intervenções políticas de seus militantes. A Rede Brasileira de Ecosocialistas tem como objetivo ser agente de debate e construção contínua da práxis ecosocialista.

O entendimento compartilhado pelos ecosocialistas é que o socialismo sem a visão ecológica não responde aos desafios socioecológicos do século XXI e que a ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios, assim, o ecosocialismo é um segmento do movimento socioecológico, cuja proposta é unificar a práxis ecológica e a socialista.

A definição presente na obra de Löwy para o ecossocialismo é compartilhada pelos participantes da Rede Brasileira de Ecosocialistas (RBE), isto é: “uma corrente de pensamento e ação ecológica que incorpora fundamentos do pensamento marxista, ao mesmo tempo em que o liberta das escórias produtivistas” (LÖWY, 2005, p. 47). Para esse segmento, a lógica da dominação do mercado e a sua busca de lucro como fim em si mesmo, inerente ao capitalismo e ao autoritarismo burocrático do finado socialismo “real”, são incompatíveis com a necessidade de preservação da capacidade da Natureza de suprir a vida, inclusive a da humanidade.

Nesse sentido, a retomada da Rede é importante como forma de agregar ideias e pessoas para debater e irradiar propostas e ideais ecosocialistas. Pois a sociedade ecosocialista não pode ser construída em um contexto limitado a um só partido político, mas sim pela “mobilização de toda oposição ao capitalismo, à oligarquia financeira e ecocídio na união das forças do polo ecológico com o polo socialista e da grande massa desorganizada vítima da crise e da política austeridade”<sup>1</sup>. (MÜNSTER, 2013, p. 157-158)

A construção da Rede Brasil de Ecosocialistas é importante para dialogar e difundir as propostas ecosocialistas, e o ingresso dos movimentos populares e ONGs, além de acadêmicos e representantes de diversos partidos políticos, os que têm dado à Rede o caráter plural, fator desejado por todos os seus idealizadores.

Há uma relação de mútua construção entre a Rede Brasil de Ecosocialistas e os partidos, movimentos sociais e setores acadêmicos, assim,

---

1 Tradução do autor.

por um lado, as instituições associadas devem constituir e alimentar a Rede de temas e práticas, e, ao mesmo tempo, receber da Rede consistência teórica e provocações questionadoras de suas práxis. A missão é que essa troca de experiências e reflexões enriqueça e fortaleça as correntes ecossocialistas em suas organizações e essa dinâmica contribua para construir outra civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

## REDE ECOSSOCIALISTA BRASILEIRA

A primeira experiência foi lançada no dia 27 de janeiro de 2003 na oficina “A Sustentabilidade pelo Ecosocialismo” promovida pelas ONGs Centro de Estudos Ambientais (CEA), de Pelotas (RS), e Instituto Terrazul, de Fortaleza (CE), no Fórum Social Mundial, com participação de mais de 250 pessoas (LÖWY, 2005, p. 91; 2020, p. 161).

Essa organização deveria ser constituída “por uma articulação de militantes ecossocialistas, que nas diferentes esferas de ação política atuarão de acordo com os princípios e a reflexão teórica e programática construída pelo referencial do ecosocialismo” (LÖWY, 2005, p. 91). Assim, a Rede Brasil de Ecosocialistas seria um fórum de troca de experiências, reflexões e debates que enriqueceriam a atuação política de seus membros em suas organizações.

A Rede nasceu com o firme propósito de não substituir nenhuma organização política, e sua missão era “ser uma associação de ativistas ecossocialistas que, em diferentes esferas de ação política, atuam de acordo com os princípios e o pensamento teórico e programático estabelecidos pelo ecosocialismo” (LÖWY, 2020, p. 161).

A “Declaração de princípios e objetivos da Rede Brasil de Ecosocialistas” afirma que não há futuro para qualquer pensamento político que não seja ecológico, e a crise é um fenômeno global, mas que deve ser enfrentada não só global, mas também localmente com a mesma intensidade. A crise é provocada pela fúria capitalista em privatizar, controlar, patentear e tornar tudo mercadoria, inclusive a biodiversidade, as reservas florestais, a água e a vida (REDE BRASIL DE ECOSOCIALISTAS, 2005, p. 91). Nessa lógica, a preservação da vida não é o objetivo da sociedade, e sim o lucro de seus dominantes.

A orientação contida nessa Declaração é que a militância ecosocialista, organizada na Rede, deve buscar garantir que cada um dos seres humanos tenha o mesmo direito ao acesso à Natureza, respeitando os limites do planeta, para que sejamos uma civilização sem resíduos, isto é, nossa produção consiga reaproveitar totalmente os materiais utilizados e que, ao mesmo tempo, tenhamos como objetivo proporcionar uma situação digna a todos no planeta (REDE BRASIL DE ECOSOCIALISTAS, 2005, p. 92).

Além disso, o alerta presente na Declaração da Rede está relacionado com inovação e tecnologia. Nesse caso, o critério deve ser o da precaução, isto é, a sociedade não deve assumir riscos socioambientais, assim, há uma troca de lógica social, pois o fato de não haver provas que uma tecnologia é perigosa não é critério para adotá-la, seus responsáveis devem provar que ela é segura e que representa um fator de melhoria socioambiental em relação à situação vigente no planeta (REDE BRASIL DE ECOSOCIALISTAS, 2005, p. 92).

As bases éticas das diversidades ecosocialistas também estão presentes na Declaração da Rede. A sociedade desejada convive com a diver-

sidade de pessoas e povos cuja “diferenças culturais, étnicas, de raça, de gênero e de opção sexual não podem jamais ser instrumentos de negação de igualdade de direitos sociais” (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2005, p. 93).

A Declaração encerra seu texto com uma definição sobre o que é ser um ecossocialista: “a rede de ecossocialistas é formada por pessoas que dedicam suas vidas para defender a vida, contra a barbárie e pela paz no planeta” (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2005, p. 93). Nesse caso, a barbárie socioambiental alertada pelo ecossocialismo envolve o colapso das condições do planeta em manter a vida em sua superfície, inclusive a humana.

A juventude teve uma participação ativa nessa construção. Essa presença está registrada na atuação de Gabriela B. Batista<sup>2</sup>, que relata:

A juventude combativa, rebelde, que não aceita ser explorada, oprimida e alienada pelo capital tem um papel estratégico na luta pelo ecossocialismo. Os jovens não podem aceitar o futuro trágico que nos prepara o grande capital. Eles e as futuras gerações não podem se conformar com a perda da biodiversidade, com a diminuição da água potável, com o aumento da poluição industrial, com a contaminação transgênica e com um mundo cinza, sem beleza e sem sutileza, produto da crise ambiental planetária, cujo exemplo cabal são as mudanças climáticas que já estão ocorrendo.

O II Encontro da Rede Brasil de Ecossocialistas ocorreu no dia 18 de novembro de 2006, na sede do Sindicato dos Bancários do Rio

---

2 Então integrante da Juventude Terrazul e do Coletivo de Jovens pelo Meio Ambiente do Ceará, é também Coordenadora Nacional da Rede Brasileira de Ecossocialistas.

de Janeiro (RJ), com a presença de 51 participantes. Nesse encontro houve dois momentos: o primeiro, de reflexão e análise de conjuntura, no qual ocorreram duas mesas com palestras e debates com Michael Löwy – “Ecologia e socialismo” e “Planejamento, Estado e Ecosocialismo”; no segundo momento, sobre a organização e futuro da Rede Brasil de Ecosocialistas, após as mesas, ocorreu a análise de conjuntura “Desafios e perspectivas da Rede Brasil de Ecosocialismo”, que resultou nas seguintes orientações e encaminhamentos de ações (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2006):

- | A Rede é uma organização formada por militantes que aderem ao Manifesto Ecosocialista Internacional e à Carta de Princípios de Fundação, além de ser uma organização independente do Estado e dos partidos;
- | Eleição de uma nova coordenação, que deverá apresentar um plano de trabalho e funcionamento, de uma secretaria executiva da coordenação e formação de grupos de trabalhos temáticos;
- | Constituição de um Grupo de Colaboradores da Coordenação para ajudar na elaboração teórica da Rede;
- | Construção de uma página da Rede Brasil na internet;
- | Recadastramento dos membros da Rede;
- | Realização de encontros e fóruns nos estados, tendo o Fórum Social Mundial como espaço privilegiado de atividades.

Porém as únicas ações concretizadas foram as eleições que ocorrem no próprio encontro, sendo a coordenação formada por Adilson Vieira; Carlos Carvalho; Gabriela Rocha; João Alfredo; Michael Löwy; Pedro Ivo Batista; Rafael Tomyama; Temístocles Marcelos e Vânia Caus (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2006) e a Secretaria Executiva

formada por Pedro Ivo Batista e Temístocles Marcelos (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2007).

Em 13 de março de 2007, houve a reunião de coordenação para avaliação do II Encontro da Rede com a presença dos coordenadores Carlos Carvalho (RJ), Gabriela Batista (CE), Pedro Ivo (DF), Rafael Tomyama (CE), Temístocles Marcelos (MG) e Vania Caus (ES) e os convidados Esther Neuhaus (DF) e Edinaldo Severiano (CE). Essa reunião avaliou o segundo encontro e fechou algumas metas para a evolução da Rede.

A avaliação da coordenação da Rede para o II Encontro foi positiva, como também foi considerada positiva a oficina da Rede Brasil de Ecosocialistas no Fórum Social Mundial em Nairóbi, com a participação de 100 ativistas que se mostraram “dispostos a contribuir com a discussão política do ecosocialismo” (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2007).

Foi definido que 2007 seria o ano de fortalecimento e consolidação da Rede Brasil de Ecosocialistas e, para cumprir essa meta, foram definidas as seguintes ações: recadastramento dos integrantes da Rede; proposta de formação de “quadros”; elaboração de um projeto para trabalho junto à juventude; desenvolvimento da edição de Boletins e Revista Teórica; organização da moderação da lista de discussão na internet; e realização dos encontros estaduais (REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS, 2007).

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a posse de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) gerou uma expectativa positiva para os ecosocialistas, em particular para os envolvidos na



construção dessa Rede. Os primeiros passos foram dados, nesse caso, o ministério da Marina Silva era a catalizador do processo, porém a história da construção da RBE não evoluiu como o esperado, pois a Rede foi impactada pelos processos de rupturas internas do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essas rupturas foram geradas por discordâncias de setores ecológicos do PT com a reforma da Previdência e as ações desenvolvimentistas do governo Lula. Essa cisão levou partes da militância ecossocialista a participarem na construção dos partidos Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede Sustentabilidade, entretanto, parte dessa militância permaneceu no PT.

Essas divergências esvaziaram a organização da RBE até o completo fim de seu funcionamento (RODRIGUES, 2018, p. 155). A avaliação do ecossocialista Maurício Laxe ajuda-nos a entender o fim dessa experiência: “A Rede Ecossocialista Brasileira teve um início promissor, com representantes em São Paulo, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul, mas não evoluiu, não houve reuniões presenciais e nem virtuais após 2007, a Rede morreu ‘por inanição’” (RODRIGUES, 2018, p. 135).

#### ALIANÇA ECOSSOCIALISTA LATINO-AMERICANA (AELA)

Nos encontros de 2018 do Fórum Social Mundial em Salvador e do Fórum Alternativo Mundial da Água em Brasília, houve a criação de outra rede ecossocialista no Brasil com duas inovações. A primeira é a proposta de integração latino-americana, isto é, em diálogo com as diversas experiências da América do Sul, e a segunda, um profundo

diálogo com os povos originários e o Bem Viver (AELA, 2022).

Com uma pauta temática de ação ambiciosa envolvendo diversas frentes – como agricultura, comunicação, educação, ONGs, meio ambiente e trabalho – a Aliança realizou, no primeiro ano, 20 ações em diálogo com o Bem Viver e Ubuntu, principalmente na produção de alimentos e apoio ao movimento indígena (AELA, 2022).

Em seu panfleto de chamada para o seu lançamento no Fórum Social Mundial, a proposta apresentada foi a construção de uma “Sociedade matriarcal, ecofeminista com foco na integração e fomento dos movimentos e práticas ecossocialistas com base na visão do Bem Viver, Ubuntu e na defesa dos direitos da Mãe Terra” (AELA, 2018).

Pode-se afirmar que foi uma experiência inovadora com alguns resultados positivos. Suas propostas e ações serviram como semente para a formação do Coletivo Bem Viver em Florianópolis e do Movimento Bem Viver em Brasília. Este “Movimento”, fundado em outubro de 2021, trabalha com programas no campo, na floresta e na cidade – Comunidades Agroecológicas do Bem Viver, Mutirões do Bem Viver e, nas cidades, os Territórios Coletivos.<sup>3</sup>

Entretanto, essa Rede também não avançou. Nesse caso, a hipótese é que seu encerramento está relacionado à sua desconexão com múltiplas instituições políticas organizadas e a falta de estrutura organizativa. Sua relevância histórica foi sua proposta inovadora e oferecer elementos com seus acertos e erros para o aprendizado do movimento ecossocialista.

---

3 Cf. <https://www.instagram.com/movbemviver/>.

## REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS

O diálogo sobre a retomada da Rede Brasileira de Ecosocialistas (RBE) foi reiniciado em reunião no dia 22 de setembro 2021. O encontro contou com representantes dos diversos partidos brasileiros – PSOL, PT e Rede da Sustentabilidade – e independentes.

A diversidade na participação da Rede ampliou nos meses seguintes. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) passou a ter representação na RBE a partir de janeiro de 2022, e o Partido Verde (PV) iniciou a sua representação em 2023. Além da política partidária, os movimentos sociais e pesquisadores acadêmicos também estão presentes.

A retomada da Rede Brasil de Ecosocialistas é importante para dialogar e difundir as propostas ecosocialistas, principalmente como fonte de propostas concretas para superar o atual cenário de crise socioecológica. No caso brasileiro, a crise foi agravada pela gestão ecocida do governo eleito em 2018 e derrotado em 2022.

As primeiras missões da Rede foram: redigir o novo Manifesto Ecosocialista Brasileiro, com atualização das informações socioecológicas brasileiras e o agravamento da crise socioecológico global; desenvolver o Seminário “Construindo a Alternativa Ecosocialista” no primeiro semestre de 2022.

A RBE (2022) afirma em seu Manifesto que a “lógica da reprodução das espécies e dos ecossistemas tem tempos e limites que precisam ser respeitados; a lógica de reprodução do capital não reconhece limites” e ao “submeter a lógica da reprodução das espécies e dos ecossistemas à lógica da reprodução do capital, o sistema capitalista esbarra em um

limite não econômico à sua expansão”, e a ruptura dessas fronteiras provoca a atual crise socioecológica, cuja gravidade provoca o colapso das condições planetárias para suprir a vida, inclusive a dos seres humanos.

A esperança apresentada no Manifesto é que há alternativa, há outra ética civilizadora:

O ecossocialismo não é apenas uma mudança econômica e nas relações de produção, mas a constituição de uma nova civilização. Requer, por parte da esquerda do século XXI, uma mudança não só de programa, mas também de práticas e valores, horizontes e estratégias, epistemologias e cosmologias. O ecossocialismo só pode se afirmar como parte de uma nova visão de mundo que, em contraposição à competição e o individualismo, valorize a colaboração e os vínculos comunitários e que, em contraposição à predação da Natureza, valorize a empatia dos seres humanos para com toda a teia da vida. Enfim, um movimento que crie um propósito comum para grande parte da humanidade nesta hora de grande perigo!

Na construção dessa nova sociedade, o Manifesto sugere dez ações concretas:

1. Recompôr e reorientar as políticas ambientais em todas as esferas;
2. Desmatamento Zero com manejo e restauração inclusiva das florestas com espécies nativas;
3. Promover a demarcação e a autonomia imediatas dos territórios;
4. Promover os Direitos da Natureza: o impulsionador de um novo paradigma anticapitalista;

5. Promover a agroecologia e a soberania alimentar, implementar uma reforma agrária popular;
6. Proteger as águas e sistemas hídricos;
7. Transição energética e produtiva, para superar os combustíveis fósseis, o extrativismo irresponsável e o consumismo;
8. Um novo modelo de cidade;
9. Garantia de trabalho e renda para toda a população;
10. Integração regional, desmilitarização, desglobalização econômica e globalização política.

A expectativa é que a Rede Brasileira de Ecosocialistas cresça e tenha um papel importante na política ecológica brasileira. Para esse avanço, a Rede continuará investindo na sua organização interna e divulgação externa. Nesse sentido, houve ações para criar uma estrutura de comunicação, com a criação do site e do e-mail<sup>4</sup>.

Para alargar sua participação nas pautas socioecológicas, a RBE participa das ações e reflexões socioecológicas no país e busca o diálogo e a ampliação de representantes do pensamento acadêmico e dos movimentos sociais brasileiros, como Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Central Única das Favelas (CUFA), Movimento dos Atíngidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Fundação Rosa Luxemburgo, Centrais Sindicais entre outros.

O segundo seminário ocorre em agosto de 2023. Esse encontro aprofunda o diálogo da RBE com os partidos políticos e com os mo-

---

4 Cf. <https://www.ecossocialismo.net/> e e-mail: [redabrasdeecosocialistas@gmail.com](mailto:redabrasdeecosocialistas@gmail.com).

vimentos sociais. O resultado esperado é a elaboração de propostas concretas que serão apresentadas ao governo federal.

Para Löwy (2022), a construção da Rede Brasileira de Ecosocialistas é uma iniciativa inovadora, pois “o Brasil é o único país do mundo que tem uma rede de ecosocialistas. Essa rede pode ter papel muito importante. Em primeiro lugar, dar conhecimento às ideias do ecosocialismo no Brasil”.

A relevância da Rede Brasileira de Ecosocialistas está na dialógica da mútua intervenção com os movimentos socioecológicos. Essa dinâmica repousa na presença das experiências concretas na elaboração das propostas ecosocialistas e, ao mesmo tempo, na devolução dessas propostas e conceitos nos diversos movimentos socioecológicos. Para Löwy (2022): “A rede não vai fazer a revolução ecosocialista, mas tem o papel importante de levar essa mensagem aos militantes dos partidos, aos movimentos sociais e à população brasileira”.

A Rede Brasileira de Ecosocialistas carrega o anseio de participar na superação da atual crise socioecológica com a sua consistência conceitual e a radicalidade de suas ações, pois só haverá democracia e liberdade quando todos os seres do planeta tiverem o direito de vida plena.

## REFERÊNCIAS

AELA. Sobre AELA. Disponível em: <https://rios.org.br/aela/pagina-exemplo/>. Acesso: 8 jul. 2023.

AELA. Carta Convite para Adesão na Fundação e Cocriação da AELA, 2018.

BATISTA, Gabriela Barbosa. “Rede Brasileira de Ecosocialistas e Juventude: Conjuntura e Perspectivas”. 11 abr. 2007. Revista *Democracia Socialista*. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/rede-brasileira-de-ecosocialistas-e-juventude-conjuntura-e-perspectivas/>. Acesso: 20 jul. 2023.

LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LÖWY, Michael. “Ecosocialismo, uma alternativa teórica e, principalmente, prática”. 25 jul. 2022. *Teoria e Debate*. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/07/25/ecossocialismo-uma-alternativa-teorica-e-principalmente-pratica/>. Acesso: 20 jul. 2023.

LÖWY, Michael. *Qu'est-ce que l'écosocialisme?* Montreuil: Le Temp des Cerises, 2020.

MÜNSTER, Arno. *Pour un socialisme vert*. Paris: Nouvelles Éditions Lignes, 2012.

MÜNSTER, Arno. *Utopie, Écologie, Écosocialisme: De l'utopie concrète d'Ernst Bloch à l'écologie socialiste*. Paris : L'Harmattan, 2013.

REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS (RBE). “Declaração de princípios e objetivos da Rede Brasil de Ecosocialistas”. In: LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 91 – 93.

REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS (RBE). *Manifesto da Rede Brasileira de Ecosocialistas*. 21 jul. 2022. Disponível em: <https://arlindorodrigues-blog.wordpress.com/2022/07/21/manifesto-da-rede-brasileira-de-ecosocialistas/>. Acesso: 8 jul. 2023.

RODRIGUES, Arlindo. *Ecosocialismo: Uma utopia concreta*. Düsseldorf: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

## MANIFESTO DA REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS

REDE BRASILEIRA DE ECOSSOCIALISTAS,

*“A Terra está falando. Ela nos diz  
que não temos mais tempo”*

Txai Paiter Suruí

A TERRA ESTÁ EM TRANSE.  
A HUMANIDADE ESTÁ AMEAÇADA.

O ponto de equilíbrio climático longamente construído em milhões de anos a que estavam adaptadas as espécies, inclusive a humana, foi rompido em função da ação antrópica dos últimos três séculos, cuja Revolução Industrial promoveu emissões de CO<sub>2</sub> cumulativas em escala superior à que a Terra e seus ecossistemas naturais conseguem metabolizar e manter sua temperatura média estável.

Os ecossistemas naturais alterados ou destruídos e finalmente convertidos em campos de pastagens e culturas agrícolas homogêneas modificaram as condições de sobrevivência e reprodução, colocando em marcha uma grande, massiva e acelerada extinção das espécies. Além de promover uma seleção artificial de espécies, particularmente bactérias e vírus que ameaçam a existência humana.



Todos os sistemas, especialmente os ecossistemas aquáticos, a começar pelos oceanos, sofreram o duplo ataque, pela sobrepesca das espécies que o habitam, como de repositório do lixo industrial, e mais recentemente pela acidificação promovida pelas alterações climáticas.

A lógica da reprodução das espécies e dos ecossistemas tem tempos e limites que precisam ser respeitados; a lógica de reprodução do capital não reconhece limites. Ao submeter a lógica da reprodução das espécies e dos ecossistemas à lógica da reprodução do capital, o sistema capitalista esbarra em um limite não econômico à sua expansão.

Ao ultrapassar o limite ecológico do efeito estufa, o capital provoca a Terra a buscar um novo ponto de equilíbrio climático, cujas consequências já se fazem presentes com os eventos climáticos extremos, que apenas anunciam uma condição climática futura que exigirá um novo padrão de adaptação das espécies. Ao ultrapassar o ponto de não retorno dos ecossistemas naturais, cria-se uma condição nova e imprevisível de adaptação e sobrevivência das espécies. Essas e outras mudanças ecológicas criarão uma condição desfavorável à sobrevivência humana.

O anúncio do caos que se avizinha, para além da presença atual da fome de quase um bilhão de pessoas, da exploração do trabalho, do trabalho não pago das mulheres, da apropriação dos bens comuns e da exclusão social da maioria da humanidade, exige uma mudança de modo de vida baseado no usufruto comum dos produtos do trabalho humano e da Natureza, respeitados os limites dos humanos e dos ecossistemas.

## A ESCOLHA DA HUMANIDADE

Assim, está colocada a nossa escolha entre ecossocialismo ou barbárie como o grande desafio da humanidade neste século. É urgente alertar para a essência bárbara do capitalismo, sistema parasita que explora a humanidade e a Natureza. A lógica que rege suas decisões é que a vida, em todas as suas manifestações, inclusive a humana, é apenas mercadoria útil para produzir riquezas para poucos. Nesse raciocínio, a “mercadoria vida” deve ser exaurida, gasta e, depois de perder sua utilidade, descartada como resíduo da produção de bens. Vidas, em todas as expressões, são apenas objetos para gerar lucro ao serem transformadas em produtos de maneira dispendiosa e, muitas vezes, desnecessárias, drenando as riquezas do planeta acima de sua capacidade de reposição e devolvendo toxinas e poluição no final desse processo.

A ânsia vital do capitalismo pelo crescimento sem limites existe em todos os níveis, desde a empresa individual até o sistema como um todo. A fome insaciável das corporações é facilitada pela expansão imperialista na busca de recursos naturais, mão de obra barata e novos mercados. Essa fúria é perversa para todos, mas em especial para os países do Sul Global, pois participam no mercado internacional como fornecedores de produtos obtidos através da extração das riquezas naturais e do trabalho superexplorado com baixos salários, permitindo que os países do Norte Global se dediquem à produção de mercadorias de maior complexidade e conhecimento e, conseqüentemente, com maior valor monetário.

Essa estrutura de sociedade é ecologicamente destrutiva e está provocando o colapso iminente das condições do planeta para propor-

cionar a reprodução e manutenção da vida, inclusive humana. Ao destruir o ecossistema, promover a supressão agressiva da vegetação nativa, estimular indefinidamente a extração de petróleo e gás e o esgotamento dos recursos hídricos, o capitalismo produtivista patrocina diretamente a poluição ambiental, o aquecimento global e o desequilíbrio entre as espécies. Esse processo intensivo de degradação planetária altera os padrões de chuvas, levando a secas e fenômenos climáticos extremos. A elevação das temperaturas leva ao aumento do nível do mar e acidificação dos oceanos, com consequências dramáticas para os ecossistemas terrestres e marinhos. Essa elevação do nível marítimo provoca ainda riscos concretos de desaparecimento e inundação de grandes cidades costeiras como Amsterdã, Rio de Janeiro, Salvador, Shanghai, Veneza entre outras.

Cientistas vêm alertando sobre os riscos da crise climática e têm denunciado que a intensificação de eventos como secas, enchentes, tufões e aumento do nível dos oceanos são prenúncios dessa crise. Sem controle, o aquecimento global já iniciou impactos catastróficos nas vidas humana, animal e vegetal, segundo as(os) pesquisadoras(es), a produção das colheitas se reduzirá drasticamente, gerando fome em larga escala. Centenas de milhões de pessoas serão deslocadas por causa das secas em algumas áreas e pelos níveis mais elevados das marés em outras. Projetam-se que um milhão de espécies de plantas e animais estão em risco de desaparecer no futuro próximo. Um clima caótico e imprevisível será a regra. Nesse cenário, epidemias de malária, de cólera e mesmo de doenças mais letais irão afetar fortemente os mais pobres e os mais vulneráveis de cada sociedade, mesmo nos países ricos.

O impacto da crise ecológica é mais devastador naqueles países cujas vidas já foram ou vêm sendo destruídas pelo imperialismo – na Ásia, África e América Latina; os povos indígenas e as populações tradicionais de todas as partes são especialmente vulneráveis. A destruição ambiental e as mudanças do clima constituem um ato de agressão das(os) ricas(os) sobre as(os) pobres.

Em vista disso, a humanidade precisa romper com esse ciclo de barbárie instalado pelo capitalismo e construir outra lógica de sociedade, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

## ESTRATÉGIAS CAPITALISTAS PARA MUDANÇA

As respostas dadas pelo capitalismo a essa crise se baseiam no desenvolvimento sustentável, uma solução que não ataca a expansão econômica infinita, vital para o lucro capitalista, mas incompatível com ecossistemas finitos e frágeis. Em um sistema econômico que não tolera limites ao crescimento, a necessidade constante de expansão subverte todos os limites que possam se impor em nome do “desenvolvimento sustentável”. Assim, o “capitalismo verde” é essencialmente uma contradição. O sistema capitalista não pode regular sua própria atividade, muito menos superar as crises causadas por seu crescimento caótico e parasítico, porque fazê-lo exigiria colocar limites em sua acumulação – uma opção inaceitável para um sistema regido pela regra: Crescer ou Morrer. Sendo assim, o gerador da crise não consegue ser parte da solução.

As reformas implementadas nas últimas décadas não foram eficazes. Apesar de algumas melhoras terem ocorrido, elas foram inevitável-

mente suplantadas pela expansão impiedosa do capitalismo e pela natureza caótica de seus modos de produção. Mesmo as que sobrevivem se mostram insuficientes para a superação da crise, pois são apenas mudanças cosméticas. As transformações socioecológicas necessárias são construções coletivas e estruturais.

Um exemplo que demonstra esse fracasso é que, nos primeiros quatro anos do século XXI, as emissões globais anuais de carbono eram quase três vezes maiores daquelas da década de 1990, apesar do surgimento do Protocolo de Kyoto em 1997. Essa tendência se mantém mesmo após o Acordo de Paris firmado pela COP21 em 2015, cujo Acordo apresenta uma tímida e ineficiente meta de frear em 1,5% o aquecimento médio climático e mantém a aposta na adaptação e nas ferramentas de desenvolvimento tecnológico, além da financeirização das soluções ambientais.

Além disso, todos esses instrumentos dependem dos mecanismos de mercado, o que significa transformar o carbono atmosférico diretamente em uma mercadoria sob controle dos mesmos interesses das classes que criaram o aquecimento global. Nas propostas de “zero líquido”, por exemplo, poluidores não são compelidos a reduzir suas emissões de carbono; têm, na verdade, autorização para usar seu poder financeiro para controlar o mercado de carbono para seus próprios fins, o que inclui a exploração devastadora de carbono. Tampouco há um limite à quantidade de créditos da emissão que podem ser emitidos por governos coniventes.

Há ainda um profundo sentimento de desconfiança frente ao compromisso diplomático de conter o aquecimento global em até 1,5°C,

como firmado pelo acordo de Paris. Pois esse compromisso não é respeitado pelas oligarquias capitalistas, uma vez que a aliança dos Estados burgueses com as corporações impede os investimentos monetários e as ações necessárias para o cumprimento desse propósito. Mas, conforme alertas de cientistas, mesmo que todos os países cumprissem as decisões do Acordo de Paris, a temperatura atingiria o patamar de 3°C, porém o cenário do nosso futuro comum é mais dramático porque os países não têm trabalhado para que essas metas sejam atendidas.

Por outro lado, mesmo que as metas fossem atingidas, as mudanças climáticas já iniciaram e castigam a sociedade. O relatório de 2021 da IPCC, instituição da ONU responsável pelo acompanhamento das mudanças climáticas, aponta que 80% da área do planeta, onde vivem 85% da população, já estão afetadas pelas mudanças climáticas, isto é, já sofrem com o processo de desertificação, ondas de calor, inundações, avanço dos oceanos nos continentes, ondas de frio etc. A Organização Meteorológica Mundial afirma que há 40% de chances de que ao menos um ano entre 2021 e 2025 ultrapasse 1,5°C na média global anual, e as chances aumentam com o tempo. Nesse contexto, as decisões tomadas pelo encontro COP26, em Glasgow, além de insuficientes para conter o aquecimento global, trabalham com prazos irreais face à urgência na adoção de medidas concretas de redução das emissões. Nesse cenário, uma das prioridades da civilização é o impedimento da superação de 1,5°C.

Para afirmar e garantir o futuro da humanidade, as mudanças socioecológicas necessárias para conter a crise climática devem ser coletivas e estruturais. Uma transformação revolucionária é necessária, em que

todos os esforços particulares devem ser vistos como integrantes de uma luta maior contra o próprio capital. Uma luta que não é meramente negativa e anticapitalista, mas uma luta que anuncia um tipo diferente de sociedade, o ecossocialismo.

## A ALTERNATIVA ECOSOCIALISTA

O ecossocialismo expressa a síntese entre socialismo e ecologia ao reconhecer que a Natureza e as condições para uma sociedade emancipada partem da mesma base material. Isso permite uma integração objetiva. De um lado, o objetivo ecológico é que os humanos vivam em equilíbrio com o planeta e com a teia da vida. De outro lado, o objetivo socialista é criar uma sociedade livre da divisão de classes, da exploração e das opressões, com uma economia planejada democraticamente pela sociedade. A alternativa ecossocialista, fundada nos valores não monetários de justiça social e de equilíbrio socioambiental, implica na transformação dos critérios econômicos quantitativos do capitalismo para critérios socialistas onde quantidade e qualidade sejam submetidas ao valor de uso e à noção de planejamento social sob controle das(os) trabalhadoras(es). Estabelecendo, assim, o cerne da concepção de socialismo de Marx com o fim da primazia do valor de troca.

A síntese ecossocialista implica em questionar a autonomização da economia, o reino da quantificação, a produção como um fim em si mesmo, a ditadura do dinheiro e a redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e de acumulação do capital. Essa síntese pede também a inserção de valores qualitativos como determinantes da produção: o valor de uso, a satisfação das necessi-

dades e à igualdade social associada à preservação da Natureza e ao equilíbrio ecológico.

O ecossocialismo concebe a economia como ‘inserida’ no meio ambiente. Com isso, o controle democrático e os critérios sustentáveis convergem em torno dos objetivos da descentralização, autogestão e escalas de planejamento democrático, que por sua vez implicam em diversificação da economia e das formas de organização social.

O capitalismo é um modo de produção social, mas também é uma cultura. Sendo assim, seu oposto, o ecossocialismo, também deve se converter em um modo de produção e em uma cultura. Ambos ecológicos e plurais devem, sistemicamente, buscar redefinir o trajeto e o objetivo do socialismo dentro de uma estrutura ecológica, sustentável e radicalmente democrática.

O ecossocialismo pretende, em sua radicalidade democrática, reiniciar a ordem econômica em outras bases, retomando o sentido originário da economia. Desde os clássicos gregos até o século XVIII essa era compreendida como a técnica e a arte de satisfazer as necessidades da *oikos*, ou seja, a economia visava atender as carências da *casa* – a moradia, a comunidade, a vila, a cidade, o país ou, ainda, nossa casa comum, a Terra.

O produtivismo, em que critérios econômicos qualitativos são subordinados a um padrão quantitativo organizado por uma lógica de crescimento e acumulação, é rejeitado pelo ecossocialismo. Isso envolve um repensar da Natureza e dos objetivos da produção e da atividade econômica em geral, pois não se pode, por exemplo, produzir apenas por produzir ou para provar a capacidade de produção quantitativa



do socialismo em relação ao capitalismo. Reconhecer e destacar as atividades humanas reprodutivas essenciais – como tomar conta da casa, o cuidado e educação das crianças, o amparo dos adultos e dos idosos –, a convivialidade, as atividades criativas, artísticas e lúdicas, estão na base de uma civilização ecossocialista. É preciso uma sociedade em que a convivialidade, o sentido da vida, a biodiversidade e o lúdico sejam companhias de todas(os).

Para os ecossocialistas, somente uma mudança profunda na própria natureza da civilização pode livrar a humanidade das consequências catastróficas da mudança do clima e da perda de biodiversidade. O ar puro, a água potável e o solo fértil, assim como o acesso universal a alimentos sem agrotóxicos e às fontes de energia renováveis, não poluidoras, são direitos naturais e básicos do ser humano defendidos pelo ecossocialismo. Para evitar o aquecimento global e outros perigos que ameaçam a sobrevivência humana e ecológica, setores da indústria e da agricultura devem ser reduzidos, descontinuados ou reestruturados e outros devem ser criados, fornecendo trabalho e renda para todas(os).

Uma transformação tão radical é impossível sem a transformação dos meios de produção centrais em bens comuns e o controle social da produção e da troca. As decisões democráticas sobre o investimento e o desenvolvimento tecnológico devem substituir o controle das empresas capitalistas, acionistas e bancos, a fim de proporcionar, em um horizonte a longo prazo, o bem viver da sociedade e da Natureza.

A luta do trabalho – trabalhadoras(es) urbanas(os), extrativistas, pequenas(es) agricultoras(es), trabalhadoras(es) sem-terra e desemprega-

das(os) – pela justiça social é inseparável da luta pela justiça ambiental. Além disso, as parcelas mais oprimidas da sociedade, as mulheres, os povos pobres, negras(os), as pessoas LGBTQIA+, os trabalhadores precarizados e indígenas, devem ter um papel central na construção revolucionária ecossocialista, a fim de revitalizar as tradições ecológicas sustentáveis e dar voz àquelas e aqueles que o sistema capitalista não ouve. Enfim, essa revolução não pode começar sem uma transformação radical das estruturas sociais e de políticas baseadas no apoio ativo da população.

A proposta é superar o capitalismo, que é baseado na acumulação mediante a exploração da força de trabalho, na dominação de classes, na submissão dos povos, na opressão da mulher e na pilhagem da Natureza, isto é, inimigo do planeta e, em igual medida, da vida sobre ele.

## A TRANSIÇÃO ECOSSOCIALISTA NO BRASIL

O Brasil é um dos países mais vastos do mundo, abarcando grande parte do maior repositório da biodiversidade do planeta, a Floresta Amazônica. Possui também uma diversidade de outros ricos biomas, compartilhada com outros países do continente. Foi, porém, também constituído a partir da predação ambiental, da escravidão, do genocídio dos povos originários, da exclusão política, entre várias injustiças e agressões ao seu povo. É um país rico, capaz de atender às necessidades de toda sua população se sua riqueza for compartilhada com todas(os) de forma justa, e não permanecer nas mãos das oligarquias que há séculos monopolizam o poder.

O intenso processo de industrialização do Brasil, entre 1930 e 1980, gerou uma sociedade urbanizada e uma economia diversi-

ficada, sem, todavia, superar o legado de predação, desigualdades e concentração oligárquica de poder. Desde então, a globalização neoliberal estruturou cadeias globais de produção e valor controladas por corporações imperialistas que estabeleceram uma nova divisão internacional do trabalho, o que enfraqueceu a autonomia e a base produtiva da economia brasileira. O neoliberalismo promoveu ainda, com o concurso ativo das burguesias locais, uma regressão neocolonial do país. A partir daí, o fluxo internacional de comércio do país voltou novamente a se organizar em torno da importação de produtos industriais e das exportações agropecuárias e minerais, soja, carnes, minério de ferro, cana-de-açúcar... numa combinação de predação ambiental e humana com negócios capital-intensivos sob a égide do capital financeiro. Enfim, uma sanha expropriadora domina o avanço do capital sobre tudo que ainda não é propriedade privada no território brasileiro.

Sendo assim, afirmar um projeto ecossocialista no Brasil é inseparável de enfrentar esse modelo neoextrativista e o poder de base territorial das classes dominantes brasileiras, mesmo as mais financeirizadas, alterando o lugar do país na ordem internacional. Esse é um desafio que deve ainda ser enfrentado em parceria com nossos vizinhos sul-americanos que compartilham conosco os mesmos problemas e desafios sociais, econômicos e ambientais. O ecossocialismo é um projeto internacionalista de integração dos povos de nosso continente e de ruptura com quaisquer formas de imperialismo, de construção de respostas políticas comuns a problemas comuns da humanidade neste século XXI. Reconhece, portanto, a importância de se atentar contra falsas soluções de mercado e de se posicionar contra projetos de avanço do capital estrangeiro no nosso continente.

O ecossocialismo brasileiro se inspira e avança nas lutas de mártires, em especial Chico Mendes, Dorothy Stang, Bruno Araújo Pereira, Dom Philips, diversos guardiões da floresta entre muitas referências que combateram as invasões e desmatamentos florestais e construíram alternativas de vidas integradas à Natureza.

As diretrizes para uma transição ecossocialista apresentadas a seguir foram fortemente inspiradas no documento *Chamado para uma Transição Ecosocial no Brasil*. Elas buscam ir às raízes dos problemas, articulando justiça social e ambiental. Para avançar, elas devem ser aprofundadas e desdobradas em orientações transversais, mas também em legislações, políticas e ações específicas. Sua relevância é que elas contribuem para as condições socioecológicas para a ruptura ecossocialista.

*1. Recompôr e reorientar as políticas ambientais em todas as esferas.* Precisamos defender e recompôr a política e o sistema de gestão e controle ambientais, aviltados pelos governos recentes, bem como reorientá-los, para que ganhem sentido estratégico. As políticas ambientais não são obstáculo, mas condição prévia de qualquer avanço social no Brasil, articulando-se com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Devem ser defendidas e reforçadas no terreno legislativo, jurídico, administrativo e das políticas públicas. É preciso repensar as políticas estaduais e municipais a partir da ótica socioambiental e recompôr técnica e financeiramente os órgãos que implementam as políticas fundiária e ambiental, de fiscalização das unidades de conservação e dos impactos ambientais de empreendimentos e controle das áreas desflorestadas. Isso exige ainda desafiar fortemente o colonialismo institucional, o qual impõe o estabelecimento de parcerias e concessões ambientais na lógica do colonizador (representado

aqui pelas corporações e empresas exploradoras de recursos naturais) favorecendo o crime socioambiental. Adicionalmente, essa lógica exclui as populações tradicionais da tomada de decisão nos processos de proteção e conservação ambiental no Brasil.

*2. Desmatamento Zero com manejo e restauração inclusiva das florestas com espécies nativas.* É urgente reduzir o desmatamento, sobretudo nas áreas de expansão da agropecuária, cuja contribuição é a principal nas emissões nacionais de GEEs (44%). Isso deve ser feito assegurando a imensa sociobiodiversidade presente em nossos biomas, sendo os povos e comunidades tradicionais um fator dela determinante. Devemos incentivar, favorecer e proteger as Reservas Extrativistas (RESEX), as de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Privadas de Proteção Natural (RPPN), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assim como reformular a política para os nossos biomas – ou sistemas ecogeográficos e bioculturais –, a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa e os ecossistemas costeiros, todos ameaçados no Brasil, cuja legislação específica é atualmente desrespeitada.

*3. Promover a demarcação e a autonomia imediatas dos territórios é essencial, diante do autoritarismo e das violências socioambientais e étnico-culturais, fortalecer a autodeterminação dos povos e os direitos da Natureza, da autodefesa das comunidades socioterritoriais e de suas lideranças, com apoio mútuo e solidariedade. É urgentíssimo garantir a demarcação e o respeito das terras indígenas, dos territórios quilombolas e agroextrativistas. São ações fundamentais e impostergáveis para impedir a destruição dos ecossistemas mais ameaçados: conter o avanço da fronteira agrícola, principalmente no Cerrado, na Ama-*

zônia e no Pantanal, e aumentar a fiscalização para impedir queimadas criminosas; acabar com os garimpos e madeireiras ilegais na Amazônia, em especial nas áreas de povos indígenas, sobretudo os em isolamento voluntário ou de recente contato; promover e garantir a proteção de áreas livres de mineração. O direito à consulta livre, prévia e informada deve ser garantido aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, conforme assegurado pela Convenção 169 da OIT, com base nos protocolos comunitários que eles têm construído. Isso significa, também, o combate à apropriação privada dos territórios desses povos e comunidades pelos megaprojetos e pela mineração predatória que trazem sofrimento e morte.

4. *Promover os Direitos da Natureza: o impulsionador de um novo paradigma anticapitalista.* É importante entender que a Natureza possui um “valor” intrínseco. A visão antropocêntrica da Natureza a reduz a um valor de uso, subordinando-a aos interesses do homem impostos pelo capital. A proteção da Natureza deve, portanto, ser direta e independente de sua utilidade à espécie humana. O direito de existir da Natureza surge como o grande desafiador do capitalismo e de suas amarras, onde entende-se que não é preciso usar plantas e animais, ou se beneficiar da água e do rio para conservar e proteger a Natureza. No entanto, é preciso que esses direitos sejam garantidos na legislação nacional e inseridos em políticas públicas ambientais.

5. *Promover a agroecologia e a soberania alimentar, implementar uma reforma agrária popular.* O modelo de produção baseado no latifúndio, na monocultura, na exploração industrial de animais e na intensificação tecnológica e creditícia, a despeito da propaganda, é danoso ao meio ambiente, aos trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, aos consumi-

dores e consumidoras de seus produtos e também à economia nacional, ao concentrar ativos e investimentos, voltar-se à exportação, gerar poucos empregos e encarecer a alimentação. Parar a destruição e criar amplos programas de reconstrução do que foi destruído requer encarar de frente os responsáveis e seus interesses, isto é, enquadrar o agronegócio, o setor ruralista incrustado nos poderes da República e todos seus tentáculos, inclusive os Tratados de Livre Comércio, e avançar em uma reforma agrária popular. É preciso, simultaneamente, ampliar e potencializar a construção da agroecologia, da agrofloresta, permacultura e da soberania alimentar como a única via capaz de acabar com a fome e garantir o direito à alimentação saudável e de qualidade. Isso envolve comida livre do agrotóxico e transgênicos, e políticas que, a partir das condições de soberania, incentivem o debate do veganismo popular e a exploração animal. Isso também exige consideração da justiça reprodutiva, políticas de saúde coletiva e preventiva, além de reparação econômica, cultural e sócio-histórica aos povos secularmente espoliados.

*6. Proteger as águas e sistemas hídricos.* O Brasil, privilegiado em potencial hídrico, enfrenta uma crescente escassez de água, pois a segurança hídrica da população está subordinada aos interesses do agronegócio, das mineradoras, das empreiteiras e concessionárias privadas de serviços públicos de água e saneamento. Com isso, a “indústria da seca” ganha novas formas, gerando desperdícios, crises hídricas e o definhamento de bacias hidrográficas. A água reduzida a mera mercadoria cria riscos crescentes para toda a sociedade, porém, como um bem comum, precisa estar disponível, em quantidade e qualidade para todas(os), através de serviços públicos, para o atendimento das necessidades humanas e dos demais seres do planeta. Para tanto, impõe-se

a universalização do saneamento ambiental, além do básico, com a eliminação das fontes de poluição agrícola (pesticidas e fertilizantes), química e industrial, e a proteção dos nossos rios, mananciais e aquíferos. A água exige uma administração democrática, participativa de fato, com distribuição de responsabilidades e arranjos institucionais complexos e eficientes.

*7. Transição energética e produtiva, para superar os combustíveis fósseis, o extrativismo irresponsável e o consumismo.* Precisamos descarbonizar nossa matriz energética e de transportes, adotando fontes mais limpas, renováveis e adequadas às exigências atuais, porém, de uma forma que ‘desmercadorize’, democratize e descentralize as alternativas, favorecendo formas de geração compartilhada. Isso requer também alterar a demanda no sentido oposto ao atual modelo de consumo e produção “infinitos”. Essa transição energética é inseparável do combate ao consumismo, alimentado pela publicidade social e ambientalmente irresponsável e fonte de inúmeras atividades predatórias. Demanda opor-se ao crédito para o consumo supérfluo, a obsolescência planejada e a descartabilidade; incentivar a inovação tecnológica via pesquisa pública, com apoio também à ciência de base, e a reestruturação de currículos e treinamento; planejar cadeias produtivas de acordo com eficiência logística; viabilizar serviços públicos de qualidade para toda a população; ampliar a reciclagem e reuso de materiais e águas servidas; opor-se às atividades agropecuárias e extrativistas exportadoras, combater o garimpo e reger pelo princípio da mineração indispensável. Requer combater a difusão da mercadoria ícone do capitalismo, o automóvel privado, e os hábitos alimentares ligados à difusão de ultraprocessados e à adição ao consumo de carne bovina, cuja produção é a maior



responsável pelo desmatamento da Amazônia.

8. *Um novo modelo de cidade.* Nossas cidades se tornaram ou estão se tornando inviáveis; precisam ser transformadas. A especulação imobiliária monopoliza as regiões centrais, suas estruturas e serviços, empurrando para as periferias e áreas de mananciais a população empobrecida e as atividades mais poluentes. Precisamos repensar a mobilidade urbana, a partir de sistemas de transporte público gratuitos e com interligação entre os diferentes modais, de baixo carbono, que desestimule o uso dos veículos particulares. Igualmente importante é garantir o direito à moradia e à democratização da cidade. Garantir o direito à cidade é, entre outras medidas: a) moradia sustentável; b) combate a uma lógica capacitista de gestão urbanística; c) captação de energia solar; d) sistemas de iluminação, ventilação e refrigeração de baixo consumo, uma arquitetura sustentável, com distribuição de bens e serviços de forma mais racionalizada; e) fortalecimento da economia local e solidária, como as feiras livres e a troca de produtos; f) combate à produção de bens, serviços, consumo e construção geradoras de lixo e de poluição; e g) mais espaços coletivos de lazer e de construção de cultura. Para alcançar esses objetivos, o modelo decisório proposto pelo ecossocialismo é a cidadania participativa na gestão coletiva, pública, nos três níveis – federal, estadual e municipal.

9. *Garantia de trabalho e renda para toda a população.* Uma transição socioecológica é impossível se não assumirmos a luta pela redução radical da jornada de trabalho, elevação sistemática do salário mínimo, garantia de renda para os setores necessitados, combate a todas as formas de precarização das relações trabalhistas com a criação de alternativas autogestionárias e cooperativas e eliminação da dependên-

cia econômica de atividades produtivas de alto potencial destrutivo, inclusive as plataformas digitais. Exige a criação de “empregos verdes” verdadeiros, capazes de permitir um deslocamento das atividades relacionadas à produção de mercadorias e serviços de alto impacto, geradoras de gases do efeito estufa, para outras mais harmoniosas com o meio e, de fato, sustentáveis, inclusive com abertura de frentes de trabalhos de recuperação de áreas degradadas, pesca artesanal, cultivos coletivos agrícolas, rural e urbana. A exploração extrema, escravidão, deve ser eliminada urgentemente com ações governamentais e da sociedade civil. Para aumentar a complexidade produtiva, inerente à sociedade do século XXI, a proposta é investir na capacitação e geração de oportunidades para a população em ferramentas e processos de alta tecnologia. Precisamos recompor os tempos e modos de vida que vêm sendo danificados e estilhaçados pelas tendências destrutivas do capitalismo.

*10. Integração regional, desmilitarização, desglobalização econômica e globalização política.* As atuais relações internacionais econômicas, políticas e culturais estabelecidas são pilares da ordem capitalista. Uma transição ecossocial exige afirmar o princípio da subsidiariedade na organização da atividade econômica, ou seja, produzir local, regional, nacional e continentalmente aquilo que pode ser produzido em cada uma dessas esferas. Transportar quinquilharias da Ásia pode fazer sentido para uma corporação capitalista cuja cadeia produtiva se estende por todo o planeta, mas é ambientalmente criminoso, externalizando e socializando com toda a humanidade impactos ambientais e sociais devastadores. O comércio internacional precisa se dar com base em cláusulas sociais e ambientais que permitam neutralizar a corrida pelos menores salários e custos trabalhistas e ambientais e favorecer que

a subsidiariedade se imponha. Acordos regionais se fazem necessários, especialmente na tarefa de fortalecimento de blocos periféricos contra ataques econômicos, políticos e militares impulsionados pelo centro do capitalismo. Frente aos nacionalismos xenófobos, somos internacionalistas, buscando integrar nossa economia com a de nossos vizinhos no continente, ao mesmo tempo que a desglobalizamos frente aos polos imperialistas. Fazemos nosso chamado pela defesa da Pachamama, da Pátria Grande, de Abya Yala. Lutamos para desmilitarizar o *modus operandi* das relações internacionais, abolir o uso da energia e das armas nucleares e globalizar os compromissos políticos mundiais de cooperação, em uma nova arquitetura sem poder global, sem a qual caminharemos para o colapso socioambiental.

## UM CHAMADO À AÇÃO

Sabemos que a devastação ecológica não será paralisada nas salas de conferências ou nas negociações de tratados: somente a ação de massa pode fazer a diferença. As(Os) trabalhadoras(es) urbanas(os) e rurais, os povos do Sul Global e as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas de todo o mundo estão na vanguarda da luta contra injustiça social e ambiental. Nós devemos intensificar os movimentos socioambientais e construir a solidariedade entre as mobilizações ecológicas anticapitalistas no Norte e no Sul. O ecossocialismo não é apenas uma mudança econômica e nas relações de produção, mas a constituição de uma nova civilização. Requer, por parte da esquerda do século XXI, uma mudança não só de programa, mas também de práticas e valores, horizontes e estratégias, epistemologias e cosmologias. O ecossocialismo só pode se afirmar como parte de uma nova visão de mundo que, em contraposição à competição e o individua-

lismo, valorize a colaboração e os vínculos comunitários e que, em contraposição à predação da Natureza, valorize a empatia dos seres humanos para com toda a teia da vida. Enfim, um movimento que crie um propósito comum para grande parte da humanidade nesta hora de grande perigo!

A presente Declaração Ecosocialista, em diálogo com a Declaração Ecosocialista Internacional, é uma chamada à ação. As oligarquias governantes encasteladas são poderosas, mas o sistema capitalista se revela diariamente cada vez mais falido, incapaz de superar as crises que ele gera. Forças da oposição radical estão vivas e são vitais. Em todos os níveis, local, regional e internacional, nós estamos lutando para criar um sistema alternativo baseado na justiça social e ecológica, propondo-nos iniciar um processo de transição da sociedade brasileira na direção do ecosocialismo.

A relação das pessoas que assinaram o manifesto, endossando a análise e as perspectivas políticas esboçadas na Declaração da Rede Brasileira de Ecosocialistas e apoiando o estabelecimento e a construção de uma Rede Global Ecosocialista está atualizada em <https://www.ecossocialismo.net/blog/manifesto>. Leitor(a), para adicionar seu nome à lista de assinaturas, mande seu nome e país de residência para [redabrasdeecosocialistas@gmail.com](mailto:redabrasdeecosocialistas@gmail.com).

Rede Brasileira de Ecosocialistas,  
Julho de 2022.



## SOBRE OS AUTORES

### **Arlindo Rodrigues**

Professor pesquisador em Ecologia Política e Economia Ecológica, doutor em Ciências Sociais com a tese *Ecossocialismo, uma Utopia Concreta*; e pós-doutorando com a pesquisa *Ética Ecossocialista, formas laicas e religiosas*. Pesquisador do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e da WaterLat-GOBACIT. Integra o movimento Assembleia Mundial pela Amazônia. Seus textos estão disponíveis em <https://arlindorodriguesblog.wordpress.com/>.

### **Fernanda Mauro Garcia**

Graduanda de Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), escreve, fotografa e estuda psicanálise.

### **Gilmar Geraldo Mauro**

Integra a coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

### **Gilney Viana**

Ecossocialista, professor do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal.

### **José Corrêa Leite**

É filósofo e professor universitário. Animou o processo do Fórum Social Mundial e integra o Coletivo 660 e a Assembleia Mundial pela Amazônia.

Desenvolve pesquisas acadêmicas nas áreas de Filosofia da Ecologia e Comunicação Política e Algoritmização da vida. Site: <https://rupturas.org>.

### **Luiz Marques**

Professor Livre Docente aposentado e colaborador do Departamento de História do IFCH-UNICAMP, e professor sênior da Ilum Escola de Ciência do CNPEM. É membro do Coletivo 660, nascido do Fórum Social Mundial.

### **Mariá Silva Brilhante de Medeiros**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal.

### **Michael Löwy**

Sociólogo franco-brasileiro ocupado com temas relacionados às grandes utopias transformadoras e referência sobre o ecossocialismo. Atualmente, é diretor de pesquisas emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

### **Pedro Ivo de Souza Batista**

Conselheiro da Associação Alternativa Terrazul, integra Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e o Elo nacional do Partido Sustentabilidade.

### **Sabrina Fernandes**

Doutora em Sociologia e militante ecossocialista. Escreve e edita para a *Jacobin* em inglês, consultora editorial da *Jacobin Brasil*. Atualmente faz pós-doutorado no Grupo Internacional de Pesquisa sobre Autoritarismo e Contraestratégias da Fundação Rosa Luxemburgo (Rosalux) e Universidade de Brasília. (UnB) É criadora de conteúdo do canal de esquerda radical do YouTube Tese Onze.

### **Suelma Ribeiro Silva**

Doutora em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB), com experiência em conservação da biodiversidade e em etnoecologia. É ambientalista e ecossocialista. É autora de livros e artigos científicos que objetivam contribuir para livrar a biodiversidade do cenário de destruição ambiental local e global. É analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e professora do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília - DF e líder da linha de pesquisa: Ecologia Política e Cooperação Sócio Econômica Solidária do Grupo de Pesquisa do CNPq denominado Epistemologias e Práxis Ecológicas Emancipatórias- GPEPEE da Universidade de Brasília.



O LIVRO *ECOSSOCIALISMO BRASILEIRO - AVANÇOS E DESAFIOS*  
FOI PUBLICADO EM SETEMBRO DE 2023.  
O MIOLO FOI COMPOSTO NA FONTE BEMBO, CORPO 12/16,2.



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

[WWW.FPABRAMO.ORG.BR](http://WWW.FPABRAMO.ORG.BR)